



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Bagé / RS, 2014



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 72/2013, da DN TCU nº 127/2013 alterada pela DN TCU nº 129/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e da Portaria CGU 133/2013.

Elaboração:

Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação com a colaboração das demais unidades administrativas.

Bagé/RS, 2014

REITORA

Ulrika Arns

VICE-REITOR

Almir Barros da Silva Santos Neto

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Simone Barros de Oliveira

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Vera Lúcia Cardoso Medeiros

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Elena Maria Billig Mello

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA

Eduardo Ceretta Moreira

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Everton Bonow

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAL

Cláudia Denise da Silveira Tôndolo

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO

Vanessa Rabelo Dutra

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Ricardo José Gunski

Lista de Quadros

Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de gestão individual	17
Quadro 2 - Análise das ações da PROGRAD	28
Quadro 3 - Análise das ações da PROPESQ	47
Quadro 4 - Análise das ações da PROPG	61
Quadro 5 – Análise das ações da PROEXT – Ação 20 GK	65
Quadro 6 - Análise das ações da PROEXT - Ação 20 RJ	67
Quadro 7 - Análise das ações da PRAEC	70
Quadro 8 - Ações – OFSS	73
Quadro 9 - Ações – OFSS	74
Quadro 10 - Ações – OFSS	74
Quadro 11 - Ações – OFSS	75
Quadro 12 - Ações – OFSS	75
Quadro 13 - Ações – OFSS	77
Quadro 14 - Ações – OFSS	78
Quadro 15 - Ações – OFSS	79
Quadro 16 - Ações – OFSS	80
Quadro 17 - Ações – OFSS	81
Quadro 18 - Ações – OFSS	82
Quadro 19 - Ações não previstas LOA 2013 - Restos a pagar - OFSS	83
Quadro 20 - Ações não previstas LOA 2013 - Restos a pagar - OFSS	83
Quadro 21 - Ações não previstas LOA 2013 - Restos a pagar - OFSS	83
Quadro 22 - Ações não previstas LOA 2013 - Restos a pagar - OFSS	84
Quadro 23 - Avaliação do sistema de controles internos da UJ	91
Quadro 24 - Programação de Despesas	94
Quadro 25 - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa	94
Quadro 26 - Despesas por modalidade de contratação - Créditos Originários – Total	97
Quadro 27 - Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos Originários - Total	98
Quadro 28 - Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos Originários – Total (Continuação)	99
Quadro 29 - Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos Originários – Total (Continuação)	100
Quadro 30 - Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos de Movimentação	101
Quadro 31 - Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos de Movimentação	102
Quadro 32 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores	107
Quadro 33 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência - posição em 31.12.2013	109
Quadro 34 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	109
Quadro 35 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	110
Quadro 36 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	110
Quadro 37 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00	110

Quadro 38 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00	111
Quadro 39 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00	112
Quadro 40 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse. Posição 31/12 em R\$ 1,00.....	112
Quadro 41 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse. Posição 31/12 em R\$ 1,00.....	113
Quadro 42 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse. Posição 31/12 em R\$ 1,00.....	114
Quadro 43 - Despesas realizadas por meio da conta tipo “B” e por meio do cartão de crédito corporativo (Série histórica).....	115
Quadro 44 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	116
Quadro 45 - Prestações de contas de suprimento de fundos (CONTA TIPO “B” E CPGF)	117
Quadro 46 - Força de trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12.....	120
Quadro 47 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.....	120
Quadro 48 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (situação em 31 de dezembro).....	121
Quadro 49 - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária	122
Quadro 50 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade.....	122
Quadro 51 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	123
Quadro 52 - Composição do quadro de servidores inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	125
Quadro 53 - Instituidores de pensão - Situação apurada em 31/12	125
Quadro 54 - Atos sujeitos ao registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	126
Quadro 55 - Atos sujeitos à comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	126
Quadro 56 - Regularidade do cadastro dos atos no SISAC.....	127
Quadro 57 - Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007).....	127
Quadro 58 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	130
Quadro 59 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	130
Quadro 60 - Composição do quadro de estagiários.....	131
Quadro 61 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União ..	135
Quadro 62 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional	136
Quadro 63 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros	137
Quadro 64 - Gestão da tecnologia da informação da unidade jurisdicionada	138
Quadro 65- Gestão ambiental e licitações sustentáveis	140
Quadro 66 - Consumo de papel, energia elétrica e água	144
Quadro 67 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	145
Quadro 68 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	145
Quadro 69 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	146
Quadro 70 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	146
Quadro 71 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	147

Quadro 72 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	147
Quadro 73 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	148
Quadro 74 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	148
Quadro 75 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	149
Quadro 76 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	150
Quadro 77 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	150
Quadro 78 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	151
Quadro 79 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	151
Quadro 80 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	152
Quadro 81 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	153
Quadro 82 - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.....	153
Quadro 83 - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.....	154
Quadro 84 - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.....	154
Quadro 85 - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.....	155
Quadro 86 - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.....	155
Quadro 87 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	161
Quadro 88 - Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG	162
Quadro 89 - Declaração de inserção e atualização de dados no SICONV	162
Quadro 90 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada.....	166
Quadro 91 - Resultados dos indicadores primários – Decisão TCU n.º 408/2002	170
Quadro 92 - Resultados dos indicadores da decisão TCU n.º 408/2002	170

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Processo Seletivo SiSU – Ingressantes 2013	31
Tabela 2 - Outras Formas de Ingresso.....	33
Tabela 3 - Evasão por curso 2012/2	34
Tabela 4 - Evasão por Curso em 2013/1	38
Tabela 5 - PPCs aprovados no CONSUNI em 2013	43
Tabela 6 - Dados PIBID 2013	43
Tabela 7 - Bolsas PBDA 2013 – Iniciação ao Ensino.....	43
Tabela 8 - Bolsas PBDP 2013	44
Tabela 9 - Recursos referentes ao Edital de Grupos de Pesquisa 2013.....	48
Tabela 10 - Distribuição dos valores empenhados para o Edital de Apoio à Pós-graduação	50
Tabela 11 - Número de projetos submetidos, número de propostas aprovadas e o número de propostas contempladas por áreas de conhecimento - PIBIC	51
Tabela 12 - Número de projetos submetidos, número de propostas aprovadas e o número de propostas contempladas por áreas de conhecimento - PIBIC - AF.....	51
Tabela 13 - Número de projetos submetidos, número de propostas aprovadas e o número de propostas contempladas por áreas de conhecimento - PIBITI	52
Tabela 14 - Número de docentes, projetos submetidos, percentual de docentes que submeteram projeto de pesquisa e o número de contemplados por campus (PIBIC, PIBIC-AF e PIBITI).....	52
Tabela 15 - Número de projetos submetidos, número de propostas aprovadas e o número de propostas contempladas por áreas de conhecimento - PROBIC	53
Tabela 16 - Número de projetos submetidos, número de propostas aprovadas e o número de propostas contempladas por áreas de conhecimento - PROBITI.....	53
Tabela 17 - Número de docentes com doutorado, projetos submetidos, percentual de docentes que submeteram projeto de pesquisa e o número de contemplados por campus (PROBIC+PROBITI) ..	54
Tabela 18 - Número de projetos submetidos, número de propostas aprovadas e o número de propostas contempladas por áreas de conhecimento.....	55
Tabela 19 - Número de docentes, projetos submetidos, percentual de docentes que submeteram projeto de pesquisa e o número de contemplados por campus	55
Tabela 20 - Número de projetos submetidos, número de propostas aprovadas e o número de propostas contempladas por áreas de conhecimento.....	56
Tabela 21 - Número de animais autorizados para pesquisa	59
Tabela 22 - Produção científica dos docentes no ano de 2013.....	60
Tabela 23 – Bolsas e Auxílios Financeiros para discentes de Pós-Graduação	63
Tabela 24 - Resumo do número de alunos atendidos em 2013.....	68
Tabela 25 – Bolsas deferidas no PBP 2013.....	72
Tabela 26- Despesa por modalidade de contratação	103
Tabela 27- Despesa por modalidade de contratação	105
Tabela 28 - Saldo de restos a pagar por natureza da despesa.....	108
Tabela 29 - Empresas contratadas para a prestação do serviço de transporte.....	133

Tabela 30 - Licitações efetuadas para prestação do serviço de transporte.....	134
Tabela 31 - Relação de trabalhos de auditoria e análise de controles internos, com emissão de relatórios e pareceres com suas principais constatações	156
Tabela 32 - Relação de contratos fiscalizados no ano de 2013	167
Tabela 33 - Licitações realizadas no ano de 2013.....	167

Lista de Figuras

Figura 1 - Matrícula de Calouros	19
Figura 2- Projetos de Pesquisa	20
Figura 3 - Projeto de Extensão	21
Figura 4 – Concursos.....	22
Figura 5 - Dispensa de Licitação	23
Figura 6 - Uso da matriz de custeio.....	24
Figura 7 - Processo do Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico.....	25
Figura 8 - Formas de Evasão 2012/2.....	42
Figura 9 - Formas de Evasão 2013/1.....	42
Figura 10 - Trabalhos aprovados por área de conhecimento - Pesquisa/Apresentação Oral	57
Figura 11 - Trabalhos aprovados por área de conhecimento - Pesquisa/Apresentação Pôster	57
Figura 12 - Projetos de Pesquisa por Campus.....	58
Figura 13 - Grupos de pesquisa por área.....	59
Figura 14- Despesa empenhada por modalidade de contratação – 2013 (Créditos Originários da UJ - Total)	104
Figura 15 - Despesas por grupo dos créditos originários da UJ - Total	104
Figura 16- Despesa empenhada por modalidade de contratação - 2013 (Créditos recebidos por movimentação).....	106
Figura 17 - Despesas por grupo dos créditos recebidos por movimentação	106
Figura 18 - Despesa realizada com suprimento de fundos 2013 por natureza da despesa.....	119
Figura 19 - Ouvidoria 2013 - Manifestações recebidas por mês.....	163
Figura 20 - Manifestações por categorias recebidas pela Ouvidoria em 2013.....	164
Figura 21 - Grupos de usuários da Ouvidoria em 2013	164
Figura 22 - Meios de acesso utilizados pelos cidadãos para contatar a Ouvidoria em 2013	165

Lista de Siglas

APCN - Apresentação de Novas Propostas de Mestrado e Doutorado Acadêmicos
ARI - Assessoria de Relações Institucionais
AUDIN - Auditoria Interna
CEaD - Coordenadoria de Educação a Distância
CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CEUA - Comissão de Ética no Uso de Animais
CGTEE - Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica
CGU - Controladoria-Geral da União
CLA - Comitês Locais de Avaliação
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONCUR - Conselho Curador
CONJUR - Consultoria Jurídica
CONSUNI - Conselho Universitário
COPSPAD - Comissão Permanente de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares
CPA - Comissão Própria de Avaliação
CPPD - Comissão de Permanente de Pessoal Docente
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
FAPERGS - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FIMP - Festival Internacional de Música no Pampa
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GURI - Sistema de Gestão Unificada de Recursos Institucionais
IC – Iniciação Científica
IFES - Institutos Federais de Ensino Superior
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISE - Índice Socioeconômico
IT – Iniciação Tecnológica
LIFE - Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores
MEC - Ministério da Educação
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica
NuDE - Núcleos de Desenvolvimento Educacional
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PAINT - Plano Anual das Atividades de Auditoria Interna
PAPE - Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos
PAPEC - Programa de Apoio à Realização de Eventos e Cursos
PBDA - Programa de Bolsas para o Desenvolvimento Acadêmico
PBI - Programa de Apoio à Instalação Estudantil
PBIP - Programa de Bolsas de Iniciação à Pesquisa
PBP - Programa Bolsas de Permanência
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBIC/AF - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica- Ações Afirmativas
PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PRAEC - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários
PROAD - Pró-Reitoria de Administração
PROBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PROBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação
PROEXT - Pró-Reitoria de Extensão
PROFEXT - Programa de Fomento à Extensão
PROGESP - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal
PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação
PROPESQ - Pró-Reitoria de Pesquisa
PROPG - Pró-Reitoria de Pós-Graduação
PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação
PTRES – Plano de Trabalho Resumido
RAINT - Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna
RP – Restos a Pagar
RT - Retribuição por titulação
SEB - Secretaria de Educação Básica
SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEURS - Seminário de Extensão Universitária
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
SIEPE - Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão
SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIPPEE - Sistema de Informação para Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão
SNCT - Semana Nacional de Ciência e Tecnologia
SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Superintendência do Patrimônio da União
TAE - Técnico-Administrativos em Educação
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UFPEL - Universidade Federal de Pelotas
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIPAMPA - Fundação Universidade Federal do Pampa

Sumário

INTRODUÇÃO	16
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	17
1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada	17
1.1.1. Relatório de Gestão Individual.....	17
1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	17
1.3. Organograma Funcional	18
1.4. Macroprocessos finalístico	19
1.5. Macroprocessos de Apoio	22
1.6. Principais Parceiros	26
2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	27
2.1. Planejamento da unidade	27
2.1.1. Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD.....	27
2.1.2. Pró-Reitoria de Pesquisa – PROPESQ.....	46
2.1.3. Pró-Reitoria de Pós-Graduação – PROPG	61
2.1.4. Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT	63
2.1.5. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários - PRAEC	68
2.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	72
2.2.1. Programa Temático	72
2.2.2. Objetivo.....	73
2.2.3. Ações	73
2.3. Informações sobre outros resultados da gestão	84
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	86
3.1. Estrutura de Governança	86
3.1.1. Conselho Universitário.....	86
3.1.2. Conselho Curador.....	86
3.1.3. Comissões Superiores	87
3.1.4. Auditoria Interna (AUDIN).....	89
3.1.5. Comissão Própria de Avaliação (CPA).....	89
3.1.6. Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)	90
3.1.7. Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo	90
3.1.8. Auditoria Acadêmica.....	90

3.1.9.	Comissão Permanente de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares....	90
3.1.10.	Comissão de Ética	91
3.2.	Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	91
3.3.	Remuneração Paga a Administradores	92
3.4.	Sistema de Correição	92
3.5.	Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	93
3.6.	Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos	93
4.	TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	94
4.1.	Execução das despesas	94
4.1.1.	Programação.....	94
4.1.2.	Movimentação de Créditos Interna e Externa	94
4.1.3.	Realização da Despesa	97
4.2.	Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos	107
4.3.	Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	107
4.3.1.	Análise Crítica.....	107
4.4.	Transferências de Recursos	108
4.4.1.	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	109
4.4.2.	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	109
4.4.3.	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.....	110
4.4.4.	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	112
4.4.5.	Análise Crítica.....	114
4.5.	Suprimento de Fundos	115
4.5.1.	Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo	115
4.5.2.	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”	115
4.5.3.	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	116
4.5.4.	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	117
4.5.5.	Análise Crítica.....	118
4.6.	Renúncias de Receitas	119
4.7.	Gestão de Precatórios	119

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	120
5.1. Estrutura de pessoal da unidade.....	120
5.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	120
5.1.2. Qualificação da Força de Trabalho	121
5.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	123
5.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	125
5.1.5. Cadastramento no SISAC.....	126
5.1.6. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	127
5.1.7. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	128
5.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	128
5.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	129
5.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	129
5.2.2. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	129
5.2.3. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	130
5.2.4. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	130
5.2.5. Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4.....	131
5.2.6. Composição do Quadro de Estagiários	131
6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	132
6.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	132
6.1.1. Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada.....	132
6.1.2. Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros.....	133
6.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário	135
6.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	135
6.2.2. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional.....	136
6.2.3. Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ.....	137
6.3. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	137
6.3.1. Análise Crítica.....	137

7.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO ..	138
7.1.	Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	138
8.	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	140
8.1.	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	140
8.2.	Política de separação de resíduos recicláveis descartados.....	143
8.3.	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	144
9.	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS...	145
9.1.	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU	145
9.1.1.	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	145
9.1.2.	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	149
9.2.	Tratamento de Recomendações do OCI.....	150
9.2.1.	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	150
9.2.2.	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	153
9.3.	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	156
9.3.1.	Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ	156
9.3.2.	Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações	156
9.3.3.	Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência.....	159
9.3.4.	Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna	160
9.3.5.	Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna.....	160
9.3.6.	Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações.....	160
9.3.7.	Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.....	160
9.4.	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	161
9.4.1.	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	161
9.4.2.	Situação do Cumprimento das Obrigações	161
9.5.	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	161
9.6.	Alimentação SIASG E SICONV	162
10.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	163

10.1.	Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.....	163
10.2.	Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade	165
10.3.	Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade	165
11.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	166
11.1.	Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	166
11.2.	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis....	166
11.2.1.	Declaração com Ressalva.....	166
12.	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	167
12.1.	Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ.....	167
13.	Indicadores de Desempenho das IFES nos Termos da Decisão TCU nº 408/2002 – Plenário e Modificações Posteriores.....	170
13.1.	Indicadores de Desempenho das IFES nos Termos da Decisão TCU nº 408/2002 – Plenário e Modificações Posteriores	170
13.2.	Resultado dos Indicadores de Desempenho das IFES	170
13.3.	Análise dos Resultados dos Indicadores de Desempenho das IFES	171
	CONCLUSÃO	172
	ANEXO.....	173

INTRODUÇÃO

A UNIPAMPA é uma instituição de Educação Superior, criada por meio da Lei Federal nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008, sob a forma de fundação pública, vinculada ao Ministério da Educação, faz parte do programa de expansão das universidades federais no Brasil. Com a finalidade de realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão nos campi de Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana.

Para a continuidade de seu processo de implantação, a universidade busca a consolidação de suas instalações físicas, ao mesmo tempo em que já aponta como instituição sólida, de relevante atuação em sua área da abrangência, com forte interação com a realidade das comunidades em que está inserida.

Projetos de ensino, pesquisa e extensão são fomentados tanto internamente como externamente, com vistas à busca constante pela formação e a ampliação dos conhecimentos. Uma robusta política de Assistência Estudantil tem sido fortalecida visando ao melhor desempenho no processo formativo de nossos alunos. Bolsas e auxílios, implantação dos Restaurantes Universitários e construção de moradias estudantis são exemplos de ações desenvolvidas a fim de atender o perfil dos acadêmicos da instituição.

A construção coletiva do novo Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, desenvolvida no transcorrer do ano 2013, representou uma oportunidade de reflexão para os docentes, técnico-administrativos e discentes sobre o importante papel da instituição, permitindo a proposição e o objetivo de construção de uma universidade inovadora, capaz de sustentar um projeto acadêmico desafiador e contemporâneo.

Com esse olhar sobre o contexto de uma universidade nova e interiorizada é que a UNIPAMPA apresenta o Relatório de Gestão demonstrando que a universidade trabalhou a passos largos rumo à formação de profissionais qualificados, cidadãos conscientes de seu papel na sociedade, gerando ciência a fim de promover o desenvolvimento social, econômico e cultural da região do pampa gaúcho.

Em resumo, apresentamos o Relatório de Gestão do exercício de 2013, de acordo com os termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado em conformidade com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, a Decisão Normativa TCU nº 127/2013, a Decisão Normativa 129/2013 e a Portaria - TCU nº 175/2013.

Em relação aos itens 4.2 e 4.7, não ocorreram no período em virtude da Universidade não ter reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos e não ter requerido precatórios no exercício, respectivamente. Os itens 2.2.3.2.; 4.5.2 e 9.1.2 não ocorreram no período. Os itens 2.2.1; 2.2.2; 2.2.3.4; 3.3; 4.1.3.2; 4.1.3.4; 4.6; 5.2.2; 6.2.3 e 11.1 não se aplicam à natureza jurídica da Instituição, porque esta é uma Fundação Pública com atuação na área do ensino, pesquisa e extensão.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1. Relatório de Gestão Individual

Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de gestão individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Fundação Universidade Federal do Pampa			
Denominação Abreviada: UNIPAMPA			
Código SIORG: 94739	Código LOA: 26266	Código SIAFI: 154359	
Natureza Jurídica: Fundação		CNPJ: 09.341.233/0001-22	
Principal Atividade: Educação Superior			Código CNAE: 8532-5
Telefones/Fax de contato:	(53) 32405400	(53) 32405404	(53) 32405420
Endereço Eletrônico: reitoria@unipampa.edu.br; proplan@unipampa.edu.br			
Página na Internet: http://www.unipampa.edu.br			
Endereço Postal: Av. General Osório, 900, CEP 96.400-100, Bagé, RS			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei 11.640, de 11 de Janeiro de 2008.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto da Universidade Federal do Pampa			
Resolução nº 05/2010 – Regimento Geral			
Portaria nº 367/2013 - Institui a estrutura organizacional da UNIPAMPA			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Resolução nº 29/2011 – Normas da Graduação			
Manual de compras públicas da UNIPAMPA 2013			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
154359	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
26266	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
154359		26266	

Fonte: PROPLAN

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A UNIPAMPA é uma instituição *multicampi* cujas responsabilidades institucionais estão estabelecidas na Lei de sua criação, bem como em seu Estatuto.

De acordo com a Lei 11.640, de 11 de janeiro de 2008:

Art.2º A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação *multicampi* na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Em consonância com a Lei de Criação, o Estatuto estabelece:

Art. 9º A UNIPAMPA, comunidade de docentes, discentes e pessoal técnico-administrativo em educação, tem por finalidade precípua a educação superior e a produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, integradas no ensino, na pesquisa e na extensão.

Art. 10º Para a consecução de seus fins, em ações *multicampi*, a UNIPAMPA realizará:

I - ensino superior, visando à formação de excelência, acadêmica e profissional, inicial e continuada, nos diferentes campos do saber, estimulando a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - pesquisa e atividades criadoras, nas ciências, nas letras e nas artes;

III - estudos da problemática social, econômica e ambiental da região, do país e do planeta;

IV - extensão universitária, visando o desenvolvimento social, cultural, científico, tecnológico e econômico de sua área de abrangência, bem como do estado e do país, aberta à participação da comunidade externa e articulada com entidades públicas e privadas, de âmbito regional, nacional e mundial;

V - educação para o desenvolvimento sustentável, estimulando saberes que promovam condições dignas de vida humana, social e ambiental, no contexto local, regional, nacional e mundial;

VI - oferta permanente de oportunidades de informação e de acesso ao conhecimento, aos bens culturais e às tecnologias;

VII - a valorização da solidariedade, da cooperação, da diversidade e da paz entre indivíduos, grupos sociais e nações.

1.3. Organograma Funcional

A Estrutura Organizacional da UNIPAMPA foi instituída pela Portaria nº 367, de 18 de abril de 2013 (Anexo).

1.4. Macroprocessos finalístico

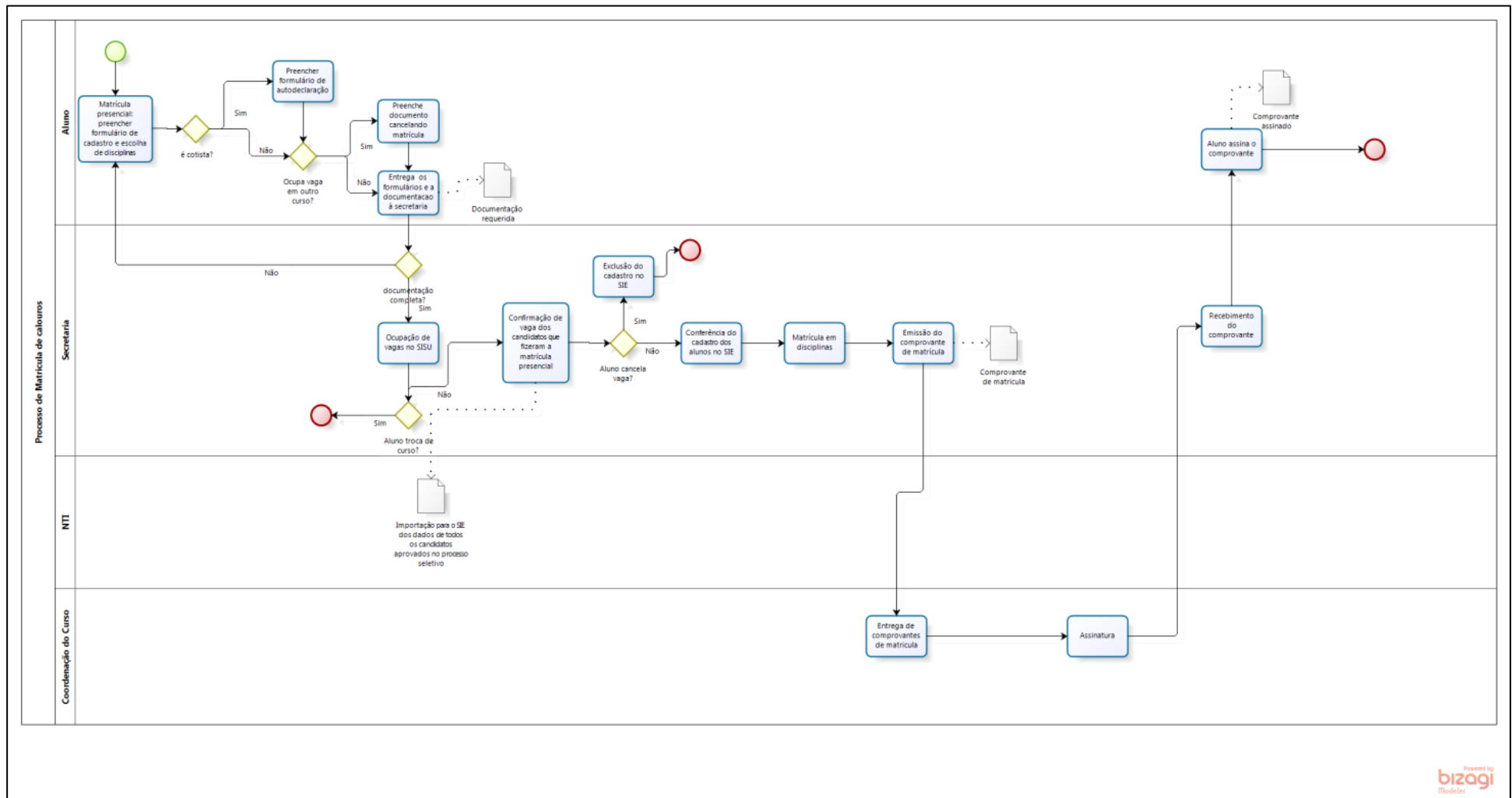


Figura 1 - Matrícula de Calouros

Fonte: PROGRAD

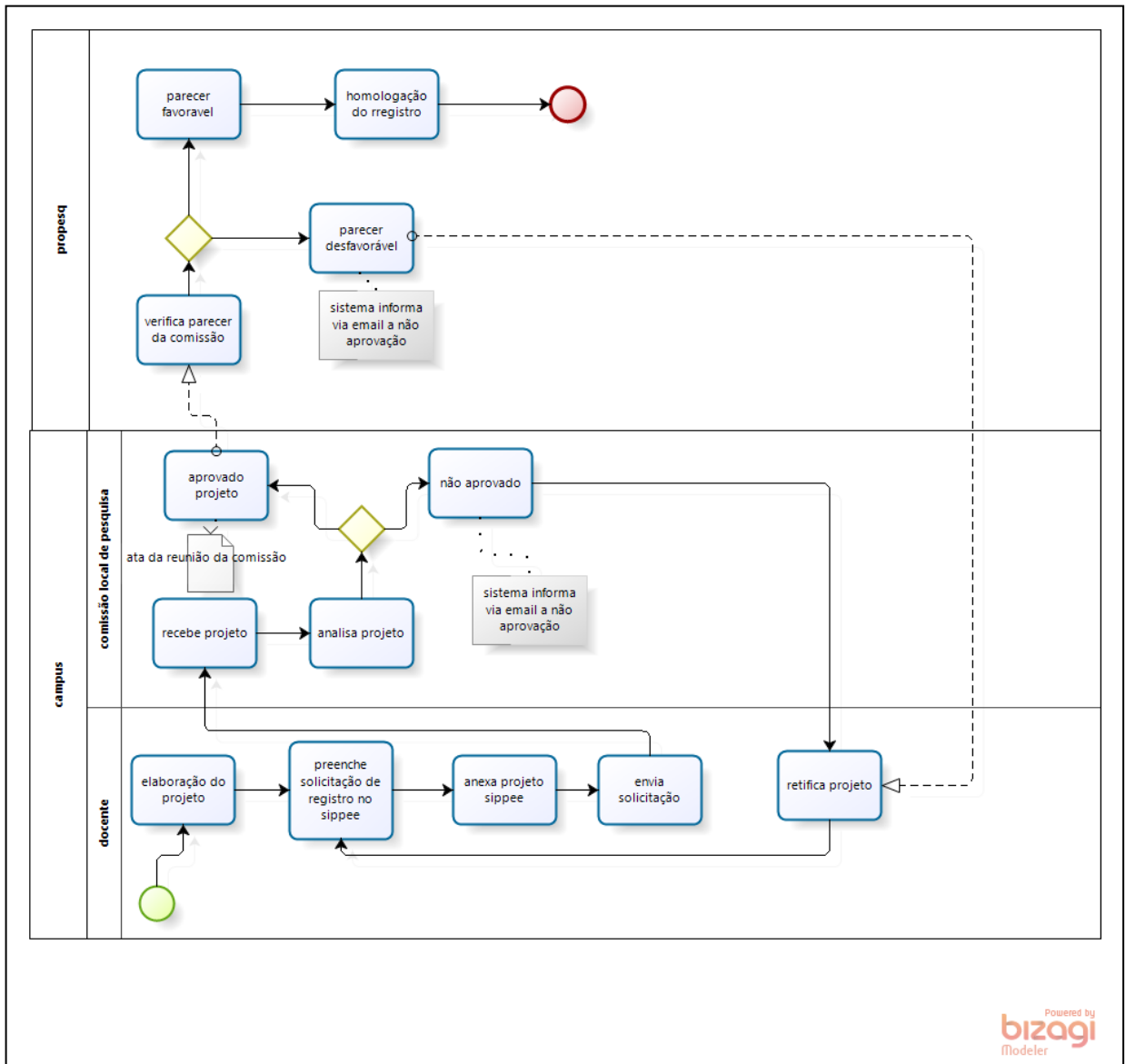


Figura 2- Projetos de Pesquisa
 Fonte: PROPESQ

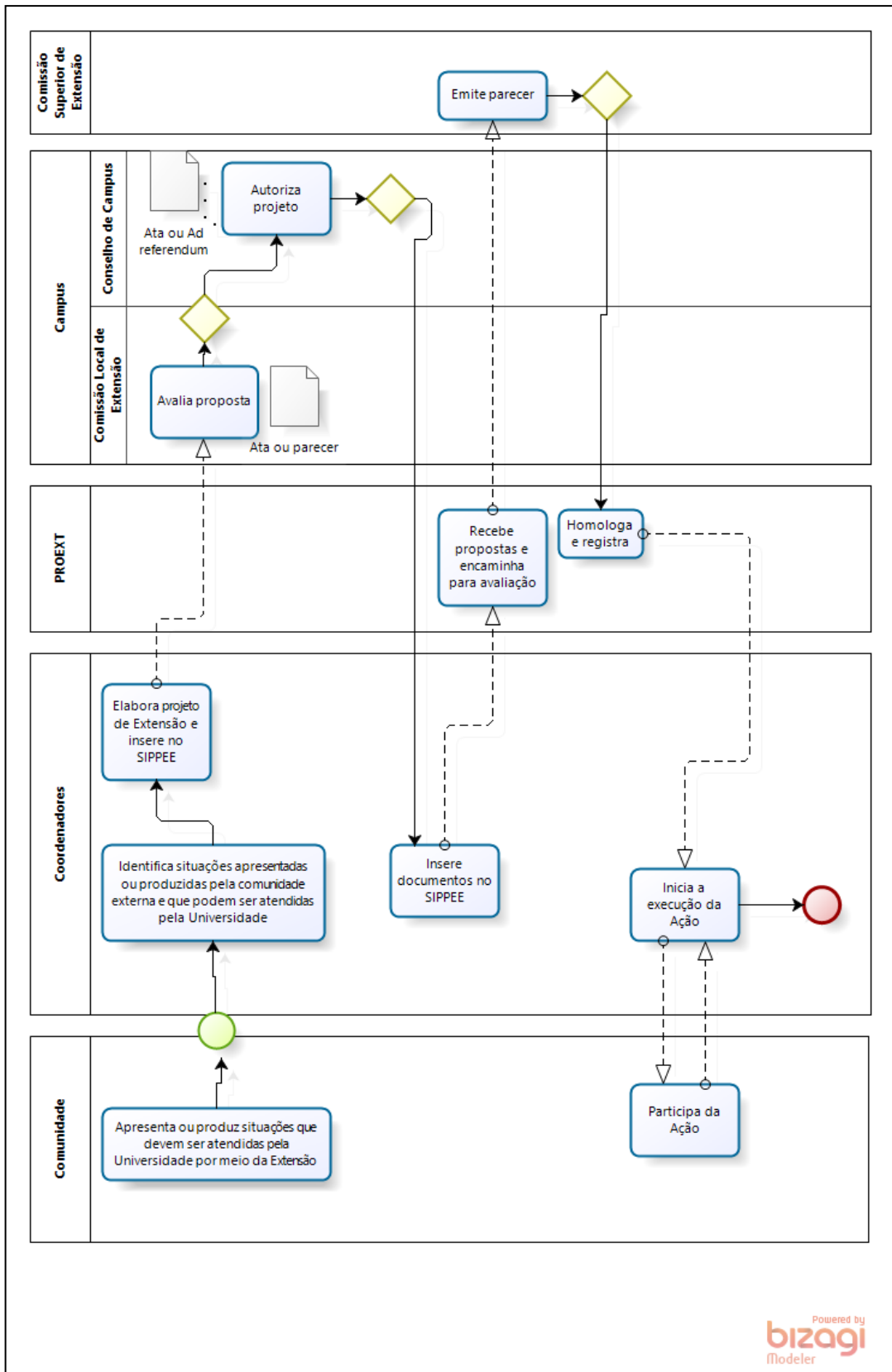


Figura 3 - Projeto de Extensão

Fonte: PROEXT

1.5. Macroprocessos de Apoio

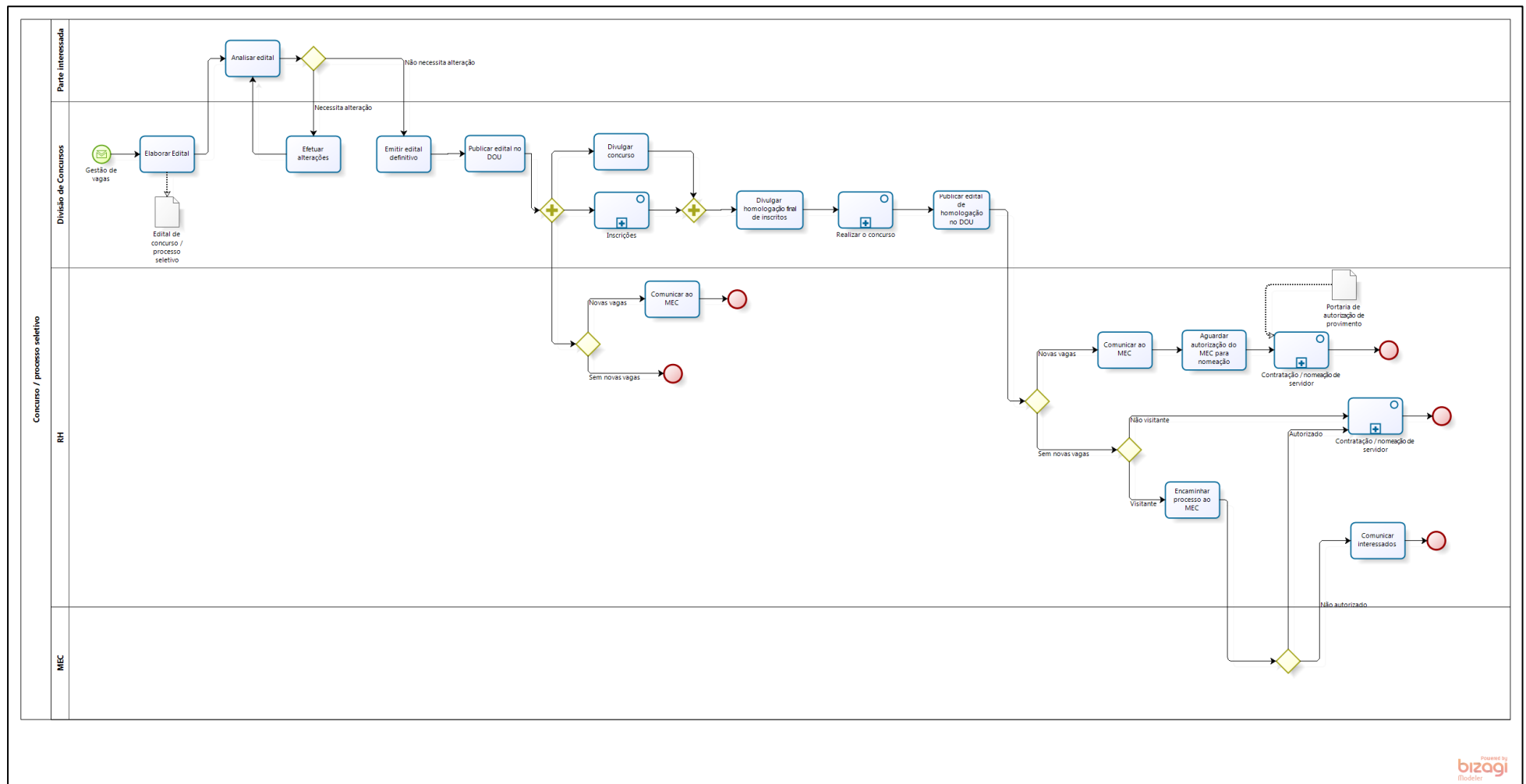


Figura 4 – Concursos
Fonte: PROGESP

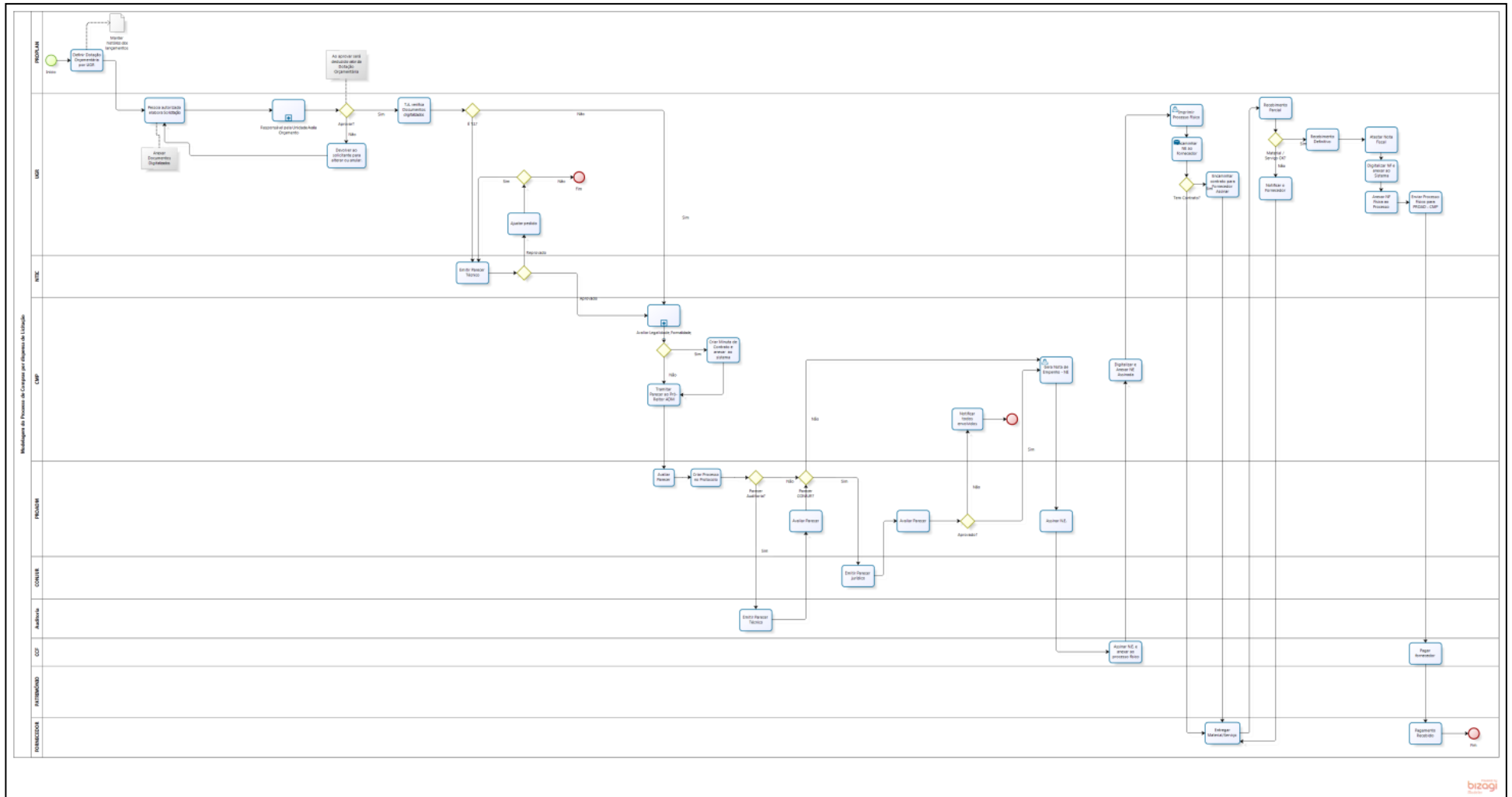


Figura 5 - Dispensa de Licitação
 Fonte: PROAD

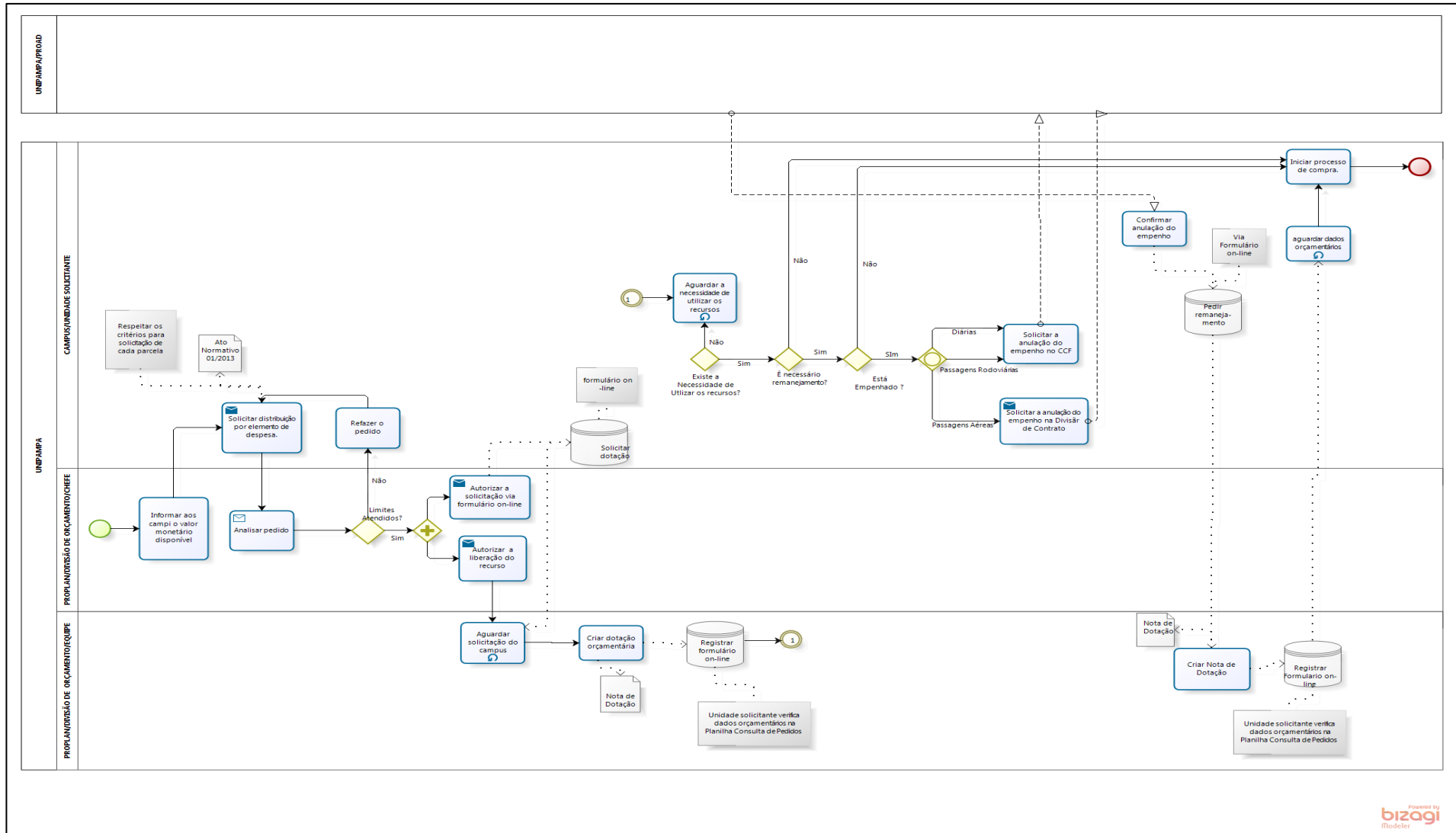


Figura 6 - Uso da matriz de custeio

Fonte: PROPLAN

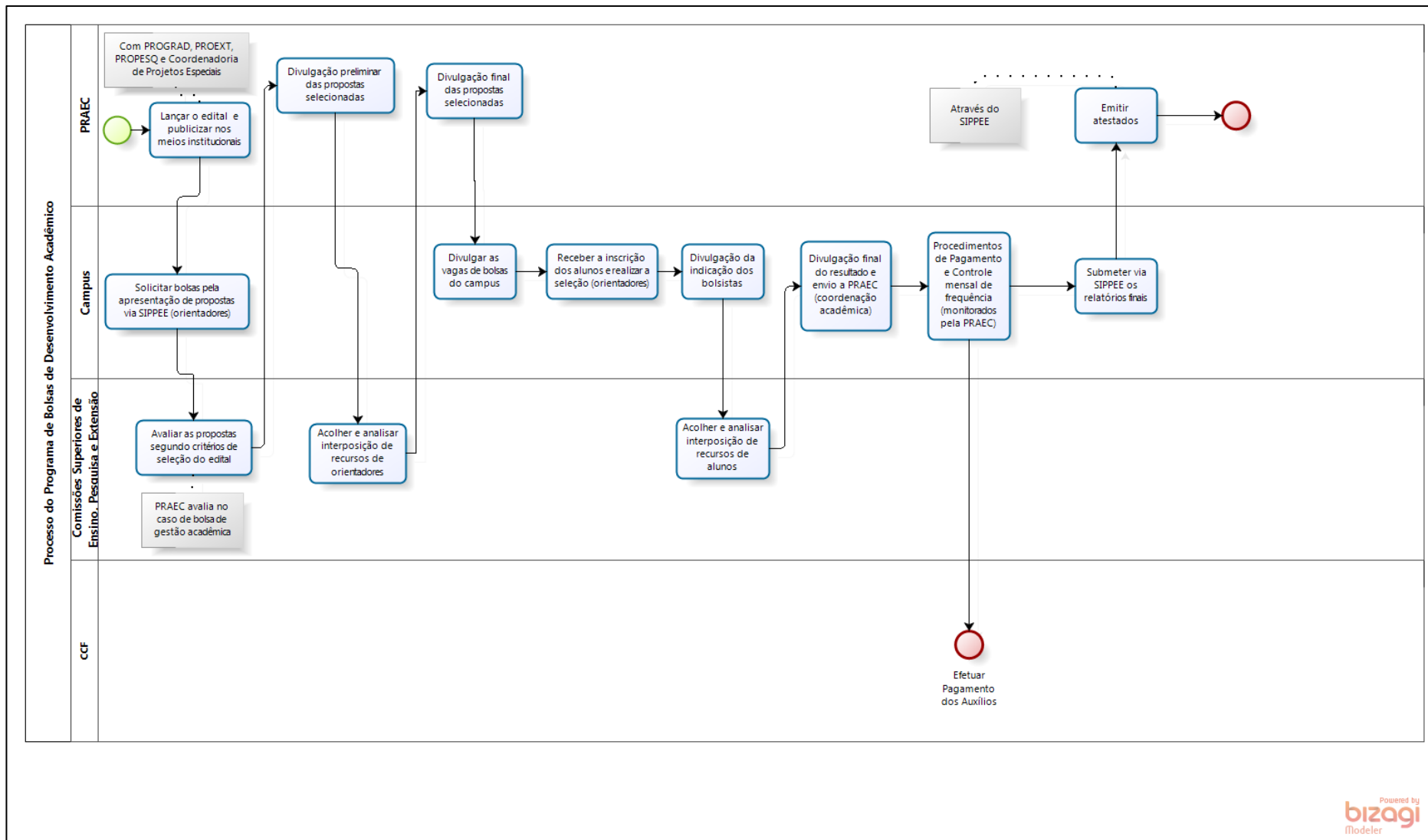


Figura 7 - Processo do Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico

Fonte: PRAEC

1.6. Principais Parceiros

É importante ressaltar como parceiros que firmam instrumentos de apoio e parceria com a Instituição, as empresas que recebem os discentes para estágio, oportunizando o crescimento dos alunos quanto à prática da profissão escolhida bem como admitindo a participação da Universidade no âmbito social através dos professores orientadores.

Destacam-se também como efetivos parceiros, tanto em convênios de estágios como outras atividades, as Prefeituras Municipais das cidades que possuem campus da UNIPAMPA: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, São Borja, São Gabriel, Santana do Livramento, Uruguaiana; e também cidades da região como Aceguá, Arroio Grande, Quaraí e Barra do Quaraí. Já o Estado do Rio Grande do Sul no final de 2013 manteve relação mais estreita com a UNIPAMPA e suas companhias estatais, como a de energia CEEE.

São parceiros também as universidades federais, em especial UFSM e UFPEL e os Institutos Federais de Ensino, assim como os programas voltados à educação do Governo Federal. Por fim, a CGTEE, os sindicatos profissionais, instituições de saúde, e instituições bancárias (SICREDI para estágios e Santander no programa Santander Universidade).

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1. Planejamento da unidade

2.1.1. Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD

A PROGRAD tem a função de coordenar as ações que visam a qualidade dos cursos oferecidos na Instituição. Também tem papel de assessoramento pedagógico e desenvolvimento de programas e projetos relacionados com o ensino de graduação. O contexto atual, as políticas e os objetivos da graduação definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) atual são referenciais para as ações da PROGRAD. Como nos anos anteriores, em 2013, o ensino foi balizado pelas políticas previstas:

- Formação para cidadania, que culmine em um egresso participativo, responsável, crítico, criativo e comprometido com o desenvolvimento sustentável;
- Educação como um processo global e interdependente, implicando compromisso com o sistema de ensino em todos os níveis;
- Qualidade acadêmica, traduzida pela perspectiva de totalidade que envolve as relações teoria e prática, conhecimento e ética e compromisso com os interesses públicos;
- Universalidade de conhecimentos, valorizando a multiplicidade de saberes e práticas;
- Inovação pedagógica, que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos usando novas práticas;
- Equidade de condições para acesso e continuidade dos estudos na Universidade;
- Reconhecimento do educando como sujeito do processo educativo;
- Pluralidade de ideias e concepções pedagógicas;
- Incorporação da pesquisa como princípio educativo, tomando-a como referência para o ensino na graduação e na pós-graduação;
- Coerência na estruturação dos currículos, nas práticas pedagógicas e na avaliação.

Os objetivos para o ano de 2013 tomaram como base os objetivos anteriores, que tem como base os princípios norteadores do PDI e as políticas de ensino já referidas anteriormente, bem como os novos desafios para a consolidação da graduação, conforme se visualiza a seguir:

- Dar continuidade ao o processo de elaboração e adequação dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), com assessoramento aos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos Cursos de Graduação;
- Incentivar a oferta de vagas no período noturno;
- Incentivar ações de inovação didático-pedagógicas, viabilizando o uso de ferramentas de ensino a distância (EaD);
- Articular as atividades de ensino, pesquisa e extensão como bases da formação acadêmica;
- Ampliar o acesso e a permanência com garantia de continuidade nos estudos;
- Desenvolver ações interdisciplinares entre os diferentes cursos da Instituição, contribuindo para uma formação ampla e generalista;
- Apoiar a integração entre cursos e dos cursos com a comunidade local, nacional e internacional e com a educação básica;
- Ampliar e consolidar os registros acadêmicos de discentes, docentes, técnico-administrativos e cursos, com a finalidade de desenvolvimento do aprimoramento desse sistema de dados do ensino;
- Consolidar a estrutura pedagógica da área de ensino;

- Qualificar o ensino de graduação, através da realização de eventos de formação acadêmico-profissional, que oportunizem a reflexão sobre a prática e estudos de questões pedagógicas entre os docentes;

- Institucionalizar as atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação;

- Planejar e articular junto à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) e Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDEs) atividades de acolhimento, permanência e acompanhamento dos acadêmicos e docentes, enquanto Política Institucional;

- Fomentar ações para a redução da retenção e evasão escolar, com a instituição de um grupo de estudo (GT Evasão e Retenção), corresponsável pelo andamento de pesquisa, estudo, análise e, a partir daí, proposição de ações de redução dos índices de retenção e evasão.

Apresenta-se o quadro a seguir, com ações Alcançadas (A), Parcialmente Alcançadas (PA) ou Não Alcançadas (NA), bem como uma síntese dos resultados, durante o ano civil 2013.

Quadro 2 - Análise das ações da PROGRAD

Nº	AÇÕES PLANEJADAS PARA 2013	SITUAÇÃO DAS AÇÕES*			SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS
		A	PA	NA	
1	Realização do processo seletivo SiSU na UNIPAMPA.	X			<ul style="list-style-type: none"> - Assessoramento aos Editais do Processo Seletivo e na elaboração do Termo de Adesão ao SiSU; - Assessoramento e organização de informações às coordenações acadêmicas e às secretarias acadêmicas, por meio de memorandos circulares. - Acompanhamento do processo de matrículas.
2	Aperfeiçoamento da qualidade do ensino de graduação.	X			<ul style="list-style-type: none"> - Uma das formas de percepção da qualidade do ensino de graduação está no resultado da avaliação externa dos cursos de graduação. No ano de 2013, foi realizado o acompanhamento da abertura ou encerramento dos processos avaliativos externos de 06 cursos de graduação, do total de 11 cursos avaliados, em que a maioria dos cursos obteve a nota 4 (na escala de 1 a 5), sendo que um curso obteve a nota 5. Os cursos avaliados foram os seguintes: Gestão Ambiental, Campus São Gabriel: 18 e 19/04; Ciências Biológicas, Campus São Gabriel; Ciências Exatas, Campus Caçapava do Sul: 27 e 28/06; Biotecnologia, Campus São Gabriel: 29 e 30/07; Ciência e Tecnologia de Alimentos, Campus Itaquí: 01 e 02/08; Relações Internacionais, Campus Santana do Livramento: 22 e 23/08; História, Campus Jaguarão: 16 e 17/09; Ciências da Computação: 16 e 17/09; Ciências Econômicas: 07 e 08/11; Medicina Veterinária: 07 e 08/11; Engenharia Mecânica: 07 e 08/11. - A nota de avaliação dos cursos em processos regulatórios, o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Curso (IGC), segundo o SINAES, são indicadores que revelam a qualidade dos cursos de graduação e das instituições de ensino superior. Nos resultados do IGC 2012, a UNIPAMPA alcançou o conceito 4, em uma escala de 1 a 5. - Encaminhamento de minuta de resolução à Comissão Superior de Ensino e sua aprovação no CONSUNI, resultando a Resolução nº 61, de 29

				<p>de agosto de 2013, que aprova a inclusão do nome social de transgêneros (travestis e transgêneros) nos registros acadêmicos e funcionais da Universidade Federal do Pampa.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os cursos de licenciatura tiveram auxílio na escolha da coordenação geral do PIBID e da ampliação do projeto institucional desse Programa. O projeto conta também com três coordenadores de gestão e com coordenadores de área. Além disso, o projeto de ampliação do LIFE e o projeto de PRODOCÊNCIA foram aprovados pela CAPES. - Participação na elaboração de um novo PDI com a participação e contribuição das Pró-Reitorias nas reuniões presenciais nos <i>campi</i>, bem como na elaboração do texto. - Mapeamento das boas práticas de ensino-aprendizagem, a fim de documentar a história acadêmica da UNIPAMPA. - Colaboração para implementar o Edital do Programa de Bolsas de Desempenho Acadêmico (PBDA 2013). - Implementação do “Programa de Bolsas de Desenvolvimento Pedagógico – foco: Ensino-aprendizagem” (PBDP-E/A). As modalidades de bolsas previstas no PBDP-E/A atenderam aos seguintes âmbitos: (a) ao nível da Gestão Acadêmica: destinadas aos projetos de Coordenadores Acadêmicos; Coordenadores de Curso; membros da equipe pedagógica dos NuDEs (Núcleos de Desenvolvimento Educacional); (b) ao nível das Proposições Docentes (individuais ou em grupos): destinadas a docentes de componentes curriculares. - Auxílio no assessoramento dos PPCs com relação à adequação ao PPI. - Assessoramento à elaboração dos PPCs de graduação, assegurando que estejam previstas na matriz curricular dos cursos as ações de extensão, bem como a abordagem de conteúdos pertinentes à temática das Relações Étnico-Raciais, Direitos Humanos, Educação Ambiental e LIBRAS. - Assessoramento às coordenações acadêmicas e às de cursos de graduação sobre ações para redução da evasão e da retenção de acadêmicos. - Organização e implementação de processo seletivo específico para candidatos uruguaios fronteiriços. - Criação do novo Portal do Professor, via GURI, implementado em fase de teste no 2º semestre de 2013 e, em fase operacional, em 2014, em todos os <i>campi</i> da Universidade.
3	Elaboração de calendários acadêmicos.	X		<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação do calendário acadêmico para o ano letivo 2013/2014, com todos os eventos acadêmico-administrativos institucionais e envio para aprovação no CONSUNI.
4	Elaboração e aprovação dos calendários de eventos – refeições de grau 2012/2, 2013/1 e 2013/2 dos	X		<ul style="list-style-type: none"> - Emissão da Portaria 281, de 15 de março de 2013, dispõe sobre o Calendário de Eventos, referente às refeições de grau 2012/2.

	<p> cursos de graduação.</p>				<p>- Emissão da Portaria 978, de 13 de setembro de 2013, dispõe sobre o Calendário de Eventos, referente às colações de grau 2013/1.</p> <p>- Emissão da Portaria 1508, de 27 de dezembro de 2013, dispõe sobre o Calendário de Eventos, referente às colações de grau 2013/2.</p>
5	<p>Promoção de ações de formação continuada aos professores e de qualificação da prática docente, numa forma de estimular os professores na utilização de diferentes metodologias de ensino e aperfeiçoamento pedagógico.</p>		X		<p>- As reuniões dos Fóruns por Áreas do Conhecimento são espaços de discussão sobre metodologias de ensino, currículo e demais aspectos referentes à qualificação docente e pedagógica dos cursos. Foram realizados ao longo de 2013, os seguintes encontros dos Fóruns por Áreas do Conhecimento:</p> <p>Fórum da Saúde – 23/04 – Campus Uruguaiana: 56 participantes; Fórum das Licenciaturas – 22/05 – Campus Jaguarão: 40 participantes; Fórum das Engenharias e Ciências Exatas – 25/10 - Campus Bagé: 29 participantes; Fórum das Agrárias – 20/11 – Campus Dom Pedrito: 24 participantes; Fórum dos Cursos Tecnológicos – 26/11 -Campus Santana do Livramento: 19 participantes; Fórum das Ciências Sociais Aplicadas – 05/12 – Campus Santana do Livramento: 23 participantes.</p> <p>- Curso de formação para as novas direções realizado nos dias 06 e 07/02, em Bagé, com 30 participantes das novas equipes diretivas dos <i>campi</i> (diretores, coordenadores acadêmicos e administrativos), com apoio do NUDEPE para a realização do evento.</p> <p>- II Seminário de Coordenadores de Curso: 03 e 04 de abril, em Bagé; e 29 e 30 de abril em Uruguaiana. O seminário foi ofertado em duas localidades diferentes atendendo à proximidade entre os <i>campi</i>. Teve participação de todos os 60 coordenadores.</p> <p>- Como ação de integração e instrumentação pedagógica foi planejado o Curso de Formação Pedagógica para docentes e técnicos, com o propósito de discutir a docência universitária problematizando as diferentes áreas do conhecimento. Esse curso faz parte do Programa Institucional de Desenvolvimento Profissional Docente da Universidade e ocorre em três módulos de oito horas com 50 vagas por campus. O curso iniciou suas atividades no Campus Bagé, atendendo 45 servidores entre docentes e técnico administrativos. Nos demais <i>campi</i>, o referido curso será desenvolvido no ano de 2014.</p>

Fonte: PROGRAD

A tabela a seguir apresenta os cursos de graduação ofertados por campus, número de vagas e os ingressantes no processo seletivo de 2013:

Tabela 1 - Processo Seletivo SiSU – Ingressantes 2013

CURSOS	CAMPUS	VAGAS	INGRESSANTES ¹
Ciências da Computação	Alegrete	50	50
Engenharia Civil	Alegrete	50	50
Engenharia Elétrica	Alegrete	50	50
Engenharia Mecânica	Alegrete	50	50
Engenharia Agrícola	Alegrete	25	25
Engenharia de Software	Alegrete	50	50
Engenharia de Telecomunicações	Alegrete	50	50
Engenharia da Computação	Bagé	50	51
Engenharia de Alimentos	Bagé	50	52
Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente	Bagé	50	51
Engenharia de Produção	Bagé	50	50
Engenharia Química	Bagé	50	57
Física	Bagé	50	68
Matemática	Bagé	50	50
Letras - Português	Bagé	50	53
Letras Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas**	Bagé	50	63
Química	Bagé	50	51
Música	Bagé	25	25
Geofísica	Caçapava do Sul	40	40
Geologia	Caçapava do Sul	50	50
Ciências Exatas	Caçapava do Sul	50	50
Mineração	Caçapava do Sul	40	40
Engenharia Ambiental e Sanitária	Caçapava do Sul	50	50
Zootecnia	Dom Pedrito	50	50
Enologia	Dom Pedrito	50	50
Agronegócios	Dom Pedrito	50	50
Ciências da Natureza	Dom Pedrito	50	50
Agronomia	Itaqui	50	50
Ciência e Tecnologia de Alimentos	Itaqui	50	50

¹ A coluna “Ingressantes” apresenta o somatório de candidatos ingressantes no 1º e 2º semestres de 2013. Alguns cursos possuem maior número de ingressantes do que o número de vagas ofertadas no Processo Seletivo SISU 2012 devido ao ingresso ter sido feito através de liminar judicial ou por ajuste de matrículas.

Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia – Noturno	Itaqui	75	75
Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia – Integral	Itaqui	75	76
Nutrição	Itaqui	50	51
Engenharia de Agrimensura	Itaqui	50	50
Matemática	Itaqui	50	50
Letras – Português/Espanhol – Integral	Jaguarão	50	28
Letras – Português/Espanhol – Noturno	Jaguarão	50	49
Gestão de Turismo	Jaguarão	50	50
História	Jaguarão	50	26
Pedagogia	Jaguarão	50	50
Produção e Política Cultural	Jaguarão	50	41
Administração – Matutino	S. Livramento	50	51
Administração – Noturno	S. Livramento	50	52
Gestão Pública	S. Livramento	50	50
Relações Internacionais	S. Livramento	50	50
Ciências Sociais – Ciências Econômicas	S. Livramento	50	51
Comunicação Social – Jornalismo	São Borja	50	52
Comunicação Social – Publicidade e Propaganda	São Borja	50	52
Ciências Sociais - Ciência Política	São Borja	50	51
Serviço Social	São Borja	50	51
Relações Públicas	São Borja	50	50
Ciências Humanas	São Borja	50	50
Ciências Biológicas – Bacharelado	São Gabriel	30	30
Ciências Biológicas – Licenciatura	São Gabriel	30	30
Engenharia Florestal	São Gabriel	50	50
Gestão Ambiental	São Gabriel	50	50
Biotecnologia	São Gabriel	50	50
Enfermagem	Uruguaiana	50	51
Farmácia	Uruguaiana	50	53
Fisioterapia	Uruguaiana	50	50
Medicina Veterinária	Uruguaiana	80	81
Educação Física	Uruguaiana	50	51
Aquicultura	Uruguaiana	50	50

Ciências da Natureza	Uruguaiana	50	50
TOTAL		3120	3128

Fonte: PROGRAD

Conforme estabelece a Resolução nº 29/2011, a tabela 2 apresenta as outras formas de ingresso disponibilizadas durante o ano de 2013, com o respectivo número de ingressantes.

Tabela 2 - Outras Formas de Ingresso

Forma de Ingresso	Nº de Ingressantes
Convênio - I.F.Farroupilha	25
Portador de Diploma	93
Processo Seletivo - Uruguaios Fronteiriços	6
Reingresso	35
Reopção - Mobilidade Interna (para curso/habilitação área relacionada)	110
Reopção - Transferência interna (de um curso não relacionado ao atual)	2
Transferência Interna por Reopção de Curso	5
Transferência Ex-Officio (amparada em lei)	6
Transferência Interna	42
Transferência Voluntária ou Externa	58
TOTAL	382

Fonte: PROGRAD

- **Evasão e retenção nos cursos de graduação em 2012/2 e 2013/1**

As formas de evasão encontradas em 2012/2 e 2013/1 estão apresentadas por curso, nas tabelas a seguir, ou seja, abandono, cancelamento, transferência interna por reopção, transferência externa e transferência interna. Os gráficos ilustram melhor os dados apresentados e sua percentagem.

Tabela 3 - Evasão por curso 2012/2

Ano de Evasão	Período de Evasão	Campus do Curso	Nome do Curso	Abandono	Cancelamento	Transf. Interna Por Reopção de Curso	Transferência	Transferência Interna	Classificado e Não Matriculado	Total por curso
2012	2. Semestre	Alegrete	Ciência da Computação	17	4	1	1			23
2012	2. Semestre	Alegrete	Engenharia Agrícola	17	1					18
2012	2. Semestre	Alegrete	Engenharia Civil	14	2		1			17
2012	2. Semestre	Alegrete	Engenharia de Software	22	1		1			24
2012	2. Semestre	Alegrete	Engenharia de Telecomunicações	5	2					7
2012	2. Semestre	Alegrete	Engenharia Elétrica	12	6		5			23
2012	2. Semestre	Alegrete	Engenharia Mecânica	8	3		7			18
2012	2. Semestre	Bagé	Engenharia de Alimentos	24	3	1	2			30
2012	2. Semestre	Bagé	Engenharia de Computação	35						35
2012	2. Semestre	Bagé	Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente	17	4		2			23
2012	2. Semestre	Bagé	Engenharia de Produção	25	5		1			31
2012	2. Semestre	Bagé	Engenharia Química	15	3		4			22
2012	2. Semestre	Bagé	Física	23	9		1			33
2012	2. Semestre	Bagé	Letras - L.Portuguesa e Respectives Literaturas	41	1	38		1		81
2012	2. Semestre	Bagé	Letras - Português e Espanhol	3			1	18		22₃₄

2012	2. Semestre	Bagé	Letras - Português e Inglês	3	1		6	10
2012	2. Semestre	Bagé	Matemática	30	2		1	33
2012	2. Semestre	Bagé	Música	8	1			9
2012	2. Semestre	Bagé	Química	22	1			23
2012	2. Semestre	Caçapava do Sul	Ciências Exatas	21	1			22
2012	2. Semestre	Caçapava do Sul	Engenharia Sanitária e Ambiental	6	1			7
2012	2. Semestre	Caçapava do Sul	Geofísica	10			2	12
2012	2. Semestre	Caçapava do Sul	Geologia	5	5		1	11
2012	2. Semestre	Caçapava do Sul	Mineração	20	1			21
2012	2. Semestre	Dom Pedrito	Agronegócios	21	1			22
2012	2. Semestre	Dom Pedrito	Ciências da Natureza	5				5
2012	2. Semestre	Dom Pedrito	Enologia	15	1			16
2012	2. Semestre	Dom Pedrito	Zootecnia	13	1	1	1	16
2012	2. Semestre	Itaqui	Agronomia	15	4	1		20
2012	2. Semestre	Itaqui	Ciência e Tecnologia de Alimentos	24	3	1		28
2012	2. Semestre	Itaqui	Engenharia em Agrimensura	8	3			11
2012	2. Semestre	Itaqui	Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	49	6			55
2012	2. Semestre	Itaqui	Matemática	16				16
2012	2. Semestre	Itaqui	Nutrição	19	1			20

2012	2. Semestre	Jaguarão	Gestão de Turismo	26				26
2012	2. Semestre	Jaguarão	História	20	1	1		22
2012	2. Semestre	Jaguarão	Letras – Espanhol	34	2	2	1	39
2012	2. Semestre	Jaguarão	Pedagogia	19				19
2012	2. Semestre	Jaguarão	Produção e Política Cultural	12	1			13
2012	2. Semestre	Santana do Livramento	Administração	31	2	2	3	38
2012	2. Semestre	Santana do Livramento	Ciências Econômicas	12		5	2	19
2012	2. Semestre	Santana do Livramento	Gestão Pública	24			1	25
2012	2. Semestre	Santana do Livramento	Relações Internacionais	13		2		15
2012	2. Semestre	São Borja	Ciências Humanas		2			2
2012	2. Semestre	São Borja	Ciências Sociais - Ciência Política	28	1		1	30
2012	2. Semestre	São Borja	Jornalismo	21	1	2	2	26
2012	2. Semestre	São Borja	Publicidade e Propaganda	15	4	1		20
2012	2. Semestre	São Borja	Relações Públicas	16	2			18
2012	2. Semestre	São Borja	Serviço Social	14			1	15
2012	2. Semestre	São Borja	Biotecnologia	19				19
2012	2. Semestre	São Borja	Ciências Biológicas	24	2	1		27
2012	2. Semestre	São Borja	Engenharia Florestal	19	7		1	27
2012	2. Semestre	São Borja	Gestão Ambiental	27	1			28

2012	2. Semestre	Uruguaiiana	Aquicultura	15	1				16	
2012	2. Semestre	Uruguaiiana	Ciências da Natureza	27	5				32	
2012	2. Semestre	Uruguaiiana	Educação Física	26	3				29	
2012	2. Semestre	Uruguaiiana	Enfermagem	6	4		1		11	
2012	2. Semestre	Uruguaiiana	Farmácia	14			1	1	16	
2012	2. Semestre	Uruguaiiana	Fisioterapia	11	3		1		15	
2012	2. Semestre	Uruguaiiana	Medicina Veterinária	7	2		2	3	14	
TOTAL				1068	121	59	47	26	4	1325
				80,60%	9,13%	4,45%	3,54%	1,96%	0,30%	100%

Fonte: PROGRAD

Tabela 4 - Evasão por Curso em 2013/1

Ano de Evasão	Período de Evasão	Campus do Curso	Nome do Curso	Abandono	Cancelamento	Transf. Interna por Reopção de Curso	Transferência Interna	Transferência	Classificado e não Matriculado	Total por curso
2013	1. Semestre	Alegrete	Ciência da Computação	30	6	2		1		39
2013	1. Semestre	Alegrete	Engenharia Agrícola	12	2	7		2		23
2013	1. Semestre	Alegrete	Engenharia Civil	10	1			1		12
2013	1. Semestre	Alegrete	Engenharia de Software	13	1	2				16
2013	1. Semestre	Alegrete	Engenharia de Telecomunicações	5	2	3				10
2013	1. Semestre	Alegrete	Engenharia Elétrica	9	4	4				17
2013	1. Semestre	Alegrete	Engenharia Mecânica	9	4	4		1		18
2013	1. Semestre	Bagé	Engenharia de Alimentos	8	11	6		1		26
2013	1. Semestre	Bagé	Engenharia de Computação	15	5	3		1		24
2013	1. Semestre	Bagé	Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente	20	8	8		1	1	38
2013	1. Semestre	Bagé	Engenharia de Produção	21	4	2				27
2013	1. Semestre	Bagé	Engenharia Química	10	3	2			1	16
2013	1. Semestre	Bagé	Física	14	8	4				26
2013	1. Semestre	Bagé	Letras – L. Portuguesa e Respektivas Literaturas	22	1	1	23	1		48
2013	1. Semestre	Bagé	Letras - Português e Espanhol	3			10			13
2013	1. Semestre	Bagé	Letras - Português e Inglês	2	1		9			12
2013	1. Semestre	Bagé	Letras - Português e Literaturas da L. Port.		3					3
2013	1. Semestre	Bagé	Letras Adicionais: Inglês, Espanhol e Resp		5			1		6

2013	1. Semestre	Bagé	Matemática	7	8	1		1	17
2013	1. Semestre	Bagé	Música	3	1			2	6
2013	1. Semestre	Bagé	Química	11	5	4	1		21
2013	1. Semestre	Caçapava do Sul	Ciências Exatas	20	3	1			24
2013	1. Semestre	Caçapava do Sul	Engenharia Sanitária e Ambiental	2	4	1			7
2013	1. Semestre	Caçapava do Sul	Geofísica	10	7	6			23
2013	1. Semestre	Caçapava do Sul	Geologia		4	1		1	6
2013	1. Semestre	Caçapava do Sul	Mineração	14	5	2			21
2013	1. Semestre	Dom Pedrito	Agronegócios	15	4	1			20
2013	1. Semestre	Dom Pedrito	Ciências da Natureza	6	2		1		9
2013	1. Semestre	Dom Pedrito	Enologia	7	2				9
2013	1. Semestre	Dom Pedrito	Zootecnia	10	5	2		1	18
2013	1. Semestre	Itaqui	Agronomia	12	4	1			17
2013	1. Semestre	Itaqui	Ciência e Tecnologia de Alimentos	9	4	3			16
2013	1. Semestre	Itaqui	Engenharia em Agrimensura	7	4	3			14
2013	1. Semestre	Itaqui	Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	35	11	15			61
2013	1. Semestre	Itaqui	Matemática	11	2				13
2013	1. Semestre	Itaqui	Nutrição	13	4	2			19
2013	1. Semestre	Jaguarão	Gestão de Turismo	8	4	1			13
2013	1. Semestre	Jaguarão	História	10	3	2			15
2013	1. Semestre	Jaguarão	Letras – Espanhol	27	3	3			33
2013	1. Semestre	Jaguarão	Pedagogia	11	5				16

2013	1. Semestre	Jaguarão	Produção e Política Cultural	3	2	2			7
2013	1. Semestre	Santana do Livramento	Administração	35	12	13		4	64
2013	1. Semestre	Santana do Livramento	Ciências Econômicas	15	3	5			23
2013	1. Semestre	Santana do Livramento	Gestão Pública	6	1				7
2013	1. Semestre	Santana do Livramento	Relações Internacionais	10	1	3		1	15
2013	1. Semestre	São Borja	Ciências Humanas	14	1				15
2013	1. Semestre	São Borja	Ciências Sociais - Ciência Política	4	4	1		3	12
2013	1. Semestre	São Borja	Jornalismo	14	5	2			21
2013	1. Semestre	São Borja	Publicidade e Propaganda	8	3	2			13
2013	1. Semestre	São Borja	Relações Públicas	18	2	1			21
2013	1. Semestre	São Borja	Serviço Social	9	1				10
2013	1. Semestre	São Gabriel	Biotecnologia	13	2				15
2013	1. Semestre	São Gabriel	Ciências Biológicas	17	5	1	1		24
2013	1. Semestre	São Gabriel	Engenharia Florestal	8	5	2		1	16
2013	1. Semestre	São Gabriel	Gestão Ambiental	23	2				25
2013	1. Semestre	Uruguaiana	Aquicultura	9	3				12
2013	1. Semestre	Uruguaiana	Ciências Da Natureza	11	3	2			16
2013	1. Semestre	Uruguaiana	Educação Física	11	1			1	13
2013	1. Semestre	Uruguaiana	Enfermagem	11				1	12
2013	1. Semestre	Uruguaiana	Farmácia	6	4			1	11
2013	1. Semestre	Uruguaiana	Fisioterapia	10	1	1			12
2013	1. Semestre	Uruguaiana	Medicina Veterinária	7	4			2	14

TOTAL INSTITUCIONAL	713	228	132	45	24	8	1150
TOTAL %	62%	19,82%	11,47%	3,91%	2,08%	0,69%	100%

Fonte: PROGRAD

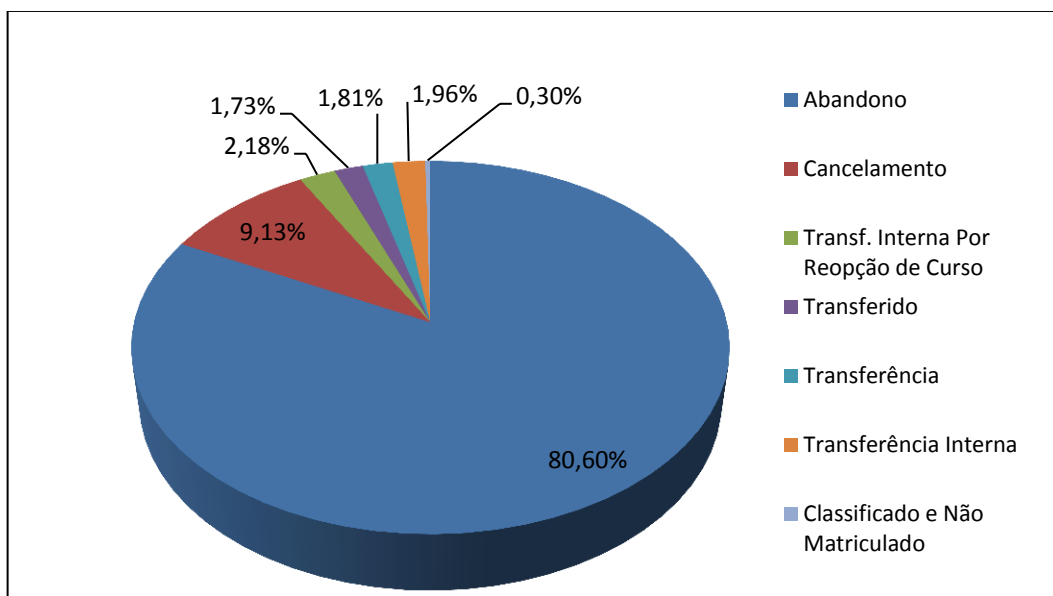


Figura 8 - Formas de Evasão 2012/2

Fonte: PROGRAD

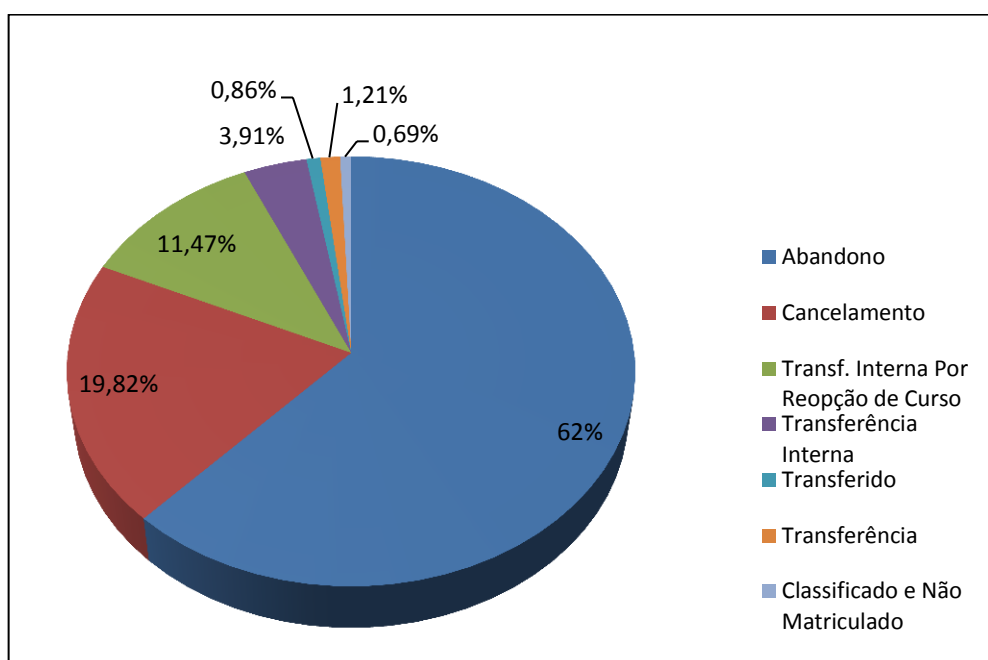


Figura 9 - Formas de Evasão 2013/1

Fonte: PROGRAD

Foram analisados os projetos político-pedagógicos de 24 cursos, com assessoramento às coordenações de curso e respectivos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), sendo desses, 18 propostas de PPCs chegaram à Comissão Superior de Ensino e, dessas, 13 encaminhadas e aprovadas no Conselho Universitário (CONSUNI), até dezembro de 2013.

Tabela 5 - PPCs aprovados no CONSUNI em 2013

Curso	Reunião CONSUNI	Processo
PPC Ciências Econômicas	Aprovado na 40ª RO CONSUNI, 25/04/13	Processo 23100.000525-2013-45
PPC Gestão Ambiental	Aprovado na 40ª RO CONSUNI, 25/04/13	Processo 23100.000670-2013-26
PPC Relações Públicas	Aprovado na 40ª RO CONSUNI, 25/04/13	Processo 23100.000570/2013-08
PPC Ciências Biológicas – Licenciatura	Aprovado na 41ª RO CONSUNI, 23/05/13	Processo 23100.000827-2013-13
PPC Ciência da Computação	Aprovado na 43ª RO CONSUNI, 25/07/2013	Processo 23100.001537-2013-97
PPC Enologia	Aprovado na 43ª RO CONSUNI, 25/07/2013	Processo 23100.001570-2013-17
PPC Ciências Biológicas – Bacharelado	Aprovado na 45ª RO CONSUNI, 26/09/2013	Processo 23100.001919-2013-11
PPC Tecnologia em Gestão Pública	Aprovado na 45ª RO CONSUNI, 26/09/2013	Processo 23100.001905/2013-05
PPC Engenharia Agrícola	Aprovado 46ª RO CONSUNI, 31/10/2013	Processo 23100.002016-2013-57
PPC Ciências da Natureza – Campus Uruguaiana	Aprovado 46ª RO CONSUNI, 31/10/2013	Processo 23100.002098-2013-30
PPC Jornalismo	Aprovado 46ª RO CONSUNI, 31/10/2013	Processo 23100.002208-2013-63
PPC Ciências Exatas e da Terra – Licenciatura	Aprovado por mérito na 47ª RO CONSUNI, 12/12/2013	Processo 23100.002547-2013-40
PPC Publicidade e Propaganda	Aprovado na 47ª RO CONSUNI, 12/12/2013	Processo 23100.002546-2013-03
Total = 13PPCs		

Fonte: PROGRAD

Tabela 6 - Dados PIBID 2013

CAMPUS	COORDENADORES DE ÁREA	SUPERVISORES	ALUNOS	ESCOLAS	CURSOS
Bagé	8	23	115	10	Letras, Física, Química, Matemática
Caçapava do Sul	3	9	45	3	Ciências Exatas
Jaguarão	6	16	80	7	Letras, Pedagogia, História
São Gabriel	1	3	15	3	Ciências Biológicas
Uruguaiana	3	6	30	3	Educação Física, Ciências da Natureza
Total	21	57	285	26	

Fonte: PROGRAD

Tabela 7 - Bolsas PBDA 2013 – Iniciação ao Ensino

CH	20 h	12 h
Tipo	Projetos	Monitorias
Alegrete	1	8
Bagé	5	14
Caçapava	-	15

Dom Pedrito	4	8
Itaqui	1	15
Jaguarão	1	-
Santana do Livramento	-	5
São Borja	4	13
São Gabriel	5	6
Uruguaiana	12	23
Total	33	107

Fonte: PROGRAD

Tabela 8 - Bolsas PBDP 2013

CH	08 e 12 h
Tipo	Projetos
Alegrete	1
Bagé	7
Caçapava	1
Dom Pedrito	5
Itaqui	3
Jaguarão	3
Santana do Livramento	5
São Borja	5
São Gabriel	3
Uruguaiana	5
Total	38

Fonte: PROGRAD

2.1.1.1. Análise Crítica

Ao longo do ano de 2013, percebeu-se que durante as audiências públicas do PDI realizadas nos campi, o ensino de graduação foi bastante discutido e os próprios docentes e gestores dos campi ressaltaram a importância do ensino de graduação e o necessário fortalecimento do mesmo.

A meta prevista de 11 mil acadêmicos na graduação e na pós-graduação em 2013 não foi alcançada, ao final do exercício havia 9.857 acadêmicos matriculados.

Em 2013, continuou o levantamento e análise do número de evasão e retenção com base nos dados apresentados no SIE. Assim como, foram enviados, para pesquisa nacional do Colégio de Pró-Reitores de Graduação, os dados institucionais referentes à evasão da Instituição no período de 2006 a 2012/1.

O MEC reconhece a evasão como o número de alunos regulares que abandonam seus cursos, instituições ou sistema formal ou informal, avisando ou não a instituição.

A evasão e a retenção escolar têm sido temas recorrentes de discussão e análise na Educação Superior.

O número de acadêmicos evadidos nos dois últimos semestres: 2012/2 e 2013/1 é preocupante. Com base no levantamento feito no segundo semestre de 2012, evadiram-se 1.325 acadêmicos, sendo que 1.068 (80,60%) abandonaram os estudos, 121 (9,13%) cancelaram a matrícula e 04 acadêmicos não se matricularam (0,30%); as demais formas de evasão equivalem a transferências internas ou externas. Do total de 10.962 acadêmicos, no primeiro semestre de 2013,

1.193 acadêmicos deixaram a Instituição e o sistema de ensino, ou seja, equivalente a 10,50%. Dos 1.150 acadêmicos evadidos, o maior número foi por abandono (62%), seguido por cancelamento (19,82%) e por não ter realizado a matrícula (0,69%), sendo que as demais formas de evasão equivalem a transferências internas e externas. O abandono e o cancelamento constituem a preocupação visto que equivalem à saída do acadêmico da Instituição e, conseqüentemente, da Educação Superior. Os demais casos são transferências internas, que equivale evasão do curso, mas não da instituição, e transferências entre instituições, que equivale evasão na Instituição, mas não no sistema educacional.

Verifica-se que houve um decréscimo na percentagem de evasão por abandono ou por cancelamento, mas ainda em 2013/1 o número não é o desejável. Acredita-se que esses números são, entre outros motivos, em decorrência da paralisação dos servidores, que resultou, entre maio a outubro de 2012, a cessação das aulas, refletindo na reestruturação do calendário acadêmico 2012 e da organização do calendário acadêmico 2013, em que o primeiro semestre letivo desenrolou-se de 26 de junho a 24 de outubro de 2013 e o segundo semestre letivo iniciou em 04 de novembro de 2013 e será concluído em 2014.

Outros motivos, ainda em estudo, podem estar relacionados à retenção e à evasão nos cursos de graduação: a) a metodologia utilizada pelo/a docente; b) a quantidade de conteúdos que o/a docente pretende ministrar ao longo do semestre, presentes no plano de ensino; c) a avaliação mais tradicional; e) a pouca “base” de conhecimentos dos discentes em componentes curriculares obrigatórios, como Cálculo e Física; f) entre outros aspectos. Essas são inferências iniciais que precisam ser mais trabalhadas a partir da investigação do GT Evasão e Retenção, que está sendo mobilizada.

Salienta-se, ainda, que projetos como os do Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico (PBDA) referente à Iniciação ao Ensino (Projetos de Ensino e Propostas de Monitoria), assim como os de PBDP-EA, com seu primeiro edital em 2013, potencializam pesquisas e propostas pedagógicas e minimizam os índices de retenção e evasão nos cursos de graduação.

Na UNIPAMPA, as ações que focalizam a permanência dos estudantes, especificamente, na melhora das condições tem sido desempenhadas pelos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDEs), órgão, constituído de forma multidisciplinar, responsável pelo atendimento de docentes e discentes dos campi na área do desenvolvimento educacional. O NuDE visa qualificar o trabalho pedagógico e estudantil, a partir das demandas apresentadas, como o caso da evasão, na busca por alternativas que favoreçam a qualificação dos processos educacionais, expressos no ensino, pesquisa e extensão. A UNIPAMPA tem realizado espaços de diálogo e formação com os NuDEs para o fortalecimento das ações que visam contribuir para a permanência dos estudantes na Instituição, desenvolve programas, benefícios e ações de assistência estudantil e de acesso aos direitos de cidadania, direcionados à comunidade universitária, realizando ações em duas frentes: a) apoio à aprendizagem, desenvolvida por professores de diferentes cursos, além da instituição do Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico e; b) Bolsa de Permanência, para auxiliar os estudantes na sua fixação e manutenção com relação à moradia, alimentação e transporte.

Existe também preocupação com o processo metodológico-pedagógico no que diz respeito ao ensino superior, à qualidade dos conteúdos trabalhados nos diferentes componentes curriculares ao longo do semestre letivo e à avaliação da aprendizagem dos acadêmicos. Esse último aspecto é bastante desafiante no sentido em que se realizou, ao longo do ano de 2013, discussões referentes às atuais normas acadêmicas, instituídas pela Resolução nº 29/2011. No que se refere à inserção da pesquisa e da extensão, interligadas ao ensino, enquanto parte integrante dos currículos, como eixos articuladores da relação teoria-prática, no ano de 2013 foi um avanço com o assessoramento à reelaboração dos PPCs dos cursos de graduação.

Continuou a limitação quanto à implantação de programa de qualificação pedagógica por intermédio do oferecimento de cursos e oficinas de formação acadêmico-profissional continuada

aos docentes universitários, os encontros planejados ficaram limitados. Além da formação docente, neste ano, a formação dos gestores da coordenação acadêmica dos campi e das coordenações dos cursos de graduação foi realizada formalmente no início do ano e, de forma continuada, através das reuniões formativas realizadas mensalmente.

Temáticas e metodologias contemporâneas, como Direitos Humanos, Educação Ambiental, Relações Étnico-Raciais foram devidamente trabalhadas no assessoramento aos PPCs.

Outro aspecto importante diz respeito à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), em que se trabalha com esses saberes em forma de componente curricular obrigatório em todos os Cursos de Licenciatura e, nos demais cursos, como componente curricular complementar de graduação.

Estratégias de integração e parceria com as redes públicas da Educação Básica, estabelecendo parcerias com vistas à qualidade da formação dos estudantes estão sendo definidas continuamente, por meio de programas e projetos, como o PIBID, o LIFE, a aprovação em edital do MEC do Curso de Licenciatura de Educação do Campo (Campus Dom Pedrito), além de atividades integradas com a Pró-Reitoria de Extensão no que se refere à dinamização de ações da Rede Nacional de Formação Continuada, a qual a UNIPAMPA, neste ano, implementou o Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais para a Educação Básica.

Quanto ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) se percebeu o crescimento no ano de 2013 com a aprovação do novo Projeto Institucional. Ressalta-se também: (a) a aprovação da ampliação do projeto do LIFE (Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores), incluindo o Campus Dom Pedrito, além dos outros quatro existentes (Bagé, São Gabriel, Uruguaiana e Caçapava do Sul); (b) a aprovação da proposta institucional no edital do Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores, da CAPES, com a participação de professores da Educação Básica, que atuam como supervisores no PIBID, em estudos junto às Universidades de Aveiro e Porto, em Portugal, cinco professores aprovados neste Edital. Observa-se a aprovação do projeto relacionado ao PRODOCÊNCIA para ser implementado no ano de 2014 e do encaminhamento de propostas de cursos para o PARFOR.

Foram também realizadas ações em relação à acessibilidade e inclusão dos acadêmicos com necessidades educacionais especiais.

2.1.2. Pró-Reitoria de Pesquisa – PROPESQ

A Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ) tem como objetivos incentivar, assessorar e organizar as atividades de pesquisa científica e tecnológica, buscando a inserção da UNIPAMPA no cenário nacional e internacional. Ações como a organização da participação da Instituição em editais de fomento à pesquisa, incentivo à publicação em periódicos recomendados pela CAPES e aquisição de equipamentos para formação de laboratórios institucionais têm caracterizado as principais ações da PROPESQ.

A concepção de pesquisa na UNIPAMPA está orientada pelos princípios definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e tem dois objetivos principais: ampliação e consolidação das atividades de pesquisa que contribuam para o desenvolvimento local, regional e nacional, em diferentes áreas do saber, visando à produção, aplicação e disseminação do conhecimento de maneira ética e sustentável; e geração de conhecimento científico básico e aplicado de reconhecido mérito.

Entre as principais ações desenvolvidas em 2013, destaca-se a aquisição de equipamentos nacionais e importados, via Editais de Apoio a Grupos de Pesquisa e Pós-Graduação, cujo objetivo foi implantar e fomentar os laboratórios institucionais multiusuários. Essa ação foi prioritária, pois a compra dos equipamentos está diretamente relacionada com o aumento e a manutenção da produção científica da Instituição. Ainda no que concerne à implementação dos laboratórios, a UNIPAMPA

participou com êxito, sob coordenação da PROPESQ, no edital CT-INFRA da FINEP do corrente ano.

No âmbito da consecução das metas relacionadas à produção científica, além da implementação dos laboratórios, a PROPESQ buscou a inserção da Instituição nos programas de Iniciação Científica do CNPq (PIBIC, PIBIC nas ações afirmativas e PIBITI) e FAPERGS (PROBIC e PROBITI), além de disponibilizar aos docentes dois tipos de bolsa interna: Programa de Bolsas para o Desenvolvimento Acadêmico (PBDA) – modalidade de Pesquisa e Programa de Bolsas de Iniciação à Pesquisa (PBIP), de forma a incentivar a pesquisa na instituição na sua totalidade. Aliado às estratégias supracitadas, foram aprimoradas políticas de incentivo à formação e à consolidação de grupos de pesquisa, bem como de incentivo ao desenvolvimento tecnológico e inovação.

A seguir, é apresentado em detalhe as ações que nortearam as atividades da PROPESQ em 2013.

Quadro 3 - Análise das ações da PROPESQ

Nº	AÇÕES PLANEJADAS PARA 2013	SITUAÇÃO DAS AÇÕES*			SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS
		A	PA	NA	
1	Aumento do número de bolsas de pesquisa concedidas por agências de fomento	X			Houve um aumento do número de bolsas PIBIC/CNPq de 23 para 25, PROBIC/FAPERGS de 50 para 53.
2	Aumento do número de bolsas de pesquisa oferecidas pela Instituição	X			O PBIP aumentou de 36 para 57. O edital de Grupo de pesquisa teve aumento de 13 para 19. O PBDA passou de 132 bolsas para 140.
3	Aumento do número de grupos de pesquisa na Instituição	X			O número de grupos de pesquisa passou de 66 para 81 grupos.
4	Captação de recursos via CT-INFRA-FINEP	X			Chamada Pública MCTI/FINEP/CT-INFRA 01/2013 - R\$ 1.574.758,00
5	Desenvolvimento de estratégias para desenvolvimento científico e tecnológico	X			-Participação no Edital de Apoio da Secretaria de Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico aos Polos Tecnológicos. -Um projeto aprovado no Polo da Campanha e outro no Polo da Fronteira-Oeste. -Implantação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), e dos processos institucionais para registro de software e patente. -Divulgação de processos para criação de incubadoras nos campus por meio de boletim informativo a toda comunidade acadêmica.
6	Incentivo à Iniciação Científica voluntária	X			Divulgação do processo para cadastro de alunos voluntários de Iniciação Científica através do SIPPEE.
7	Incentivo aos grupos de pesquisa e Programas de pós-graduação	X			-Atendidos pelos Editais 01 e 02 – 2013/PROPESQ. -Apoio a publicações com o Edital nº 06/2013/PROPESQ.

Fonte: PROPESQ

* A: Alcançada; PA: Parcialmente Alcançada; NA: Não Alcançada.

2.1.2.1. Edital de apoio a grupos de pesquisa

- **Natureza e Objetivos**

O Edital de Apoio aos Grupos de Pesquisa foi criado em 2011 e desde então tem por objetivo fomentar as atividades de pesquisa desenvolvidas pelos Grupos da UNIPAMPA. Além disso, a distribuição dos recursos visa estimular os projetos de pesquisa vinculados a esses Grupos

cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e certificados pela Universidade, estimulando a produção de conhecimento científico básico e aplicado de reconhecido mérito e com relevante aplicação no contexto social, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino de graduação e pós-graduação.

Para avaliação das propostas enviadas ao edital no ano de 2013, foram submetidos pelo solicitante: I) o projeto de pesquisa, II) planilha de produção conjunta preenchida e III) planilha com os itens solicitados preenchida. O edital permitiu que dois ou mais grupos de pesquisa se unissem em uma proposta, a fim de incrementar o valor captado e possibilitar a compra de equipamentos de maior porte. Essa opção possibilitou a integração de pesquisadores em atividades coletivas de pesquisa fomentando a criação de núcleos de investigação e melhor aproveitamento de espaços multiusuário. Um comitê institucional foi convocado e avaliou a produção conjunta dos membros dos grupos de pesquisa e também a factibilidade de compra dos equipamentos e materiais de consumo solicitados.

- **Resultados e Investimentos**

No ano de 2013, foram contemplados um total de 39 grupos de pesquisa com um montante total alocado de R\$ 437.243,21 ficando distribuídos da forma como segue na tabela a seguir:

Tabela 9 - Recursos referentes ao Edital de Grupos de Pesquisa 2013

Edital	Grupo/Programa	Coordenador	Campus	Total Aprovado (R\$)
A.G.P. 2013	APIPAMPA	Juliano Boldo	São Gabriel	11.921,00
A.G.P. 2013	Bioengenharia aplicada à Obtenção, recuperação e purificação de biocompostos	Caroline Costa Moraes	Bagé	14.636,01
A.G.P. 2013	BIOTECNOLOGIA DA REPRODUÇÃO - Biotech UNIPAMPA	Fábio Gallas Leivas	Uruguaiiana	17.234,00
A.G.P. 2013	Caracterização e quantificação de recursos florestais	Leandro Homrich Lorentz	São Gabriel	5.532,50
A.G.P. 2013	Clínica Médica e Cirúrgica Veterinária	João Paulo da Exaltação Pascon	Uruguaiiana	9.400,00
A.G.P. 2013	Comunicação, Ciência & Tecnologia e Sociedade	Joseline Pippi	São Borja	2.400,00
A.G.P. 2013	Desenvolvimento, Meio Ambiente e Sociedade	Jefferson Marçal da Rocha	São Gabriel	1.200,00
A.G.P. 2013	Diversidade Genética Animal	Analía Del Valle Garnerero	São Gabriel	15.000,00
A.G.P. 2013	Exploração Integrada de Recursos Energéticos - EIRE	José Wagner Maciel Kaehler	Alegrete	6.400,00
A.G.P. 2013	GEBAP: Grupo de Estudos Bakhtinianos do Pampa	Moacir Lopes de Camargos	Bagé	4.800,00
A.G.P. 2013	Grupo de Arquitetura de Computadores e Microeletrônica	Alessandro Girardi	Alegrete	2.400,00
A.G.P. 2013	Grupo de Energia e Sistemas Elétricos de Potência - GESEP	Maurício Sperandio	Alegrete	11.545,00
A.G.P. 2013	Grupo de Estudos e Pesquisa em Enfermagem da Fronteira-Oeste do Rio Grande do Sul (GEPEnf FORS)	Josefine Busanello	Uruguaiiana	1.200,00
A.G.P. 2013	Grupo de Estudos em Nutrição, Saúde e Qualidade de Vida (GENSQ)	Vanderlei Folmer	Uruguaiiana	17.994,00
A.G.P. 2013	Grupo de Modelagem e Simulação Computacional	Marcelo Romero de Moraes	Bagé	7.684,00
A.G.P. 2013	Grupo de Pesquisa em Fisiologia - GPFis UNIPAMPA	Pâmela Billig Mello	Uruguaiiana	35.600,00

A.G.P. 2013	Grupo de Pesquisa em Fisiologia Cardiovascular	Giulia Alessandra Wiggers	Uruguaiiana	13.000,00
A.G.P. 2013	Grupo de pesquisa em fisioterapia respiratória (GPFIR)	Antônio Adolfo Mattos de Castro	Uruguaiiana	4.050,00
A.G.P. 2013	Grupo de Pesquisa em Nanobiotecnologia e Nanotoxicologia	Letícia Marques Colomé	Uruguaiiana	10.000,00
A.G.P. 2013	Grupo de Pesquisa em Vertebrados Permo-Triássicos Sulbrasileiros	Sérgio Dias da Silva	São Gabriel	13.132,00
A.G.P. 2013	Grupo de Pesquisa: Direitos Humanos, Família e Fronteira	Simone Barros de Oliveira	São Borja	6.392,00
A.G.P. 2013	Laboratório de avaliações farmacológicas e toxicológicas aplicadas às moléculas bioativas - UNIPAMPA - LaftamBio Pampa	Cristiano Ricardo Jesse	Itaqui	17.931,00
A.G.P. 2013	Laboratório de Engenharia de Software Aplicada (LESA)	Cristiano Tolfo	Alegrete	2.000,00
A.G.P. 2013	Laboratório de Estudos Físico-Químicos e Produtos Naturais (LEFQPN)	Elton Luis Gasparotto Denardin	Uruguaiiana	5.982,00
A.G.P. 2013	Manejo e Conservação do Solo	Frederico Costa Beber Vieira	São Gabriel	6.253,05
A.G.P. 2013	Mecânica Aplicada	Wang Chong	Alegrete	17.784,00
A.G.P. 2013	Nanoestruturados	André Gündel	Bagé	16.400,00
A.G.P. 2013	Neurobiologia e Toxinologia de Compostos Naturais	Lúcia Helena do Canto Vinade	São Gabriel	6.000,00
A.G.P. 2013	Núcleo de Estudos da Vegetação Antártica	Antônio Batista Pereira	São Gabriel	2.530,00
A.G.P. 2013	Núcleo de Estudos e Pesquisa do Envelhecimento	Jacqueline da Costa Escobar Piccoli	Uruguaiiana	17.049,90
A.G.P. 2013	Núcleo de Pesquisa em Bioquímica, Toxicologia e Imunologia - NUBIOTOXIM	Michel Mansur Machado	Uruguaiiana	17.908,00
A.G.P. 2013	Núcleo de Pesquisa em Fármacos e Medicamentos	Andreas Sebastian Loureiro Mendez	Uruguaiiana	15.000,00
A.G.P. 2013	Núcleo de Pesquisa em Pequenos Ruminantes - NUPPER	Gládis Ferreira Correa	Dom Pedrito	12.344,00
A.G.P. 2013	NUPILABRU	Marcus Vinicius Morini Querol	Uruguaiiana	14.456,44
A.G.P. 2013	PRO-REP- Grupo de Estudo e Pesquisas em Produção e Reprodução Animal	Adriana Pires Neves	Dom Pedrito	5.285,76
A.G.P. 2013	Qualidade Ambiental	Luiz Fernando W Roesch	São Gabriel	53.998,29
A.G.P. 2013	Recursos hídricos e sistemas agrícolas	Fátima Cibéle Soares	Alegrete	5.200,00
A.G.P. 2013	Relações de Fronteira: história, política e cultura na tríplice fronteira Brasil, Argentina e Uruguai	Ronaldo Bernardino Colvero	São Borja	7.000,26
A.G.P. 2013	Vitivinicultura no Bioma Pampa	Norton Victor Sampaio	Dom Pedrito	2.600,00
TOTAL				437.243,21

Fonte: PROPEAQ

2.1.2.2. Edital de apoio à pós-graduação

- **Natureza e Objetivos**

O Edital de Apoio à Pós-Graduação objetivou estimular projetos de pesquisa científica e tecnológica vinculados aos programas e propostas de pós-graduação nas diversas áreas do

conhecimento. O Edital se propunha à aquisição de equipamentos de caráter multiusuário, de origem nacional ou que necessitassem do processo de importação.

- **Resultados e Investimentos**

Abaixo, estão representados os programas de pós-graduação contemplados no edital, destacando o valor empenhado para cada programa e os equipamentos que estão sendo adquiridos.

Tabela 10 - Distribuição dos valores empenhados para o Edital de Apoio à Pós-graduação

Edital	Grupo/Programa	Coordenador	Campus	Total Aprovado (R\$)
A.P.G. 2013	P.P.G. em Bioquímica (Mestrado)	Robson Luiz Puntel	Uruguaiiana	449.816,78
A.P.G. 2013	P.P.G. em Ciência Animal	Fábio Gallas Leivas	Uruguaiiana	275.630,40
A.P.G. 2013	P.P.G. em Ciências Biológicas	Jeferson Luis Franco	São Gabriel	300.000,00
A.P.G. 2013	P.P.G. em Ciências Farmacêuticas	Fávero Reisdorfer Paula	Uruguaiiana	134.450,25
A.P.G. 2013	P.P.G. em Engenharia Elétrica	Márcio Stefanello	Alegrete	284.000,00
A.P.G. 2013	P.P.G. em Engenharias	Wang Chong	Alegrete	298.942,97
TOTAL				1.742.840,40

Fonte: PROPESQ

2.1.2.3. Bolsas de Iniciação Científica

O Programa de Iniciação Científica da UNIPAMPA é financiado por duas agências de fomento externas (CNPq e FAPERGS) e pelos programas internos de bolsas PBDA (Programa de Bolsas para o Desenvolvimento Acadêmico) e PBIP (Programa de Bolsas de Iniciação à Pesquisa). A seguir, serão apresentados os dados referentes a cada uma delas e suas respectivas modalidades.

2.1.2.3.1. CNPq

O CNPq oferece três modalidades de bolsas de IC: PIBIC, PIBIC/AF, as quais tiveram início em 2009-2010; e o PIBITI, a partir de 2010 - 2011. Na primeira edição, foram concedidas aos docentes dez cotas PIBIC e cinco cotas PIBIC-AF totalizando, nesse período 15 cotas do CNPq. Em 2010 – 2011, o PIBIC distribuiu 17 cotas, o PIBIC/AF sete e o PIBITI doze, totalizando 36 cotas para a UNIPAMPA. No período de vigência 2011 – 2012, o PIBIC contemplou 20 bolsas, o PIBIC – AF e o PIBITI permaneceram com o mesmo número de cotas do ano anterior, ou seja, 07 e 12 bolsas, totalizando 39 bolsas. Em 2012 – 2013, o PIBIC- AF e o PIBITI permaneceram com o mesmo número de cotas, mas o PIBIC aumentou para 23 bolsas. Na vigência atual, 2013-2014, mantiveram-se as cotas PIBITI e PIBIC-AF, mas o PIBIC aumentou para 25 bolsas. Dessa maneira, no corrente ano, foram distribuídas 44 bolsas para alunos de IC da UNIPAMPA.

- **Projetos submetidos e aprovados - CNPq**

Os resultados referentes às submissões por áreas e ao número de projetos submetidos em relação ao número de propostas aprovadas e contempladas estão representados nas Tabelas 11, 12 e 13. Na tabela 14, é apresentado o número de docentes por campus, número de projetos submetidos, percentual de docentes que submeteram projetos de pesquisa e o número de propostas que foram contempladas com bolsas.

A forma de avaliação do PIBIC/CNPq, PIBIC-AF/CNPq e PIBITI/CNPq por área do conhecimento permitiu aos proponentes concorrerem com seus pares respeitando as particularidades

das áreas. Cabe ressaltar que no ano de 2013 o CNPq disponibilizou vinte e cinco cotas para o PIBIC, sete para o PIBIC-AF e doze para o PIBITI.

Tabela 11 - Número de projetos submetidos, número de propostas aprovadas e o número de propostas contempladas por áreas de conhecimento - PIBIC

Área	Número de projetos propostos ²	Número de propostas aprovadas ³	Número de propostas contempladas ⁴
Ciências Agrárias	14	13	07
Ciências Biológicas	08	07	03
Ciências da Saúde	11	10	04
Ciências Exatas e da Terra	12	09	04
Ciências Humanas	03	03	01
Ciências Sociais Aplicadas	01	01	01
Engenharias	08	08	04
Linguística, Letras e Artes	02	02	01
Total	59	53	25

Fonte: PROPESQ

Tabela 12 - Número de projetos submetidos, número de propostas aprovadas e o número de propostas contempladas por áreas de conhecimento - PIBIC - AF

Área	Número de projetos propostos ⁵	Número de propostas aprovadas ⁶	Número de propostas contempladas ⁷
Ciências Agrárias	03	03	02
Ciências Biológicas	02	02	01
Ciências da Saúde	03	03	02
Ciências Exatas e da Terra	0	0	0
Ciências Humanas	01	0	0
Ciências Sociais Aplicadas	03	03	01
Engenharias	0	0	0
Linguística, Letras e Artes	01	01	01
Total	13	12	07

Fonte: PROPESQ

² Relação de julho/2013

³ Relação de julho/2013

⁴ Relação de agosto/2013

⁵ Relação de julho/2013

⁶ Relação de julho/2013

⁷ Relação de agosto/2013

Tabela 13 - Número de projetos submetidos, número de propostas aprovadas e o número de propostas contempladas por áreas de conhecimento - PIBITI

Área	Número de projetos propostos ⁸	Número de propostas aprovadas ⁹	Número de propostas contempladas ¹⁰
Ciências Agrárias	06	06	04
Ciências Biológicas	0	0	0
Ciências da Saúde	01	01	0
Ciências Exatas e da Terra	03	03	02
Ciências Humanas	0	0	0
Ciências Sociais Aplicadas	0	0	0
Engenharias	09	09	06
Linguística, Letras e Artes	0	0	0
Total	19	19	12

Fonte: PROPESQ

Tabela 14 - Número de docentes, projetos submetidos, percentual de docentes que submeteram projeto de pesquisa e o número de contemplados por campus (PIBIC, PIBIC-AF e PIBITI)

Campus	Número total de docentes – Adjunto ¹¹	Número de projetos propostos ¹²	Docentes que submeteram propostas ¹³ (%)	Número de projetos contemplados ¹⁴
Alegrete	37	19	51%	11
Bagé	78	18	23%	09
Caçapava do Sul	21	02	10%	00
Dom Pedrito	27	03	11%	02
Itaqui	35	08	23%	05
Jaguarão	28	01	4%	00
Santana do Livramento	14	00	0%	00
São Borja	23	04	17%	01
São Gabriel	39	13	33%	06
Uruguiana	61	23	38%	10
Total (Prof. Ajunto)	363	91	25%	44

Fonte: PROPESQ

2.1.2.3.2. FAPERGS

A FAPERGS oferece duas modalidades de bolsas de IC: PROBIC e PROBITI. O PROBIC teve início em 2009-2010 e o PROBITI somente a partir de 2011-2012. Na sua primeira edição em 2009-2010, o PROBIC forneceu oito cotas concedidas aos docentes da instituição. Já em 2010 – 2011, foram concedidas trinta cotas pela FAPERGS. No período de vigência 2011 – 2012, o PROBIC obteve cinquenta cotas enquanto o PROBITI quinze.

⁸ Relação de julho/2013

⁹ Relação de julho/2013

¹⁰ Relação de agosto/2013

¹¹ Relação de 03/06/2013

¹² Relação de julho/2013

¹³ Relação de julho/2013

¹⁴ Relação de agosto/2013

- **Projetos submetidos e aprovados**

Os resultados referentes às submissões por áreas e ao número de projetos submetidos em relação ao número de propostas aprovadas e contempladas estão representados nas tabelas abaixo.

Tabela 15 - Número de projetos submetidos, número de propostas aprovadas e o número de propostas contempladas por áreas de conhecimento - PROBIC

Área	Número de projetos propostos ¹⁵	Número de propostas aprovadas ¹⁶	Número de propostas contempladas ¹⁷
Ciências Agrárias	18	18	15
Ciências Biológicas	08	08	06
Ciências da Saúde	12	12	09
Ciências Exatas e da Terra	11	09	07
Ciências Humanas	03	02	02
Ciências Sociais Aplicadas	04	04	03
Engenharias	09	09	07
Linguística, Letras e Artes	05	05	04
Total	70	67	53

Fonte: PROPESQ

Tabela 16 - Número de projetos submetidos, número de propostas aprovadas e o número de propostas contempladas por áreas de conhecimento - PROBITI

Área	Número de projetos propostos ¹⁸	Número de propostas aprovadas ¹⁹	Número de propostas contempladas ²⁰
Ciências Agrárias	04	04	04
Ciências Biológicas	01	01	01
Ciências da Saúde	01	01	01
Ciências Exatas e da Terra	05	04	04
Ciências Humanas	0	0	0
Ciências Sociais Aplicadas	0	0	0
Engenharias	05	05	05
Linguística, Letras e Artes	0	0	0
Total	16	15	15

Fonte: PROPESQ

¹⁵ Relação de julho/2013

¹⁶ Relação de julho/2013

¹⁷ Relação de agosto/2013

¹⁸ Relação de julho/2013

¹⁹ Relação de julho/2013

²⁰ Relação de agosto/2013

Tabela 17 - Número de docentes com doutorado, projetos submetidos, percentual de docentes que submeteram projeto de pesquisa e o número de contemplados por campus (PROBIC+PROBITI)

Campus	Número total de docentes – Adjunto ²¹	Número de projetos propostos ²²	Docentes que submeteram propostas ²³ (%)	Número de projetos contemplados ²⁴
Alegrete	37	17	46%	14
Bagé	78	20	26%	14
Caçapava do Sul	21	01	5%	01
Dom Pedrito	27	03	11%	02
Itaqui	35	08	23%	08
Jaguarão	28	02	7%	01
Santana do Livramento	14	00	0%	00
São Borja	23	03	13%	03
São Gabriel	39	13	33%	10
Uruguaiana	61	19	31%	15
Total (Prof. Ajunto)	363	86	24%	68

Fonte: PROPESQ

2.1.2.3.3. PBDA

A UNIPAMPA possui um programa interno de bolsas, o PBDA (Programa de Bolsas para Desenvolvimento Acadêmico), o qual teve início em 2008, disponibilizando 180 bolsas para discentes, supervisionados por servidores docentes e técnico-administrativos em educação. Em 2009, foram disponibilizadas 247. Já em 2010, foram disponibilizadas 246 bolsas. No período de vigência de 2011, ocorreu uma alteração no edital, uma vez que houve um aumento no valor mensal, sendo distribuídas 82 bolsas para a modalidade Pesquisa.

Em 2013, na modalidade Iniciação à Pesquisa, estavam previstas 110 bolsas de 12 horas e 30 bolsas de 20 horas. Portanto, foram concedidas 140 bolsas na modalidade Pesquisa.

- **Projetos submetidos e aprovados**

Os resultados referentes às submissões por áreas e ao número de projetos submetidos em relação ao número de propostas aprovadas e contempladas estão representados nas Tabelas 18 e 19.

²¹ Relação de 03/06/2013

²² Relação de julho/2013

²³ Relação de julho/2013

²⁴ Relação de agosto/2013

Tabela 18 - Número de projetos submetidos, número de propostas aprovadas e o número de propostas contempladas por áreas de conhecimento

Área	Número de projetos submetidos ²⁵	Número de propostas aprovadas ²⁶	Número de propostas contempladas ²⁷
Ciências Agrárias	50	39	33
Ciências Biológicas	23	18	15
Ciências da Saúde	34	27	23
Ciências Exatas	28	19	17
Ciências Humanas	14	10	09
Ciências Sociais	32	22	17
Engenharias	33	23	19
Linguística, Letras e Artes	13	07	07
Total	227	165	140

Fonte: PROPESQ

Tabela 19 - Número de docentes, projetos submetidos, percentual de docentes que submeteram projeto de pesquisa e o número de contemplados por campus

Campus	Número total de docentes – Adjunto ²⁸	Número de projetos submetidos ²⁹	Docentes que submeteram projeto de pesquisa ³⁰	Número de projetos contemplados ³¹
Alegrete	37	25	68%	17
Bagé	78	34	44%	21
Caçapava do Sul	21	11	52%	05
Dom Pedrito	27	12	44%	07
Itaqui	35	25	71%	15
Jaguarão	28	08	29%	03
Santana do Livramento	14	13	93%	08
São Borja	23	21	91%	11
São Gabriel	39	28	72%	16
Uruguaiana	61	50	82%	37
Total	363	227	63%	140

Fonte: PROPESQ

2.1.2.3.4. PBIP

A Universidade implementou o Programa de Bolsas de Iniciação à Pesquisa (PBIP) em 2012, disponibilizando 36 bolsas de 12 horas para discentes supervisionados por docentes com mestrado ou doutorado por seis meses. O requisito para essa modalidade de bolsa foi não ter sido contemplado com nenhuma bolsa PBDA-modalidade Pesquisa, CNPq e FAPERGS nos editais de 2013.

No ano de 2013, o programa foi mantido e o Edital interno foi divulgado, permitindo renovação da bolsa. O Edital previu a implementação de 50 bolsas, utilizando os mesmos quesitos do edital de 2012 para o processo de seleção, ou seja, o proponente não ter sido contemplado com bolsa de Iniciação Científica (IC) ou Iniciação Tecnológica (IT) em outro edital de 2013.

- **Projetos submetidos e aprovados**

²⁵ Relação de março/2013

²⁶ Relação de março/2013

²⁷ Relação de abril/2013

²⁸ Relação de 03/06/2013

²⁹ Relação de março/2013

³⁰ Relação de março/2013

³¹ Relação de abril/2013

Os resultados referentes às submissões por áreas e ao número de projetos submetidos em relação ao número de propostas aprovadas e contempladas estão representados na tabela 20.

O Edital previa a implementação de 50 bolsas, mas em função da disponibilidade de recursos financeiros, todas as 57 propostas foram contempladas. Esse programa foi um projeto piloto da PROPESQ em 2012 e foi mantido em 2013, em função do retorno positivo dos servidores contemplados.

Tabela 20 - Número de projetos submetidos, número de propostas aprovadas e o número de propostas contempladas por áreas de conhecimento

Área	Número de projetos submetidos ³²	Número de propostas aprovadas ³³	Número de propostas contempladas ³⁴
Ciências Agrárias	15	14	14
Ciências Biológicas	1	1	1
Ciências da Saúde	11	11	11
Ciências Exatas e da Terra	10	10	10
Ciências Humanas	3	3	3
Ciências Sociais	7	7	7
Engenharias	9	7	7
Linguística, Letras e Artes	4	4	4
Total	60	57	57

Fonte: PROPESQ

2.1.2.4. SIEPE (Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão) – 2013

O Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE) vem sendo construído e realizado pela comunidade acadêmica da UNIPAMPA (incluindo envolvimento de docentes, técnicos e discentes de todos os *campi* e da Reitoria) em parceria com a comunidade externa, para ser um evento que se consolida regional e internacionalmente. Os resumos recebidos passaram por um processo de “blind review” no qual cada trabalho foi encaminhado para avaliação de pelo menos dois especialistas atuantes na grande área e subárea indicada pelo autor que submeteu o trabalho. Esse processo de avaliação foi gerenciado pelo Comitê Científico Integrado, formado por docentes e técnicos de diferentes unidades da UNIPAMPA, representando não apenas as diferentes áreas, mas também diferentes olhares a partir das perspectivas de Ensino, Pesquisa e Extensão. Assim sendo, 1.525 trabalhos foram apresentados nos três dias do evento, alocados em sessões de Ensino (344), Pesquisa (742) e Extensão (357), bem como de Pós-Graduação (83), contemplando apresentações orais (967) e pôsteres (559), distribuídos em três sessões.

A figura 10 mostra o número de trabalhos na modalidade apresentação oral, distribuídos pelas áreas de conhecimento, enquanto a figura 11 demonstra a modalidade de apresentação pôster.

³² Relação de junho/2013

³³ Relação de junho/2013

³⁴ Relação de julho/2013

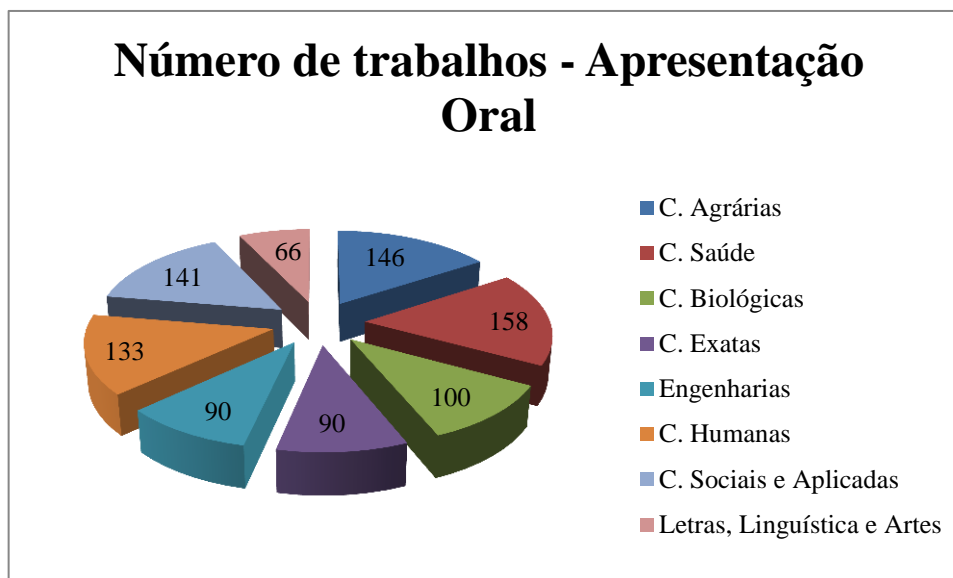


Figura 10 - Trabalhos aprovados por área de conhecimento - Pesquisa/Apresentação Oral
 Fonte: PROPESQ

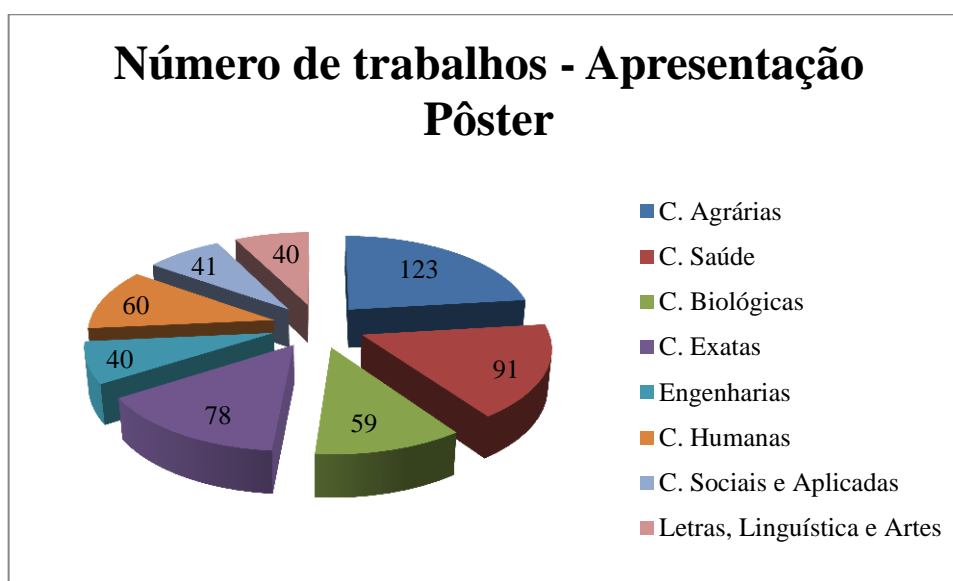


Figura 11 - Trabalhos aprovados por área de conhecimento - Pesquisa/Apresentação Pôster
 Fonte: PROPESQ

2.1.2.5. Projetos de Pesquisa

Em dezembro de 2013, estavam registrados e em andamento um total de 803 projetos de pesquisa na UNIPAMPA, esses projetos estão distribuídos por todos os dez *campi* da forma que segue abaixo.

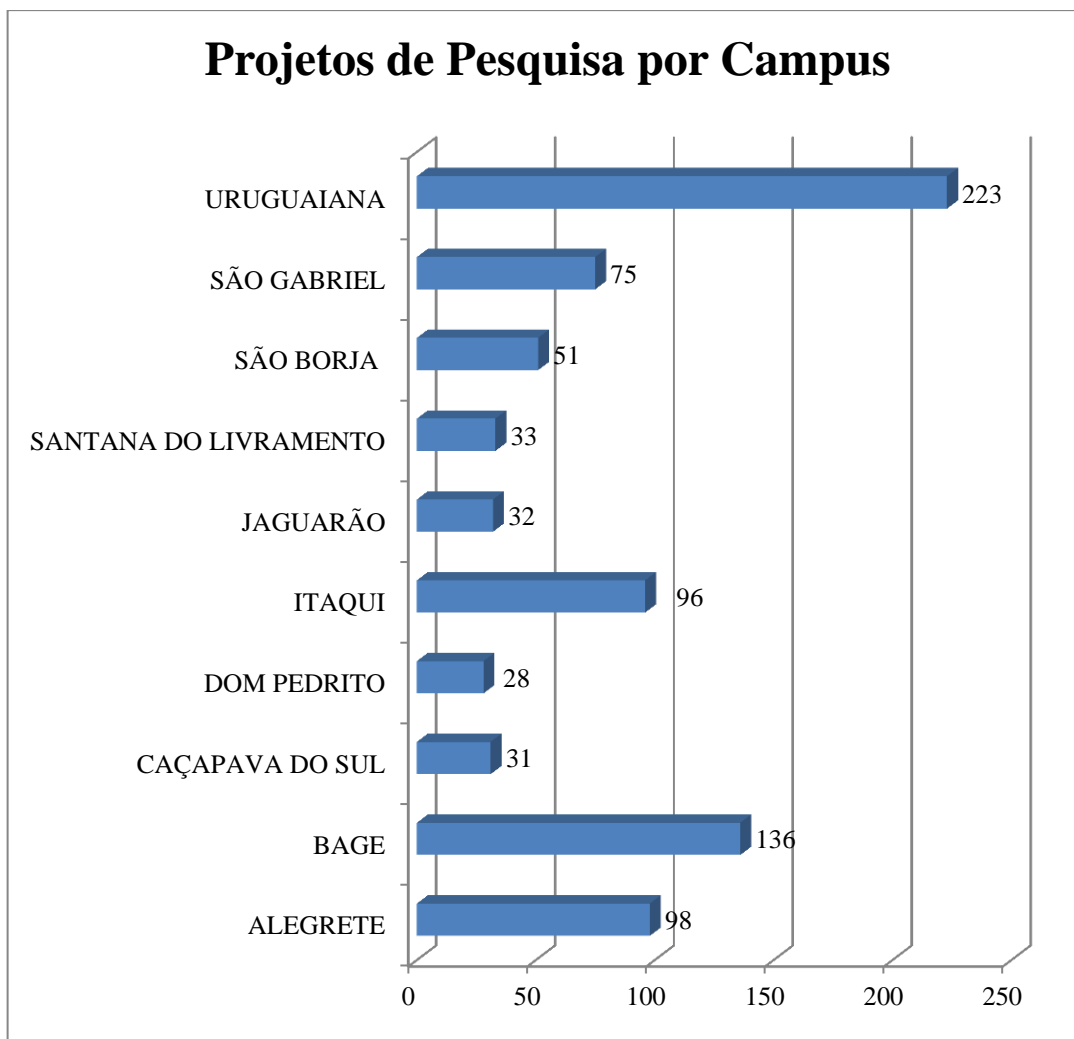


Figura 12 - Projetos de Pesquisa por Campus
 Fonte: PROPESQ

2.1.2.6. Grupos de Pesquisa

Existiam 82 grupos de pesquisa em atividade em dezembro de 2013, sendo eles distribuídos nas diversas áreas de conhecimento como segue:

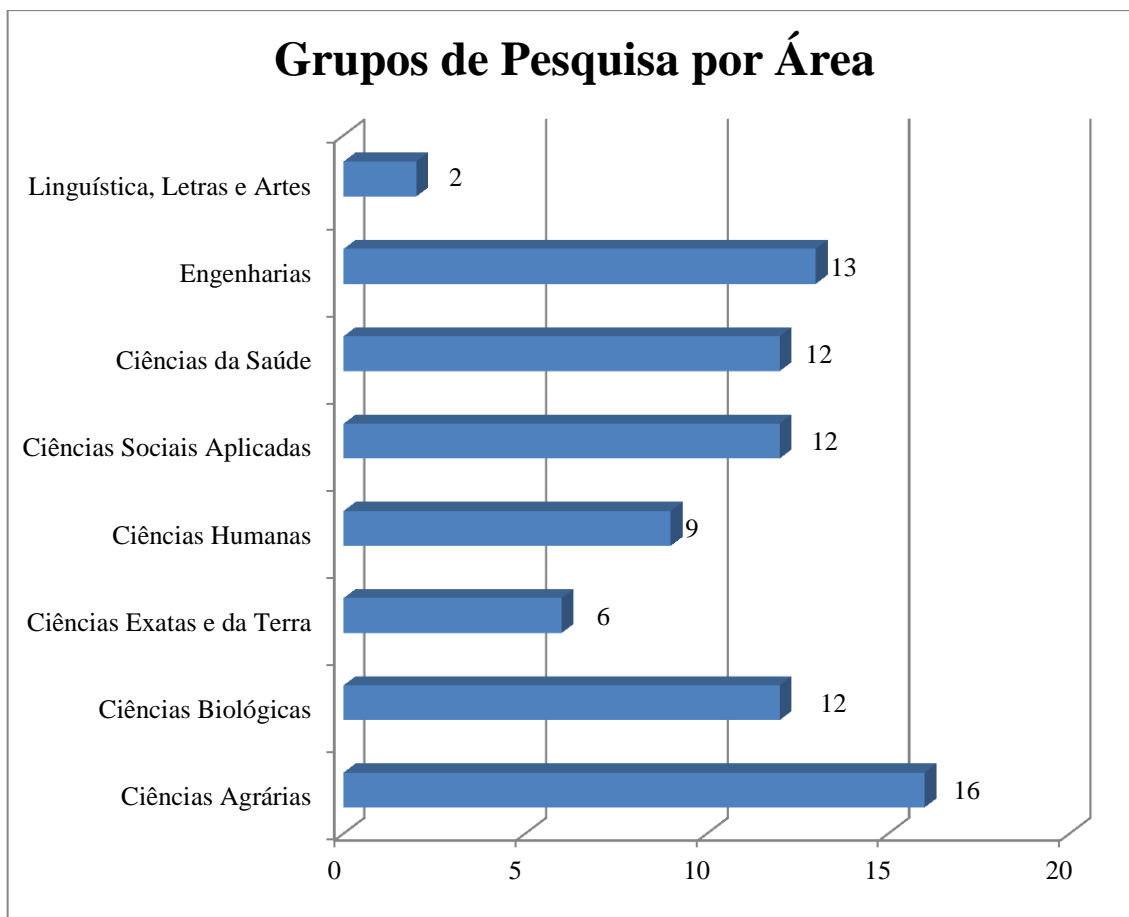


Figura 13 - Grupos de pesquisa por área

Fonte: PROPESQ

2.1.2.7. Protocolos aprovados no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

O total de projetos de pesquisa submetidos ao CEP em 2012 foi de 76 projetos. Já em 2013, foram submetidos 116 projetos de pesquisa para avaliação.

- **Composição da CEUA e modificações no período**

A Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) foi instituída por meio da Portaria n° 1038/11/GR/UNIPAMPA. As espécies utilizadas bem como o número de animais de cada espécie autorizados para uso animal até dezembro de 2013 estão na tabela abaixo:

Tabela 21 - Número de animais autorizados para pesquisa

Espécie	Quantidade de animais
Aves	0
Bovinos	0
Caninos	58
Camundongos	649
Galus galus (galinha, galo)-ambos	0
Ovinos	0
Peixes	0
Ratos	557

Fonte: CEUA

2.1.2.8. Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT)

No ano de 2013, a SNCT foi organizada conjuntamente pela PROPESQ e pela PROEXT. O tema principal da SNCT 2013 foi: “Ciência, Saúde e Esporte”. A SNCT 2013 promoveu e apoiou atividades que estimulam a interação entre esporte, ciência e saúde, mostrando ao público como a ciência e a tecnologia são hoje elementos essenciais neste domínio, particularmente nos esportes de alto desempenho. Nesse contexto, as ações da SNCT exploraram e estimularam a aprendizagem sobre o funcionamento do corpo humano nos esportes, nos exercícios, nos movimentos e na sua relação com o entorno natural, do ponto de vista da ciência.

A participação da UNIPAMPA na SNCT 2013 contou com 4 ações em 3 *campi*.

2.1.2.9. Produção científica

Na tabela abaixo, encontra-se a produção científica dos docentes relativa ao ano de 2013 por campus.

Tabela 22 - Produção científica dos docentes no ano de 2013

Produção	Alegrete	Bagé	Caçapava	D. Pedrito	Itaqui	Jaguarão	S. do Livramento	São Borja	São Gabriel	Uruguaiana	Reitoria	TOTAL	% Geral
Artigos completos publicados em periódicos	31	54	23	23	62	13	23	19	53	168	11	480	17,90
Livros publicados/organizados ou edições	1		1	2	3	9	2	2	0	3	2	25	0,93
Capítulos de livros publicados	7	15	1	0	5	18	7	17	4	27	3	104	3,88
Trabalhos completos publicados em anais de congressos	74	57	21	18	14	17	47	43	25	26	3	345	12,87
Resumos expandidos publicados em anais de congressos	18	49	18	10	29	2	4	3	20	105	0	258	9,62
Resumos publicados em anais de congressos	22	110	24	4	72	9	10	7	53	257	0	568	21,19
Artigos aceitos para publicação	8	15	19	1	13	7	4	9	14	69	4	163	6,08
Apresentações de trabalho	19	51	19	22	30	87	36	62	17	141	7	491	18,31
Demais tipos de produção bibliográfica	3	4	0	0	7	3	3	18	0	1	1	40	1,49
Softwares sem registro de patente	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	5	0,19
Trabalhos técnicos	11	19	7	2	3	16	29	21	9	11	0	128	4,77
Demais tipos de produção técnica	3	14	5		3	14	8	7	4	13	0	71	2,65
Produtos artísticos	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	3	0,11
PRODUÇÃO TOTAL	199	388	138	87	241	195	173	208	200	821	31	2681	100,00
PROJETOS DE PESQUISA	30	35	22	8	29	9	13	15	22	75	2	260	
PROFESSORES	78	134	43	39	57	61	52	60	58	136	29	747	

Fonte: PROPESQ

2.1.3. Pró-Reitoria de Pós-Graduação – PROPG

Quadro 4 - Análise das ações da PROPG

Nº	AÇÕES PLANEJADAS PARA 2013	SITUAÇÃO DAS AÇÕES*			SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS
		A	PA	NA	
1.	Pós Graduação <i>stricto sensu</i>	X			Em 2013, foram desenvolvidas diferentes atividades de apoio para os Programas de Pós-graduação <i>stricto sensu</i> destacando-se a captação de 18 novas bolsas de mestrado e 5 de doutorado, além da implementação do Programa de Auxílio à Pós-graduação da PROPG totalizando 17 auxílios concedidos a discentes dos diferentes programas. Foram apoiados financeiramente para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas e científicas os Programas de Mestrado Profissionais que não recebem aportes da CAPES para seu funcionamento.
1.1.	Aprovação de novos cursos	X			Como resultado da apresentação de novas propostas de mestrado e doutorado a CAPES, foi obtida a aprovação do Mestrado Profissional em Ensino de Línguas do Campus Bagé que realizou seu primeiro processo seletivo de candidatos no mês de novembro de 2013 e dará início a suas atividades acadêmicas em janeiro de 2014. A proposta de Doutorado em Ciências Biológicas do Campus São Gabriel, encontra-se em avaliação pelo comitê de área da CAPES e receberá visita de avaliadores no mês de fevereiro de 2014.
1.2.	Aumento do número de bolsas e Auxílios para discentes de pós-graduação	X			Em 2013, foi constatado um significativo aumento no número de bolsas (44%), além dos auxílios financeiros concedidos a discentes dos diferentes programas no marco do Programa de Auxílio à Pós-graduação (PAPG) implementado pela PROPG.
1.3.	Apoio aos Programas de Pós-graduação	X			Os programas de mestrados profissionais não recebem apoio financeiro de nenhum tipo por parte da CAPES, nesse contexto são disponibilizados recursos financeiro para o atendimento de suas atividades acadêmicas e científicas, como o pagamento de diárias e passagens para professores de outros <i>campi</i> credenciados no programa, assim como o financiamento dos coordenadores para participação nos fóruns específicos da área. Os auxílios do PAPG (três por programa) incluem os mestrados profissionais estando atualmente nove dos dezessete auxílios distribuídos nestes programas. Elaboração e coordenação dos Programas CAPES de Apoio a Pós-graduação (PROAP), onde foi obtido R\$ 204.6000,00 e Pró-equipamentos, que obteve R\$ 373.846,42, que destinam anualmente recursos para programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> acadêmicos.

1.4.	Chamada interna de apresentação de propostas de cursos <i>stricto sensu</i>	X			A chamada interna para o APCN 2013 (propostas a ser avaliadas pela CAPES em 2014), registrou a apresentação de 7 propostas de mestrado dos <i>campi</i> Bagé, Santana do Livramento, São Gabriel, São Borja, Itaqui e Uruguaiana. As mesmas se encontram em fase de análise interna da PROPG para posteriormente serem apresentadas ao CONSUNI.
1.5.	Realizar reuniões temáticas nas unidades para articulação entre os docentes. Essas reuniões teriam como finalidade a participação na chamada interna para o APCN CAPES.	X			Essas reuniões foram realizadas por meio do agendamento prévio a partir dos grupos estruturantes de docentes, com o objetivo de auxiliar nas fases de elaboração das propostas de cursos de mestrado. Em 2013, foram atendidos os <i>Campi</i> Bagé, São Borja e São Gabriel.
1.6.	Mapeamento dos processos administrativos da PROPG de acordo com as normas institucionais e legislação pertinente.		X		Considera-se parcialmente atendida, visto que o mapeamento de processos constitui fluxo constante, pois à medida que as atividades avançam, novos processos surgem e devem ser mapeados. Em 2013, foram reformuladas as normas para cursos de especialização <i>lato sensu</i> e aprovadas pelo CONSUNI na Resolução 62/13.
2.	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	X			A PROPG apoiou as atividades de funcionamento de 16 Cursos de Especialização em andamento (iniciados em 2012) ou com início em 2013 nos <i>campi</i> de Bagé, Uruguaiana, Alegrete, São Borja, Jaguarão, Santana do Livramento e Dom Pedrito.
2.1.	Apoio administrativo e financeiro	X			Conforme o orçamento apresentado nas diferentes propostas e aprovado pelo CONSUNI, atendemos as demandas de diárias e passagens para o funcionamento de 16 cursos de especialização, 5 dos quais concluíram suas atividades em 2013.
2.2.	Edital de apresentação de propostas de cursos de especialização <i>lato sensu</i>	X			Foi lançado o Edital 199/13 para submissão de novas propostas de especializações em primeira ou segunda edição por um montante de R\$80.000, encontrando-se em avaliação pela comissão <i>ad hoc</i> da PROPG um número significativo de propostas (18) nas diversas áreas do conhecimento. Paralelamente, e em conjunto com o Comitê Gestor Institucional para Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, foi lançado o edital 207/13 com o objetivo selecionar e apoiar propostas de cursos de pós-graduação na modalidade <i>lato sensu</i> destinados à qualificação e formação continuada de profissionais da Educação Básica e/ou de egressos de cursos de licenciaturas. Foram apresentadas 10 propostas para essa modalidade.
3.	Qualificação Docente	X			Apoio à qualificação docente em diferentes programas de doutoramento.
3.1.	Programa Dinter	X			Dos nove docentes que participam dos três programas de Doutorado Interinstitucional nos

					quais a UNIPAMPA é Instituição Associada, um deles (Programa de Modelagem Computacional) já retornou à Instituição e para 2014 há previsão de duas defesas de doutorado do DINTER.
3.2.	Prodoutoral	X			Também registra-se a defesa de um doutorado, com previsão de outras duas para 2014.
4.	Outros Programas	X			A PROPG elaborou os projetos institucionais do Programa Nacional de Pós-graduação (PNPD) e do novo programa Prodoutoral da CAPES.
4.1.	Programa Nacional de Pós-doutorado - CAPES			X	Lançado em setembro, o PNPD concedeu uma cota para que cada Programa de Pós-graduação <i>stricto sensu</i> da UNIPAMPA, selecione doutores que realizem tarefas de ensino e pesquisa. Nesse sentido, em 2013 foram implementadas duas bolsas nos programas de Bioquímica e Ciências Biológicas respectivamente, estando em processo de seleção nos demais programas.
4.2.	Programa Prodoutoral 2013 - CAPES			X	Projeto Institucional para o período de abrangência do programa (2014-2018) em fase de análise na CAPES.

Fonte: PROPG

* A: Alcançada; PA: Parcialmente Alcançada; NA: Não Alcançada.

Tabela 23 – Bolsas e Auxílios Financeiros para discentes de Pós-Graduação

Bolsa/Auxílio	CAPES	FAPERGS	UAB	UNIPAMPA
2010	3	0	0	0
2011	37	0	0	0
2012	47	5	0	0
2013	50	18	1	18
Total implementado	50	23	1	18

Fonte: PROPG

2.1.4. Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT

A extensão universitária, de acordo com a Política Nacional de Extensão (PNE), “é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade”.

A partir disso, a Pró-Reitoria de Extensão, no ano de 2013, teve sob sua responsabilidade as ações 20 GK e 20RJ, as quais são apresentadas a seguir.

2.1.4.1. Ação 20 GK

Para o ano de 2013, foi projetado inicialmente a realização de dois grandes Projetos: o Programa de Fomento às Ações de Extensão e o Programa de Apoio à Realização de Eventos e Cursos.

A execução da AÇÃO 20 GK (Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão), foi viabilizada pela realização de atividades de assessoramento a coordenadores de programas, projetos, cursos e eventos e de fomento à prática de extensão.

As ações de assessoramento são desenvolvidas pelas três Coordenadorias que compõem a estrutura da PROEXT, enquanto as ações de fomento cabem principalmente à Coordenadoria de Fomento, mas também ocorrem pela atuação da Coordenadoria de Cultura.

2.1.4.1.1. Assessoramento

O assessoramento consistiu orientação quanto aos seguintes aspectos:

- Orientação sobre o que é a Extensão Universitária e sobre as diretrizes expressas pela Política Nacional de Extensão;
- Elaboração de projetos, programas, cursos, eventos;
- Elaboração de relatórios de extensão;
- Inserção de documentos no Sistema integrado de projetos de ensino, pesquisa e extensão (SIPPEE);
- Resolução nº 47 do CONSUNI, que normatiza a prática de extensão na Universidade;
- Execução financeira (aquisição de material de consumo e permanente, pagamento de pessoa física e jurídica, pagamento de diárias e aquisição de passagens), concessão de Bolsa e Auxílio Financeiro a Estudante aos coordenadores contemplados no Edital PROEXT MEC;
- Execução financeira (pagamento de diárias, pessoa física e jurídica, concessão de passagens), concessão de Bolsa e Auxílio Financeiro a Estudante aos coordenadores de ações contemplados nos Editais internos;
- Compra de material de consumo e permanente, pagamento de Bolsas e Auxílios Financeiros a estudantes, na contratação de serviços de pessoa física e jurídica, pagamento de diárias, aquisição de passagens aos servidores técnico-administrativos dos *campi* que atuam nos setores responsáveis por esses processos;
- Participação no Projeto Rondon;
- Encaminhamento das dúvidas dos extensionistas para a CONJUR;
- Convênios e termos de cooperação com outras instituições;
- Tramitação de processos oriundos das ações de extensão junto à CONJUR e à Assessoria de Relações Interinstitucionais.

O assessoramento referente aos aspectos acima listados dá-se de variadas formas, entre as quais são destacadas a realização de reuniões com a Comissão Superior de Extensão e com os extensionistas; o atendimento individual via e-mail, telefonemas e encontros presenciais; a produção de informes escritos disponibilizados por e-mail e pela página da PROEXT no sítio da UNIPAMPA.

2.1.4.1.2. Fomento

Tem-se, na oferta de editais internos, o principal meio de fomento e, para alcançar as metas previstas para Ação 20 GK, previu-se, no ano de 2013, o lançamento de dois Editais relativos a diferentes Programas da unidade, cada um visando atingir um determinado público ou modalidade de ação.

Em abril de 2013, foi lançado, pelo Edital 03/2013, o *Programa de fomento à extensão* (PROFEXT), com o objetivo de promover a execução de projetos e programas ocupados em estabelecer a interação dialógica entre Universidade e Sociedade e qualificar a formação dos discentes regularmente matriculados em cursos de graduação e pós-graduação da UNIPAMPA e participantes da equipe executora. Foram disponibilizados recursos financeiros no valor total de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) destinados à concessão de Bolsa de Iniciação à Extensão e Auxílio Financeiro a Estudante para o período de junho a dezembro de 2013.

O Programa de Apoio à Realização de Eventos e Cursos (PAPEC) disponibilizou recursos pelo Edital N. 04/2013 para organização de cursos e eventos a serem realizados no período de agosto a dezembro de 2013 a fim de divulgar o conhecimento produzido na instituição, permitir a relação dialógica entre Universidade e Sociedade, incentivar a circulação da produção artística e cultural como meio de promoção do desenvolvimento social. Foram disponibilizados recursos financeiros no valor global de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) a serem aplicados para a

concessão de diárias e passagens a servidores federais ou colaboradores eventuais e para o pagamento de pessoa física e jurídica.

O fomento à relação entre a universidade e a comunidade externa ocorreu ainda com a execução de projetos institucionais elaborados e executados pela equipe da PROEXT, os quais surgiram da identificação que as unidades fizeram das demandas regionais mais frequentes e também de solicitações feitas diretamente por representantes dos diversos segmentos das cidades da área de abrangência da UNIPAMPA.

O Programa “Guamán” envolve a área artística e cultural e permitiu a realização das seguintes atividades:

- Apoio ao IV Festival Internacional de Música no Pampa (FIMP), realizado na cidade de Bagé, no mês de julho;
- 4ª Muestra de Documentales de Frontera, realizada no mês de outubro na fronteira Brasil e Uruguai: Rivera/Livramento, Bagé, Aceguá/Acegua, Artigas, /Jaguarão/Río Branco, Chuí/Chuy;
- Realização de Pintura Mural com o artista Théo Gomes e de debate sobre cultura e universidade com a prof.^a Cláudia Aristimunha (UFRGS) e representantes dos cursos da área na UNIPAMPA, durante o V SIEPE, no mês de outubro;
- Apoio à criação e Organização de Editora Universitária e realização de encontros e workshop com profissionais de larga experiência na área, fornecendo subsídios ao grupo de trabalho responsável pela elaboração de proposta da Editora.

O Programa Institucional “Bacias do Pampa” foi criado para articular iniciativas de vários servidores quanto a questões ambientais e recursos hídricos e, em 2013, permitiu a organização de projeto *multicampi* visando à conservação de Bacia Hidrográficas do Pampa e congregando as iniciativas de diferentes *campi* na área de preservação ambiental.

O fomento à extensão deu-se também pelo apoio à participação de servidores e discentes da UNIPAMPA no 31º Seminário de Extensão Universitária – SEURS-, realizado na cidade de Florianópolis. Participaram do evento equipes de vinte trabalhos representando todos os *campi* da instituição.

Outra ação que conta com o apoio da PROEXT é a participação em operações do Projeto Rondon. Em julho de 2013, equipe composta por dois docentes e oito discentes deslocou-se para o município de Santa Maria do Pará/PA para desenvolvimento de projeto selecionado pelo Ministério da Defesa na Operação Forte do Presépio.

Finalmente, foi apoiada a participação de oito discentes premiados no IV SIEPE, realizado no ano de 2012, no XIII Seminário de Extensão Universitária, realizado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, campus Foz do Iguaçu. Na ocasião, os acadêmicos apresentaram os trabalhos premiados e puderam interagir com extensionistas de toda a região sul.

Quadro 5 – Análise das ações da PROEXT – Ação 20 GK

Nº	AÇÕES PLANEJADAS PARA 2013	SITUAÇÃO DAS AÇÕES*			SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS
		A	PA	NA	
01	Fomento à extensão por meio do lançamento de editais – Edital nº 03 (PROEXT)	X			Nesse Edital, foram contempladas 51 Ações, disponibilizadas 51 Bolsas de Iniciação à Extensão e 44 Auxílios financeiros a estudantes.

02	Fomento à extensão por meio do lançamento de editais – Edital n° 04 (PAPEC)	X			Nesse Edital, foram contempladas 26 Ações e distribuídos R\$ 73.851,51 para pagamento de diárias e passagens para palestrantes e oficinairos.
03	Fomento à extensão por meio da execução de programas institucionais – Guamán	X			Foram concedidos recursos financeiros e assessoramento técnico pela unidade para realização de eventos artísticos e culturais e para realização de reuniões de trabalho.
04	Fomento à extensão por meio da execução de programas institucionais – Programa Bacias do Pampa		X		Foram concedidos recursos financeiros e assessoramento técnico pela unidade para realização de reuniões e construção coletiva de projeto na área de recursos hídricos encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente.
05	Apoio a extensionistas	X			Foram concedidos recursos financeiros e assessoramento da equipe técnica da unidade para viabilizar participação de extensionistas nos seguintes eventos: Operação Forte do Presépio do Projeto Rondon; Participação no 31° SEURS; Participação 13° SEU da UNIOESTE.
06	Fomento à extensão por meio da execução de Projetos e Programas selecionados no Edital PROEXT MEC 2013.	X			No ano de 2013, foram desenvolvidas oito propostas aprovadas no Edital PROEXT MEC, as quais contaram com um total de R\$ 614.159,18. As propostas foram as seguintes: Programa de Atendimento e Capacitação dos Apicultores do Pampa Gaúcho; Implementando Cultura de Paz; Renovar: Consultoria Social às Instituições de Longa Permanência aos Idosos nas Missões e Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul; Promoção em Saúde nas Escolas: um caminho para redução de morbimortalidade por causas externas; Práticas Integradas em Saúde Coletiva; Programa de capacitação continuada de pescadores com vistas ao desenvolvimento de alternativas de emprego e renda familiar através do cultivo de peixes nativos e aproveitamento de subprodutos do pescado, na bacia do rio Uruguai, Pampa Brasileiro (Fase 2); Rodas de Conversa <i>Intercampi</i> : processo de formação de professores pela narrativa na/da docência; Observatório de Aprendizagem.

Fonte: PROEXT

* A: Alcançada; PA: Parcialmente Alcançada; NA: Não Alcançada.

2.1.4.2. Ação 20 RJ

Para execução da AÇÃO 20 RJ- Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica -, foram desenvolvidas no ano de 2013, atividades de planejamento e execução de cursos demandados pela Secretaria de Educação Básica (SEB) e pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI); fomento à oferta de cursos destinados a profissionais da educação básica e assessoramento aos coordenadores de cursos e ao público beneficiado pela Ação.

Para execução das metas definidas para Ação 20 RJ, previu-se a elaboração de projetos de cursos de aperfeiçoamento demandados pelo MEC por meio da SEB e SECADI e ofertados em três

idades em que a UNIPAMPA possui *campus* – Caçapava do Sul, Dom Pedrito e Jaguarão -, definidas de acordo com a procura dos profissionais da educação básica, identificada no SIMEC.

O curso de Aperfeiçoamento *Docência na Escola de Tempo Integral*, proposto pela SEB, foi planejado para o município de Caçapava do Sul. Embora o projeto tenha sido encaminhado para aprovação junto ao MEC em agosto, atendendo cronograma definido pelo próprio ministério, a unidade ainda não recebeu resposta quanto a sua aprovação para liberação de bolsas para pagamento de professores, coordenadores e cursistas. No entanto, a fim de atender à demanda da região e considerando os recursos alocados na unidade para oferta de quatrocentas vagas, o comitê gestor institucional para ações de formação inicial e continuada deliberou pela abertura de uma turma, tendo iniciado suas atividades em 23/11/2013 com 66 inscritos. Esse curso tem 180 horas de atividades, das quais 105 horas na modalidade presencial e 75 na modalidade a distância. O curso tem como público alvo profissionais da educação básica e tem entre seus participantes professores, coordenadores, diretores e oficinairos do Programa Mais Educação. Os cursistas estão divididos entre os seguintes municípios: Caçapava do Sul: 34; Bagé: 14; Candiota: 07; Rio Grande: 05; Hulha Negra:02; São Sepé:02; São Gabriel:01 e Cachoeira do Sul:01, contabilizando, como já mencionado anteriormente, um total de 66 inscritos.

Para os municípios de Jaguarão e Dom Pedrito, está prevista a realização do curso de Aperfeiçoamento *Educação de Jovens e Adultos na Diversidade*, ligado à SECADI, com oferta de uma turma para sessenta alunos em cada município, totalizando 180 horas de atividades, sendo que 104 horas na modalidade EAD e 76 horas na modalidade presencial. No ano de 2013, o projeto foi elaborado e enviado para aprovação pela SECADI, tendo sido aprovado em novembro último. A partir de então, foram realizadas reuniões com as Secretarias Municipais de Educação das cidades atendidas e com as Coordenadorias Estaduais de Educação e atividades de planejamento e elaboração de materiais sob responsabilidade dos coordenadores dos cursos.

Além dos cursos demandados pelo MEC, a Ação 20 RJ concretiza-se com a promoção de outras atividades de formação continuada para profissionais da educação básica, como cursos, oficinas, seminários, debates propostos por servidores da UNIPAMPA e viabilizados pela disponibilidade de recursos por meio de editais lançados, com destaque ao Edital 05/2013 – *Programa de apoio à formação continuada de profissionais da educação básica*.

Os recursos da Ação 20 RJ foram utilizados ainda para participação de representantes do comitê gestor institucional para ações de formação inicial e continuada em reuniões convocadas pela SEB e SECADI referentes a programas e ações destinados a profissionais da educação básica. Foram realizadas reuniões em Chapecó (13 e 14/06/2013) e Foz do Iguaçu, referentes ao Programa Escola de Fronteira; e em Brasília ocorreram reuniões dos Programas Saúde na Escola e Mais Educação; dos coordenadores de comitês gestores; dos cursos da área de Direitos Humanos propostos pela SECADI. Com recursos da Ação 20 RJ, foi apoiada a participação de representantes da UNIPAMPA em encontros em Brasília e Porto Alegre para planejamento da participação da instituição no Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio.

Quadro 6 - Análise das ações da PROEXT - Ação 20 RJ

Nº	AÇÕES PLANEJADAS PARA 2013	SITUAÇÃO DAS AÇÕES*			SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS
		A	PA	NA	
01	Oferta de cursos para profissionais da educação básica apoiados por editais internos da PROEXT.	X			Por meio desse programa, 1.073 (um mil e setenta e três) profissionais da Educação Básica foram beneficiados.
02	Organização do curso ofertado pelo MEC Docência na escola de tempo Integral		X		O curso Docência na Escola de Tempo Integral conta com 66 inscritos. No ano de 2013, foram realizados 03 encontros

					presenciais referentes a esse curso – nos meses de novembro e dezembro - e o término dos mesmos está previsto para o mês de maio de 2014.
03	Organização do curso ofertado pelo MEC Educação de Jovens e Adultos na Diversidade		X		O curso terá início em 2014.
04	Programa Escola de Fronteira		X		Organização da equipe para elaboração de projeto; realização de reuniões de trabalho com gestores das escolas que serão atendidas no município de Jaguarão/Brasil e Rio Branco/Uruguaí; participação da equipe coordenadora da universidade em reuniões promovidas pela SEB em Chapecó, SC.
05	Programa “Difundindo ciência e tecnologia na região da campanha”.	X			Apoio na organização da Feira de Ciências, em Caçapava do Sul, evento destinado às escolas da região e antecedido por ações de formação continuada para professores das áreas de Ciências e Matemática das escolas públicas da região.

Fonte: PROEXT

* A: Alcançada; PA: Parcialmente Alcançada; NA: Não Alcançada.

2.1.5. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários - PRAEC

A política de democratização do ensino superior pelo Governo Federal promoveu a ampliação geral das medidas de acesso, tais como a criação de novas instituições de ensino – dentre as quais a UNIPAMPA, a adoção do sistema de cotas, a adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a ampliação do número de vagas, a criação de novos cursos, entre outros.

Assim, a assistência estudantil ganha destaque, pois de nada adianta a inclusão de alunos sem um esforço paralelo no sentido de disponibilizar aos estudantes os meios necessários para sua permanência e formação plena, e possibilitar a conclusão satisfatória de seu curso. Assim, a partir do Programa Nacional de Assistência Estudantil do MEC (PNAES - Decreto n.º 7.234/2010), a assistência estudantil se mantém como pauta permanente nas agendas governamentais. Na UNIPAMPA, há este mesmo entendimento por parte da gestão.

Nesse contexto, a UNIPAMPA se depara com o desafio de implementar ações no conjunto de sua estrutura *multicampi*, para o alcance dos objetivos institucionais. Dessa forma, atua-se de forma articulada com os vários setores e unidades, na promoção dos meios necessários para que os alunos tenham acesso à universidade, permaneçam na instituição com qualidade de vida e concluam seu curso, tendo acesso a uma formação integral cidadã.

O planejamento estratégico foi norteado pelas diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil do MEC de forma que os recursos provindos do programa são ainda a principal fonte financiadora das ações. Destaca-se também o atendimento ao disposto no Planejamento Estratégico Institucional e a observância às demais legislações vigentes.

No ano de 2013, a meta foi assistir 3.500 alunos. A meta foi superada, e foram atendidos 4.125 alunos, sendo consideradas nessa contagem as ações que envolveram repasse financeiro ao estudante e a concessão de vaga na moradia estudantil. A meta física foi alcançada devido à suplementação orçamentária com recursos institucionais.

Tabela 24 - Resumo do número de alunos atendidos em 2013

Ação	Alunos Atendidos
PBP	2.622
PAPE	668
PBDA	507

PBI	258
Moradia Estudantil	35
Monitores dos NuDEs	26
Monitores dos Indígenas	04
Indígenas	03
Monitores da PRAEC	02
Total	4.125

Fonte: PRAEC

Em 2013, a unificação dos processos de seleção do Programa Bolsas de Permanência (PBP) e do Programa de Apoio à Instalação Estudantil (PBI) repercutiu em economias de tempo e redução de custos e agregou em qualidade na avaliação das solicitações. A realização das inscrições e seu gerenciamento pelo Sistema de Gestão Unificada de Recursos Institucionais – GURI, também representou um importante apoio à gestão e aos servidores envolvidos no processo. Nessa edição, foi estabelecida uma ordem de classificação a partir de um Índice Socioeconômico (ISE). E os fatores considerados na avaliação foram explicitados em seção específica no edital, o que contribuiu para a transparência do Programa. Houve também reajuste no auxílio-moradia a todos os beneficiários dessa modalidade, passando de R\$ 200,00 a R\$ 230,00 a partir de setembro, com o ingresso dos beneficiários da edição 2013. Foram realizados também os processos de reavaliação acadêmica e socioeconômica.

Em 2013, autorizou-se o pagamento de todos os 258 alunos que solicitaram o auxílio-instalação e tiveram seus pedidos deferidos. Diferentemente do que ocorreu com o Programa de Permanência, cujo deferimento da solicitação não implicou necessariamente no ingresso ao programa, tendo em vista que a demanda excede a possibilidade orçamentária, o que justifica a classificação das solicitações em uma ordem de prioridade. O valor do auxílio foi reajustado, passando de R\$ 360,00 para R\$ 400,00 no ano.

Em 2013, dois editais relativos ao Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos foram lançados, cuja procura exigiu a inserção de mais recursos. Com a ajuda de custo concedida, mais de 600 estudantes compareceram em eventos nacionais e internacionais, em países como Argentina, Uruguai, San Salvador, Espanha, Reino Unido, Zâmbia e Chile.

Nessa edição, foram concedidas bolsas PBDA de 12 (doze) e de 20 (vinte) horas semanais. Dessas bolsas, 330 são de 12 horas semanais e 110 de 20 horas semanais, a fim de facilitar a conciliação de atividades pelos estudantes.

No âmbito da política de ações afirmativas, foram desenvolvidas ações de acompanhamento a alunos indígenas aldeados, pelo Programa Anauê e de acompanhamento de alunos com necessidades educacionais especiais. Pelo Programa Anauê, foram repassados ao aluno indígena auxílio financeiro para sua manutenção, em valor correspondente ao somatório dos auxílios Alimentação, Moradia e Transporte do Programa de Permanência, assim como uma bolsa acadêmica, para desenvolvimento de atividades que contemplem a temática indígena, promovendo uma ligação entre o curso e as demandas e saberes indígenas. Na medida em que os indígenas migrem para o Programa de Permanência do MEC, criado em 2013, se manterá sua vinculação somente à bolsa acadêmica.

O Programa de Moradia Estudantil João-de-Barro foi materializado em 2013, com a inauguração da primeira moradia estudantil, em Santana do Livramento, através da locação de um imóvel próximo ao campus bem como a compra dos móveis necessários. A licitação para a construção da moradia estudantil definitiva em Santana do Livramento deve ser preparada após obtenção de um terreno próprio para a construção, uma vez que o campus local não possui espaço para essa obra. Com o Programa, se busca garantir uma estadia digna para os estudantes nos dez *campi*, oportunizando acolhimento e autonomia para pessoas em vulnerabilidade social. Assim,

ainda em 2013, os processos licitatórios para construção de oito moradias foram publicados. A previsão de término das obras deve ser ao final de 2015.

No início de 2014, os restaurantes universitários de Alegrete, Jaguarão, São Borja e São Gabriel iniciarão seu funcionamento, e os demais Restaurantes Universitários estão com seus processos em andamento. Pelo Programa de Alimentação Subsidiada Talheres do Pampa, serão concedidas refeições de forma subsidiada aos alunos de graduação, conforme seu perfil socioeconômico, oferecendo à comunidade acadêmica uma alimentação nutricionalmente balanceada, e que observe os preceitos da segurança alimentar. Prevê-se também a concessão de um auxílio financeiro para contemplar os gastos com lanches e refeições que vão além do almoço e janta.

No ano de 2013, foi inaugurada a política de esporte. Em agosto, realizou-se em Uruguaiana a primeira edição dos Jogos Universitários da UNIPAMPA. Estudantes de todos os *campi* da Universidade participaram nas modalidades de vôlei, futsal e xadrez, todas com categorias masculinas e femininas. Também houve a representação da UNIPAMPA na Edição 2013 dos Jogos Universitários Gaúchos e da Copa Unisinos, eventos que contaram com a participação de diversas Universidades públicas e privadas do Brasil e do MERCOSUL. Com o estímulo à prática esportiva, pretende-se também promover a atenção à saúde preventiva, buscando melhorar a qualidade de vida dos alunos.

A ampliação da assistência estudantil tem sido um imperativo norteador da gestão e a diversificação das ações busca abarcar a formação integral do educando. A Universidade avança no sentido de desenvolver projetos que assegurem a totalidade do atendimento ao estudante, tais como na área de saúde física e mental, esporte, lazer, informática, de apoio à organização estudantil, línguas estrangeiras, entre outros. Também há um esforço no sentido de ampliar os benefícios de forma quantitativa, considerando as metas de expansão de matrícula e as ações de enfrentamento da redução da evasão, assim como, sempre que possível, os valores são reajustados.

Para a ampliação da política, se faz necessária a ampliação do quadro de pessoal, ao passo em que tem se feito um esforço para tornar mais efetivos os processos. Essa ampliação perpassa o quadro de atendimento ao estudante, em cada campus, com equipe multiprofissional no âmbito dos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDEs).

Em 2013, foram desenvolvidas ações nas seguintes áreas: alimentação, moradia, transporte, inclusão e acessibilidade, e apoio pedagógico. Visando melhorar as condições de acesso e de permanência dos acadêmicos na Universidade, contribuindo com a qualificação do processo pedagógico, foram planejadas as seguintes ações, cujos resultados também são demonstrados no quadro abaixo.

Quadro 7 - Análise das ações da PRAEC

Nº	AÇÕES PLANEJADAS PARA 2013	SITUAÇÃO DAS AÇÕES*			SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS
		A	PA	NA	
01	Realização da edição anual do Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico – PBDA 2013	X			Na edição 2013 do PBDA, foram autorizadas 440 bolsas, sendo 140 bolsas de Ensino, 140 de Pesquisa, 140 de Extensão e 20 de Gestão. Com as movimentações, o PBDA teve ao todo 507 bolsistas, conforme SIPPEE. Em termos de carga horária semanal de atividades, foram concedidas 330 bolsas de 12 horas e 110 bolsas de 20 horas.
02	Realização da edição anual do Programa de Apoio à Instalação Estudantil – PBI 2013	X			Na edição 2013 do PBI, foram deferidas 258 solicitações. Com o pagamento dos auxílios, foram executados R\$ 99.600,00. Nessa edição, o processo de inscrição e de seleção do PBI foi realizado de forma

					concomitante ao do Programa Bolsas de Permanência.
03	Reajuste nos valores dos auxílios do Programa Bolsas de Permanência (PBP) e Realização da edição anual de ingresso		X		<p>Em 2013, os processos de inscrição e seleção ao Programa Bolsas de Permanência (PBP) e ao Programa de Apoio à Instalação Estudantil (PBI) foram deflagrados por edital único (Edital PRAEC 07/2013). Foram recebidas 1.061 inscrições. Com o recurso destinado (R\$ 500.000,00), foi possível o deferimento de 405 alunos no Programa de Permanência, com a concessão de 398 auxílios-alimentação, 212 auxílios-moradia e 351 auxílios-transporte. Entretanto, com recurso internos foi possível transpor o recurso especificado no Edital (item 7.9) e, com isso, inserir um percentual maior de alunos no Programa. Assim, foram inseridos mais 477 alunos. No total, 882 estudantes puderam ingressar no Programa de Permanência, passando a receber os auxílios até concluírem seu curso, desde que continuem atendendo aos critérios de manutenção no Programa. Houve também reajuste no auxílio-moradia, no valor de R\$ 230,00, que foi repassado a todos os beneficiários desta modalidade do PBP, a partir do mês de referência de setembro/2013, com a inserção dos alunos selecionados via Edital PRAEC 07/2013.</p> <p>Ao todo, foram beneficiados 2.622 estudantes, com um investimento expressivo de R\$ 5.669.051,00.</p> <p>Cabe constar que, em 2013, com a criação do Programa de Bolsa Permanência do MEC (PBP/MEC) do Governo Federal, foi necessário esclarecer para a comunidade acadêmica a distinção entre o programa anunciado pelo governo e o programa gerido pela PRAEC.</p>
04	Realização da edição anual do Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos (PAPE)		X		<p>Foram atendidas 668 solicitações de ajuda de custo pelo PAPE. Tamaña procura pelo programa implicou em um reforço orçamentário superior ao dobro do montante inicial. O investimento total foi da ordem de R\$ 230.000,00. O reajuste nos valores dos auxílios, a revisão de critérios e, principalmente, os avanços na comunicação e na disseminação de informações contribuíram para o sucesso do programa.</p>
05	Realização do Programa de Ações Afirmativas		X		<p>No contexto do Programa de Ações Afirmativas, elenca-se a execução das seguintes ações:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Seleção de monitores, nos termos do Edital PRAEC 01/2013 e retificações. Foram concedidas duas (02) bolsas por NuDE. Ao todo, 26 alunos foram atendidos, sendo executados R\$ 69.880,00 no período de vigência das bolsas (de março a dezembro). 2) Referente ao Programa Anauê, foi repassado aos indígenas um auxílio mensal para sua manutenção, assim como uma bolsa

					acadêmica para desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão afetas à temática. O valor total com esta ação foi de R\$ 24.200,00 no ano. Além disso, o Programa assegurou ainda apoio pedagógico ao indígena. Nesse sentido, foi realizada a seleção de monitores para os indígenas, nos termos do Edital PRAEC 02/2013. Ao final da vigência dessas bolsas (de março a dezembro), foram atendidos 04 estudantes, o que representou o investimento de R\$ 8.800,00.
06	Realização da 1ª edição dos Jogos Universitários da UNIPAMPA	X			Em agosto, realizou-se em Uruguaiana a primeira edição dos Jogos Universitários da UNIPAMPA.
07	Preparação para a Implantação dos Restaurantes Universitários	X			Nas unidades de Alegrete, Jaguarão, São Borja e São Gabriel, as estruturas dos Restaurantes Universitários já estão prontas e as empresas prestadoras do serviço de fornecimento das refeições já estão definidas. A inauguração está prevista para início de 2014.
08	Implantação de Moradia Estudantil	X			Uma importante etapa de materialização do Programa de Moradia Estudantil João de Barro foi realizada em 2013, com a inauguração da primeira moradia estudantil, no Campus Santana do Livramento, no mês de setembro. A moradia estudantil oferece 35 vagas para estudantes.

Fonte: PRAEC

* A: Alcançada; PA: Parcialmente Alcançada; NA: Não Alcançada.

Tabela 25 – Bolsas deferidas no PBP 2013

CAMPUS	Número Alunos	Alimentação	Moradia	Transporte	Valor (período set-dez)
Alegrete	90	90	63	61	R\$ 121.840,00
Bagé	192	190	92	189	R\$ 236.360,00
Caçapava	73	73	40	41	R\$ 86.240,00
Dom Pedrito	58	58	22	50	R\$ 64.400,00
Itaqui	104	84	62	96	R\$ 127.600,00
Jaguarão	44	44	31	14	R\$ 55.320,00
Santana do Livramento	25	25	0	20	R\$ 18.600,00
São Borja	107	106	38	91	R\$ 115.560,00
São Gabriel	77	75	42	75	R\$ 98.640,00
Uruguaiana	112	101	72	106	R\$ 148.440,00
Total	882	846	462	743	R\$ 1.073.000,00

Fonte: PRAEC

2.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

2.2.1. Programa Temático

Não se aplica a Universidade.

2.2.2. Objetivo

Não se aplica a Universidade.

2.2.3. Ações

2.2.3.1. Ações – OFSS

Quadro 8 - Ações – OFSS

Identificação da Ação						
Código	2032.2004.26266.0043			Tipo: Atividade		
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes.					
Objetivo	Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento. Código: -					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação			Código: 2109		
Unidade Orçamentária	Fundação Universidade Federal Do Pampa					
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.075.421,00	1.222.569,00	1.187.219,91	1.187.219,91	1.187.219,91	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoas Beneficiadas		Unidade	800	561	561	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: PROPLAN

- **Análise Crítica**

Não ocorreram problemas. Os solicitantes que tinham direito ao benefício foram atendidos. Contudo, o número de servidores que buscaram o benefício foi menor que o estimado.

Quadro 9 - Ações – OFSS

Identificação da Ação						
Código	2032.2010.26266.0043			Tipo: Atividade		
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares.					
Objetivo	- Código: -					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					Código: 2109
Unidade Orçamentária	Fundação Universidade Federal Do Pampa					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
180.000,00	197.000,00	190.824,30	190.824,30	190.824,30		
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoas Beneficiadas			Unidade	185	207	207
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: PROPLAN

- **Análise Crítica**

Não ocorreram problemas. Os solicitantes que tinham direito ao benefício foram atendidos.

Quadro 10 - Ações – OFSS

Identificação da Ação						
Código	2032.2011.26266.0043			Tipo: Atividade		
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares.					
Objetivo	- Código: -					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					Código: 2109
Unidade Orçamentária	Fundação Universidade Federal Do Pampa					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
66.744,00	76.744,00	63.352,65	63.352,65	63.352,65		
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoas Beneficiadas			Unidade	31	37	37
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: PROPLAN

- **Análise Crítica**

Não ocorreram problemas. Os solicitantes que tinham direito ao benefício foram atendidos.

Quadro 11 - Ações – OFSS

Identificação da Ação						
Código	2032.2012.26266.0043			Tipo: Atividade		
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Objetivo	- Código: -					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					Código: 2109
Unidade Orçamentária	Fundação Universidade Federal Do Pampa					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.140.000,00	5.626.500,00	5.549.784,90	5.549.784,90	5.549.784,90	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante	
					Previsto	Reprogramado
Pessoas Beneficiadas			Unidade		1.135	1.336
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-

Fonte: PROPLAN

- **Análise Crítica**

Não ocorreram problemas. Os solicitantes que tinham direito ao benefício foram atendidos.

Quadro 12 - Ações – OFSS

Identificação da Ação						
Código	2032.20GK.26266.0043			Tipo: Atividade		
Título	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão					
Iniciativa	Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero.					
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil. Código: 0803					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					Código: 2109
Unidade Orçamentária	Fundação Universidade Federal Do Pampa					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.265.722,00	2.265.722,00	2.034.429,16	1.337.226,51	1.242.030,58	95.195,93	697.202,65
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto Apoiado			Unidade	04	09	06
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
803.017,75	638.739,38	1,22	Projeto Apoiado	Unidade	345	

Fonte: PROPLAN

- **Análise Crítica**

As atividades foram desmembradas em projetos apoiados pelas áreas finalísticas da Universidade, ou seja, ensino, pesquisa e extensão, e foram executados respectivamente pelas Pró-Reitorias de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

A Pró-Reitoria de Graduação executou 2 Projetos (Programa de Bolsas de Desenvolvimento Pedagógico com foco Ensino-aprendizagem PBDP-E/A 2013 e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID) ofertando 64 bolsas de monitoria para discentes onde se percebe o crescimento no ano de 2013 com a aprovação do novo Projeto Institucional: 1 coordenador institucional e 3 coordenadores de Gestão, contando com a coordenação de áreas em todos os campi que possuem curso de licenciatura. Ressaltam-se também: (a) a aprovação da ampliação do projeto do LIFE (Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores), incluindo o Campus Dom Pedrito, além dos outros quatro existentes (Bagé, São Gabriel, Uruguaiana e Caçapava do Sul); (b) a aprovação da proposta institucional no edital do Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores, da CAPES, com a participação de professores da Educação Básica, que atuam como supervisores no PIBID, em estudos junto às Universidades de Aveiro e Porto, em Portugal.

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação executou 2 projetos (Apoio a Pós-graduação stricto sensu; Apoio a Pós-graduação lato sensu) desenvolvendo diferentes atividades de apoio para os Programas de Pós-graduação stricto sensu e para Cursos de Especialização lato sensu e implementou o “Programa de Apoio a Pós-graduação (PAPG)”. Os Programas de Mestrado Profissionalizantes de Tecnologia Mineral - Caçapava do Sul, Ensino de Ciências e Ensino de Línguas - Bagé e Educação - Jaguarão, foram atendidos por esta ação com relação às demandas de diárias e passagens para o cumprimento das atividades acadêmicas e de orientação dos professores externos ao curso. Da mesma forma os coordenadores receberam apoio financeiro para participar das reuniões nacionais específicas da área. O PAPG ofertou para cada programa de pós-graduação stricto sensu três auxílios para discentes de mestrado por um valor unitário de R\$ 700,00 e três de doutorado com valor de R\$ 1.000. Entre os diversos programas foram concedidos 17 auxílios de mestrado e um de doutorado. Essa ação permitiu o apoio financeiro de diárias e passagens para o desenvolvimento das atividades de 16 cursos de especialização lato sensu nos campi de São Borja, Uruguaiana, Santana do Livramento, Dom Pedrito, Bagé e Jaguarão.

A Pró-Reitoria de Pesquisa executou 4 projetos (Edital Apoio a Grupos de Pesquisa; Edital Apoio aos Programas de Pós-Graduação; Edital PBIP – Programa de Bolsas de Iniciação à Pesquisa; Edital de Apoio à Publicação em Periódicos) buscando a inserção da Instituição nos programas de Iniciação Científica do CNPq (PIBIC, PIBIC nas ações afirmativas e PIBITI) e FAPERGS (PROBIC e PROBITI), além de disponibilizar aos docentes dois tipos de bolsa interna: Programa de Bolsas para o Desenvolvimento Acadêmico (PBDA) – modalidade de Pesquisa e Programa de Bolsas de Iniciação à Pesquisa (PBIP), de forma a incentivar a pesquisa na instituição na sua totalidade. Aliado às estratégias supracitadas, foram aprimoradas políticas de incentivo à

formação e à consolidação de grupos de pesquisa, bem como de incentivo ao desenvolvimento tecnológico e inovação.

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura executou 4 projetos (Programa de Fomento à Extensão, Programa de Apoio à Realização de Eventos e Cursos, Programa Guamán e o Programa Bacias do Pampa) destinando recursos para Bolsa de Iniciação à Extensão e Auxílio Financeiro a Estudante na ordem de R\$ 140.000,00. De parte do recurso utilizado, foi empenhado o montante R\$ 222.088,00 em serviços de terceiros para contratação de infraestrutura para eventos, que darão suporte a ações de extensão nos diversos *campi* da Universidade para o próximo ano.

Quadro 13 - Ações – OFSS

Identificação da Ação						
Código	2032.20RJ.26266.0043			Tipo: Atividade		
Título	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.					
Iniciativa	Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnico-raciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.					
Objetivo	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho. Código: 0597					
Programa	Educação Básica Código: 2030			Tipo:		
Unidade Orçamentária	Fundação Universidade Federal Do Pampa					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
314.380,00	314.380,00	267.664,11	103.805,71	102.344,93	1.460,78	163.858,40
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoas Beneficiadas		Unidade	25.000	1.500	1.073	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
323.478,46	306.857,36	0,00	Pessoas Beneficiadas		Unidade	5.000

Fonte: PROPLAN

- **Análise Crítica**

Os objetivos propostos para a Ação foram parcialmente atingidos, uma vez que a meta física prevista de beneficiar 1500 profissionais da educação básica foi atendida com a capacitação de 1073 profissionais. A razão para não atendimento integral da meta deu-se pelas limitações do cronograma estipulados pelas Secretarias do MEC (SEB e SECADI).

Outro critério que merece destaque na análise refere-se à execução financeira dos itens previstos que não ocorreu a contento devido à ausência de empresa previamente contratada para prestação de serviços gráficos para a divulgação dos cursos e a produção de material que seriam utilizados.

Quadro 14 - Ações – OFSS

Identificação da Ação						
Código	2032.20RK.26266.0043			Tipo: Atividade		
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior					
Iniciativa	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas física e de recursos humanos e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841					
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão			Código: 2032		
Unidade Orçamentária	Fundação Universidade Federal Do Pampa					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
22.293.901,00	25.214.397,00	23.712.241,46	14.635.791,26	14.392.126,63	243.664,63	9.076.450,20
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Aluno Matriculado		Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado	
			13.000	13.000	9.857	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
21.283.528,06	18.852.199,22	154.429,37	Aluno Matriculado	Unidade	9.080	

Fonte: PROPLAN

- **Análise Crítica**

A ação 20RK visa o atendimento geral das necessidades da comunidade acadêmica, nela estão abrangidos os custos com contratos de terceirizados, contratos de informática, contratos de locação de imóveis e todos os contratos necessários para o pleno funcionamento da Instituição.

A Universidade possui três prédios para funcionamento da Reitoria e mais 10 *campi* em que a despesa com o deslocamento entre os *campi* e Reitoria se concentra nessa ação.

A ação 20RK supre também as necessidades de atendimento da política de assistência estudantil que visa à formação do educando e à redução da evasão da universidade distribuindo recursos para dar pleno apoio financeiro ao estudante em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Em 2013, foi registrado o abandono 1.781 alunos, acredita-se que o fato é o resultado da reestruturação do calendário acadêmico de 2012 após a paralisação dos servidores federais e,

consequentemente, da organização do calendário acadêmico 2013 que avançou a ano civil de 2014, com conclusão prevista para abril.

Por todos esses pontos importantes de abrangência da ação 20RK, não há como quantificar a meta física atendida através de restos a pagar.

Visto que os recursos previstos na ação eram insuficientes para a cobertura dos contratos de serviços de terceiros, houve uma suplementação orçamentária através de termo de cooperação para suprir a diferença faltante no valor de R\$ 2.000.000,00.

Quadro 15 - Ações – OFSS

Identificação da Ação						
Código	4002.26266.0043			Tipo: Atividade		
Título	Assistência ao estudante de Ensino Superior					
Iniciativa	Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência.					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841					
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032			Tipo:		
Unidade Orçamentária	Fundação Universidade Federal Do Pampa					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.084.380,00	6.084.380,00	6.081.727,85	5.822.324,56	5.822.324,56	-	259.403,29
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Aluno Assistido		Unidade	3.500	3.500	3.604	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
16.518,40	16.518,40	-	Aluno Assistido	Unidade	2544	

Fonte: PROPLAN

- **Análise Crítica**

A ação foi atendida e superada a meta com recursos da ação e com o suporte da ação 20RK. De forma geral, pode-se atribuir a iniciativa de superação da meta e o sucesso dos programas aos seguintes fatores: entendimento institucional da importância da assistência estudantil na vida dos alunos e no alcance dos objetivos a que se propõem; a qualificação dos documentos e processos a partir da experiência acumulada em outras edições; e intensificação da divulgação das ações e adoção de estratégias para uma comunicação mais efetiva com os discentes.

Com efeito, a Política de Assistência Estudantil, desdobrando-se em diferentes Programas de Apoio ao Discente ao longo de 2013, permitiu que fossem diminuídas as barreiras socioeconômicas que possam ter influencia no aprendizado.

Quadro 16 - Ações – OFSS

Identificação da Ação						
Código	4572.26266.0043			Tipo: Atividade		
Título	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Objetivo	- Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					Código: 2109
Unidade Orçamentária	Fundação Universidade Federal Do Pampa					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
150.000,00	150.000,00	144.852,14	140.237,14	137.987,14	2.250,00	4.615,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Servidor Capacitado			Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
				550	550	1.204
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
445.177,96	371.975,40	5.870,48	Servidor Capacitado	Unidade	1.028	

Fonte: PROPLAN

- **Análise Crítica**

Em 2013, foram realizados dezoito cursos já previstos e mais vinte e um referentes a demandas que surgiram no decorrer do ano, totalizando trinta e nove cursos com 802 servidores capacitados.

Paralelo às ações de capacitação, ocorreu em maio de 2013 o IV Seminário dos Técnico-administrativos da UNIPAMPA, que contou com a participação de 348 servidores técnicos da Instituição, totalizando 1.150 servidores capacitados. Além disto, 54 servidores participaram de ações externas específicas em outras instituições, somando então 1.204 servidores capacitados. Esse número refere-se ao total de servidores capacitados considerando que um mesmo servidor participou de mais de uma ação de capacitação durante o ano.

Outra modalidade de curso que abrange servidores de todas as unidades e com custos reduzidos são as capacitações a distância. Em 2013, foram realizados dois cursos a distância (um com duas edições e outro com 03 edições) e três cursos semipresenciais, sendo um deles com 02 edições.

Quadro 17 - Ações – OFSS

Identificação da Ação						
Código	6328.26266.0043			Tipo: Atividade		
Título	Universidade Aberta e a Distância					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841					
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão			Código: 2032		
Unidade Orçamentária	Fundação Universidade Federal Do Pampa					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
110.000,00	110.000,00	108.606,91	44.309,29	44.309,29		64.297,62
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Vaga Disponibilizada			Unidade	400	0	90
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
168.367,91	144.084,65	23.681,92	Vaga Disponibilizada	Unidade	0	

Fonte: PROPLAN

- **Análise Crítica**

No ano de 2013, a Coordenadoria de Educação a Distância - CEaD, ficou responsável pela gestão, acompanhamento e coordenação da Ação 6238 – Universidade Aberta e a Distância (UAD), cujos objetivos são de ampliar, democratizar e efetivar a oferta de cursos e programas na modalidade de educação a distância, oportunizando o acesso à educação superior inicial e continuada. Nesse contexto, essa ação orçamentária tinha, como meta física para o ano de 2013, disponibilizar 400 vagas.

A UNIPAMPA aguarda a comissão de avaliação para o credenciamento institucional em oferta de EAD. A fim de incentivar a participação e o uso da modalidade, a Coordenadoria de Educação à Distância lançou o Edital CEaD 01/2013, que contemplou as linhas de ação: Formação Inicial Semipresencial, Formação Continuada EaD por meio da Extensão Universitária e Apoio a Cursos Superiores EaD. Foram ofertados cursos que visavam o fomento das ações em EAD, dentre eles os preparatórios para o uso de tecnologias e ao todo 90 vagas foram disponibilizadas.

Quadro 18 - Ações – OFSS

Identificação da Ação						
Código	2032.8282.26266.0043			Tipo: Atividade		
Título	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841					
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2032					
Unidade Orçamentária	Fundação Universidade Federal Do Pampa					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
36.000.000,00	36.000.000,00	35.994.622,85	21.856.462,07	20.128.416,03	1.728.046,04	14.138.160,78
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Vaga Disponibilizada			Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
				13.500	13.500	9.857
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
12.369.852,25	9.699.844,09	0,03	Vaga Disponibilizada	Unidade	385	

Fonte: PROPLAN

- **Análise Crítica**

Esta ação 8282 é aquela em que são destinados os investimentos em infraestrutura da Universidade e a manutenção dos contratos. Registra-se um aumento expressivo em 2013, devido à entrega de prédios prontos no ano anterior e no decorrer de 2013. Após o período de implantação, é necessário um aporte financeiro para manter toda a infraestrutura necessária e o pleno funcionamento da comunidade acadêmica.

A Instituição encontra-se em implantação/expansão e para viabilizar o atendimento satisfatório da comunidade acadêmica são necessários grandes investimentos em infraestrutura (obras/equipamentos). Esses investimentos acarretam automaticamente o aumento do custeio; por esse motivo a meta indicada visa à totalidade de alunos. Em 2013, o abandono foi a maior percentagem de evasão institucional (1.781 alunos) e acredita-se que isso é o resultado da reestruturação do calendário acadêmico de 2012 após a paralisação dos servidores federais.

2.2.3.2. Ações/Subtítulos – OFSS

Não houve ocorrência no período.

2.2.3.3. Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

Quadro 19 - Ações não previstas LOA 2013 - Restos a pagar - OFSS

Identificação da Ação					
Código	1375.4006.26266.0043		Tipo: Atividade		
Título	Funcionamento de Cursos de Pós- Graduação.				
Iniciativa					
Objetivo	Desenvolvimento de ações para assegurar a manutenção e o funcionamento dos cursos de pós-graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior, correspondendo a dispêndios com a coordenação dos programas de pós-graduação, abrangendo organização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos, entre outros, bem como a manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente. Código:				
Programa	Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa Científica			Código: 1375	
	Tipo: atividade				
Unidade Orçamentária	Fundação Universidade Federal do Pampa				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
721,98			Aluno Matriculado	Unidade	0

Fonte: PROPLAN

Quadro 20 - Ações não previstas LOA 2013 - Restos a pagar - OFSS

Identificação da Ação					
Código	1448.6333.26266.0043		Tipo: Atividade		
Título	Apoio à capacitação e formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação básica				
Iniciativa					
Objetivo	Ampliar a oferta de meios de capacitação e formação inicial e continuada, presencial, de professores e de profissionais da educação básica, que atuam nas escolas e nos sistemas públicos de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Código:				
Programa	Qualidade na Escola			Código: 1448 Tipo:	
Unidade Orçamentária	Fundação Universidade Federal do Pampa				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2.182,50					0

Fonte: PROPLAN

Quadro 21 - Ações não previstas LOA 2013 - Restos a pagar - OFSS

Identificação da Ação					
Código	1061.8429.26266.0043		Tipo: Atividade		
Título	Formação inicial e continuada a distância				
Iniciativa					
Objetivo	Realizar a capacitação e formação inicial e continuada, a distância, semipresencial e presencial, quando exigido, de professores para atuação nas escolas de educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio, e de profissionais para atuarem no ensino médio integrado, na gestão pública e em áreas específicas. Código:				
Programa	Brasil Escolarizado			Código: 1061 Tipo:	
Unidade Orçamentária	Fundação Universidade Federal do Pampa				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
41.701,00	4.005,00				0

Fonte: PROPLAN

Quadro 22 - Ações não previstas LOA 2013 - Restos a pagar - OFSS

Identificação da Ação					
Código	1375.8667.26266.0043		Tipo: Atividade		
Título	Pesquisa universitária e difusão de seus resultados.				
Iniciativa					
Objetivo	Formar pessoal de alto nível com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil.				
Programa	Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação e da Pesquisa Científica			Código: 1375	
Unidade Orçamentária	Fundação Universidade Federal do Pampa				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
278.030,54	113.914,41	6.326,59	Pesquisa Publicada		0,00

Fonte: PROPLAN

2.2.3.4. Ações - Orçamento de Investimento – OI

Não se aplica a Universidade.

2.3. Informações sobre outros resultados da gestão

A Universidade é fruto de uma reivindicação recente da comunidade a qual está inserida, cuja criação alcançou 6 anos ao final de 2013 e na qual a infraestrutura necessária ainda está sendo construída para ser disponibilizada a toda a Comunidade Universitária prevendo recursos para obras e serviços de engenharia ainda necessários para atender a todas as atividades finalísticas de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária que está sendo proposta.

Com isso priorizou-se no ano de 2013 que os recursos de investimento fossem alocados prioritariamente na oferta de ambientes adequados para o Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária como: blocos acadêmicos, blocos administrativos, restaurantes universitários e casa do estudante nas Unidades Universitárias, na ordem de 22 milhões de reais.

Para isso foi aperfeiçoada a Estrutura Organizacional da Universidade através da portaria 367 de 18 de Abril de 2013 criando estruturas como o Núcleo de Inovação Tecnológica, Hospital Universitário e aperfeiçoado algumas coordenadorias e divisões dentro da estrutura da Reitoria vinculadas às Pró-Reitorias de Graduação (PROGRAD) e Extensão (PROEXT).

Nesse período, também foram aperfeiçoadas, ainda incipientemente, os recursos da tecnologia da informação e comunicação dentro da Universidade para serem disponibilizadas à Comunidade Acadêmica e àquelas utilizadas para a Gestão (Sistema Unificado de Recursos Institucionais – GURI) principalmente com a inserção de alguns módulos importantes para o aperfeiçoamento da Gestão.

No exercício de 2013, também se iniciou a discussão do Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, cujas bases ainda tramitam em órgãos internos da Instituição para conjecturar o Desenvolvimento e a Expansão prevista da Universidade no período selecionado.

3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1. Estrutura de Governança

A estrutura de governança da UNIPAMPA é constituída pelos seguintes órgãos, conforme disposto na Portaria nº 367, de 18 de abril de 2013, e publicada no Boletim de Serviço 24/2013.

3.1.1. Conselho Universitário

O Conselho Universitário (CONSUNI), que tem como base normativa a Seção I do Capítulo II do Estatuto da Universidade, é o órgão máximo da Administração Superior da UNIPAMPA com competências doutrinárias, normativas, deliberativas e consultivas sobre a política geral da Universidade, supervisionando sua execução. São competências do Conselho Universitário:

- I - estabelecer as políticas gerais da Universidade e supervisionar sua execução, em consonância com o disposto neste Estatuto e no Regimento Geral da Universidade;
- II - aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Projeto Pedagógico Institucional e as diretrizes de planejamento e orçamento plurianual;
- III - deliberar sobre a criação, modificação e extinção de órgãos universitários;
- IV - fixar normas gerais a que se devam submeter as unidades universitárias e demais órgãos;
- V - avaliar o desempenho dos órgãos e serviços da Universidade;
- VI - deliberar sobre a variação patrimonial: aquisição, construção, alienação de bens imóveis, bem como doações e legados;
- VII - deliberar sobre política patrimonial e urbanística da Universidade;
- VIII - modificar o Estatuto e elaborar o Regimento Geral da Universidade, por pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros, convocados especialmente para este fim;
- IX - elaborar, modificar e aprovar o seu próprio Regimento Interno;
- X - aprovar os regimentos da Reitoria, de cada um dos *Campi* e dos demais órgãos, bem como as modificações propostas;
- XI - julgar os recursos interpostos das decisões do Reitor;
- XII - aprovar a concessão de títulos e dignidades universitárias;
- XIII - deliberar sobre convênios e contratos;
- XIV - aprovar as diretrizes relativas à retribuição de serviços cobrados pela Universidade;
- XV - aprovar a organização administrativa;
- XVI - aprovar o quadro de pessoal docente e técnico-administrativo em educação, bem como suas políticas de seleção, qualificação, avaliação e mobilidade;
- XVII - aprovar a criação ou extinção de cursos de graduação e de pós-graduação, bem como a alteração do número total de vagas da Universidade nos cursos de graduação, ouvidas as Comissões Superiores, as Unidades e demais setores envolvidos;
- XVIII - promover, na forma da lei, com a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos conselheiros, o processo de escolha do Reitor e do Vice-Reitor; (Redação dada pela Resolução Nº 27, de 30/03/2011);
- XIX - Propor a destituição do Reitor ou Vice-Reitor, na forma da lei, com aprovação de pelo menos 2/3 (dois terços) dos conselheiros, em sessão especialmente convocada para este fim;
- XX - atuar como instância recursal máxima no âmbito da Universidade, bem como convocar o exame e a deliberação sobre qualquer matéria de interesse institucional;
- XXI - decidir sobre matéria omissa neste Estatuto e nos diversos Regimentos.

3.1.2. Conselho Curador

O Conselho Curador, instituído na Seção II do Capítulo II do Estatuto, é o órgão superior de controle e fiscalização da gestão econômico-financeira da UNIPAMPA, observada a legislação. São atribuições do Conselho Curador:

- I - emitir parecer sobre a proposta orçamentária apresentada pela Reitoria e aprovada pelo Conselho Universitário;
- II - fiscalizar a execução orçamentário-financeira;

- III - examinar, a qualquer tempo, os documentos da contabilidade da Universidade;
 - IV - apreciar atos que digam respeito à posição patrimonial da Universidade, incluídas as aquisições, gravações, permutas, alienações de bens imóveis, bem como a aceitação de subvenções, doações, legados e a prestação de garantias para a realização de operações de crédito;
 - V - pronunciar-se sobre a prestação de contas do Reitor e, quando for o caso, sobre as contas da gestão dos diretores de Campus, de órgãos suplementares e do Diretório Central de Estudantes;
 - VI - emitir parecer sobre projetos submetidos pela Reitoria, que envolvam a utilização de fundos patrimoniais, operações de crédito ou a criação de fundos especiais, assim como doações e legados para Universidade;
 - VII - apreciar quaisquer outros assuntos que importem à fiscalização econômico-financeira e patrimonial;
 - VIII - elaborar o seu Regimento Interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Universitário;
 - XIX - escolher seu Presidente e Vice-Presidente, segundo estabelecido em seu Regimento Interno.
- Parágrafo único. O CONCUR deverá pronunciar-se, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre matéria de que trata este artigo, submetida a sua apreciação.

3.1.3. Comissões Superiores

As Comissões Superiores, instituídas pela Seção II do Capítulo II do Estatuto, são órgãos consultivos, normativos e deliberativos da Universidade. São elas: a Comissão Superior de Ensino, a Comissão Superior de Pesquisa e a Comissão Superior de Extensão, responsáveis por zelar pela atividade finalística da Universidade. As competências consultivas das Comissões são designadas ao CONSUNI no sentido de assessorar aquele órgão superior, propondo a política universitária nas áreas de ensino, pesquisa e extensão bem como em atividades específicas relacionadas a essas ações.

O Art. 26 do Regimento da UNIPAMPA estabelece as competências da Comissão Superior de Ensino, consultivas ao CONSUNI:

- I. propor a política universitária na área de ensino, de acordo com o Projeto Institucional;
- II. propor as diretrizes de ensino e as normas acadêmicas;
- III. analisar e emitir parecer sobre o calendário acadêmico, elaborado pela Pró-Reitoria de Graduação;
- IV. analisar, em conjunto com as Comissões Superiores de Pesquisa e Extensão, as demandas dos Campus em relação ao quadro docente e propor o quadro de pessoal docente da UNIPAMPA e os limites de carga horária docente em atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- V. propor normas, acompanhar e avaliar a mobilidade docente e discente;
- VI. analisar a criação ou extinção de cursos de graduação e de pós-graduação lato e stricto sensu;
- VII. analisar as propostas sobre o número de vagas para cada curso de graduação e programa de pós-graduação e dar parecer sobre o edital do processo de seleção para o ingresso nos referidos cursos e programas;
- VIII. propor os requisitos mínimos para o funcionamento de cada curso de graduação e pós-graduação lato sensu;
- IX. analisar e dar parecer sobre os Regimentos e normas a serem aprovados pelo CONSUNI, nos assuntos de sua competência;
- X. propor as normas da pós-graduação stricto sensu e lato sensu;
- XI. elaborar a proposta do seu Regimento Interno, submetendo-a ao CONSUNI;
- XII. dar parecer sobre o projeto de avaliação institucional proposto pela Comissão Própria de Avaliação, na sua área de competência e acompanhar os processos de avaliação das atividades de ensino, bem como os processos de reconhecimento dos cursos de graduação e de pós-graduação em funcionamento na Universidade;
- XIII. assessorar a Reitoria em matéria de graduação e pós-graduação;

XIV. dar parecer, em conjunto com as Comissões Superiores de Pesquisa e Extensão, sobre as normas de ingresso, regime de trabalho, avaliação para progressão funcional e qualificação dos docentes.

O Art. 27 do Regimento da Universidade estabelece as competências normativas e deliberativas da Comissão Superior de Ensino, que são:

- I. avaliar e emitir parecer sobre as alterações curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação lato e stricto sensu da Universidade;
- II. avaliar e emitir parecer sobre os projetos de ensino encaminhados pelos Conselhos dos Campus;
- III. decidir sobre recursos que lhe forem submetidos, em matéria de sua competência;
- IV. resolver os casos omissos, na sua área de competência;
- V. homologar a revalidação de títulos de graduação e de pós-graduação;
- VI. interpretar as normas de ensino em sua aplicação a casos concretos quando solicitado por órgão competente da Universidade;
- VII. propor às pró-reitorias de Graduação e de Pós-Graduação ações para o desenvolvimento do ensino de graduação e de pós-graduação;
- VIII. exercer outras competências relativas ao ensino, por delegação do CONSUNI.

O Art. 30 do Regimento da UNIPAMPA estabelece as competências da Comissão Superior de Pesquisa, consultiva ao CONSUNI:

- I. propor a política universitária na área de pesquisa, de acordo com o Projeto Institucional;
- II. propor as diretrizes de pesquisa e as normas acadêmicas;
- III. analisar, em conjunto com as Comissões Superiores de Ensino e Extensão, as demandas dos Campus em relação ao quadro docente e propor o quadro de pessoal docente da UNIPAMPA e os limites de carga horária docente em atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- IV. analisar e dar parecer sobre os regimentos e normas nos assuntos de sua competência;
- V. elaborar a proposta do seu Regimento Interno, submetendo-a ao CONSUNI;
- VI. avaliar e dar parecer sobre o uso da dotação orçamentária destinada às atividades de pesquisa no âmbito da Universidade;
- VII. assessorar a Reitoria em matéria de pesquisa;
- VIII. dar parecer, em conjunto com as Comissões Superiores de Ensino e Extensão, sobre as normas de ingresso, regime de trabalho, avaliação para progressão funcional e qualificação dos docentes;
- IX. decidir sobre recursos que lhe forem submetidos, em matéria de pesquisa;
- X. resolver os casos omissos, na sua área de competência.

O Art. 31 do Regimento indica as competências deliberativas e normativas da Comissão Superior de Pesquisa:

- I. avaliar e emitir parecer sobre os projetos de pesquisa encaminhados pelos Conselhos dos Campus;
- II. propor às pró-reitorias de Graduação, Pós-Graduação e de Pesquisa ações para o desenvolvimento da pesquisa na UNIPAMPA;
- III. avaliar e emitir parecer sobre os relatórios parciais e finais dos projetos de pesquisa encaminhados pelos Conselhos dos Campus;
- IV. deliberar sobre a criação ou extinção de grupos de pesquisa coordenados por pesquisadores da Universidade, certificando os grupos, quando for o caso;
- V. acompanhar o desenvolvimento de atividades relativas aos editais ligados à pesquisa;
- VI. avaliar e dar parecer sobre atividades ligadas à iniciação científica no âmbito da Universidade;
- VII. decidir sobre recursos que lhe forem submetidos, em matéria de sua competência;
- VIII. resolver os casos omissos, na sua área de competência;
- IX. exercer outras competências relativas à pesquisa, por delegação do CONSUNI.

O Art. 34 do Regimento da UNIPAMPA indica as competências da Comissão Superior de Extensão, consultivas ao CONSUNI:

- I. propor a política universitária na área de extensão, de acordo com o Projeto Institucional;
- II. propor as diretrizes de extensão e as normas acadêmicas;
- III. analisar em conjunto com as Comissões Superiores de Ensino e Pesquisa as demandas dos Campus em relação ao quadro docente e propor o quadro de pessoal docente da

- UNIPAMPA e os limites de carga horária docente em atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- IV. analisar e dar parecer sobre os regimentos e normas nos assuntos de sua competência;
 - V. elaborar a proposta do seu Regimento Interno, submetendo-a ao CONSUNI;
 - VI. avaliar e dar parecer sobre o uso da dotação orçamentária destinada às atividades de extensão no âmbito da Universidade;
 - VII. assessorar a Reitoria em matéria de extensão;
 - VIII. dar parecer, em conjunto com as Comissões Superiores de Pesquisa e Ensino, sobre as normas de ingresso, regime de trabalho, avaliação para progressão funcional e qualificação dos docentes;
 - IX. decidir sobre recursos que lhe forem submetidos, em matéria de extensão;
 - X. resolver os casos omissos, na sua área de competência.

O Art. 35 do Regimento estabelece as competências deliberativas e normativas da Comissão Superior de Extensão:

- I. avaliar e emitir parecer sobre os projetos de extensão encaminhados pelos Conselhos dos Campus;
- II. propor às pró-reitorias de Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa ações para o desenvolvimento da extensão na UNIPAMPA;
- III. avaliar e emitir parecer sobre os relatórios parciais e finais dos projetos de extensão encaminhados pelos Conselhos dos Campus;
- IV. acompanhar o desenvolvimento de atividades relativas aos editais ligados à extensão;
- V. avaliar e dar parecer sobre atividades de iniciação e extensão, no âmbito da Universidade;
- VI. decidir sobre recursos que lhe forem submetidos, em matéria de sua competência;
- VII. resolver os casos omissos, na sua área de competência;
- VIII. exercer outras competências relativas à extensão, por delegação do CONSUNI.

3.1.4. Auditoria Interna (AUDIN)

A Auditoria Interna visa avaliar de forma independente as operações contábeis, financeiras e administrativas executadas pela Universidade Federal do Pampa, mediante a confrontação entre uma situação encontrada com critérios técnicos, legais e operacionais. A AUDIN tem por princípio orientar as áreas envolvidas na Administração por meio do suporte técnico, objetivando a boa e regular utilização dos recursos públicos sob a guarda da Universidade. Para tanto, esse órgão mantém uma relação harmônica, equilibrada e transparente com os diversos órgãos que compõem a Administração e os Conselhos Superiores, proporcionando orientação técnica para a execução dos trabalhos. A Auditoria Interna constitui-se de um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, que funciona por meio de acompanhamento indireto de processos, avaliação de resultados e proposição de ações corretivas. A AUDIN encontra-se subordinada diretamente ao dirigente máximo da Instituição e se sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram, em conformidade com art. 15 do decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2.000.

3.1.5. Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A Comissão Própria de Avaliação constituída nos termos da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, tem as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. A Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Pampa–CPA/UNIPAMPA – é um órgão colegiado permanente constituído pela Portaria nº 697, de 26 de março de 2010, que assegura a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada. Considerando suas características *multicampi*, a CPA/UNIPAMPA é constituída por:

- I – Comitês Locais de Avaliação (CLA) em cada Campus da UNIPAMPA; e
- II – Comissão Central de Avaliação (CCA/UNIPAMPA).

3.1.6. Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)

A Comissão Permanente de Pessoal Docente *pro tempore* (CPPD *pro tempore*) foi constituída pela Portaria nº 1145, de 22 de outubro de 2013. A CPPD *pro tempore* deverá elaborar, no prazo de 120 dias, prorrogável a pedido da Comissão, mediante justificativa, proposta de resolução para a implantação da Comissão Permanente de Pessoal Docente da UNIPAMPA (CPPD), nos termos do art. 26 da Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que será submetida à aprovação do CONSUNI.

A proposta da resolução para a implantação da CPPD abrangerá a descrição das competências e atividades a serem realizadas pela Comissão, sua estrutura, composição e as regras para eleição de seus membros.

Até que seja implantada a CPPD na UNIPAMPA, à CPPD *pro tempore*, sempre que solicitada, caberá prestar assessoramento para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente, especialmente no que diz respeito a:

- a) Alteração do regime de trabalho dos docentes;
- b) Retribuição por titulação (RT) devida ao pessoal docente;
- c) Ascensão na carreira;
- d) Remoções de pessoal docente.

A CPPD *pro tempore* exercerá as atribuições citadas no item anterior até que assumam os membros eleitos.

A CPPD *pro tempore* exercerá suas atribuições com o auxílio da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal, que será responsável por secretariar a Comissão.

3.1.7. Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo

Ainda não constituída oficialmente.

3.1.8. Auditoria Acadêmica

A Comissão Especial para a realização da Auditoria Acadêmica foi nomeada pela Portaria nº 357, de 12 abril de 2013 do Gabinete da Reitoria. Os trabalhos de auditoria estão sendo realizados de acordo com os critérios de materialidade, relevância e criticidade, utilizando-se das técnicas de auditoria adequadas para esse tipo de trabalho. A Auditoria Acadêmica abrange os 10 (dez) *campi* da Universidade em relação à distribuição de vagas docentes, levando em consideração a Relação Aluno/ Professor (RAP) diferenciada, aprovada pelo CONSUNI.

3.1.9. Comissão Permanente de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares

A Comissão Permanente de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares (COPSPAD) da UNIPAMPA foi constituída a partir da Portaria nº 604, de 18 de setembro de 2009. Posteriormente, essa portaria foi revogada sendo substituída pela Portaria nº 1831/11, de 23 de dezembro de 2011, e está sob a coordenação e supervisão da Consultoria Jurídica (CONJUR) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), sem caráter de subordinação. Atua diretamente ou acompanha as tramitações necessárias, em Termos Circunstanciados Administrativos, Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares no âmbito da UNIPAMPA. A sua atuação está relacionada com a adoção das medidas administrativas que se fazem necessárias para a apuração de irregularidades que envolvam os servidores da universidade quando no exercício de suas atividades e, se for o caso, sugerir a aplicação de penalidade, utilizando a Lei nº 8.112/90 como base normativa.

3.1.10. Comissão de Ética

O Decreto nº 1.171, de 22/06/1994, aprovou o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Esse Decreto institui que em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta, autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

A Comissão de Ética da Universidade Federal do Pampa foi criada pela Portaria nº 1040, de 13 de maio de 2011, para atuar como instância consultiva de dirigentes e servidores. A comissão faz parte do Sistema de Gestão de Ética, instituído pelo Decreto nº 6029/2007 no Poder Executivo Federal, o qual congrega todas as Comissões de Ética dos órgãos públicos do executivo Federal, sob coordenação, avaliação e supervisão da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro 23 - Avaliação do sistema de controles internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica: Foi realizada reunião dia 10 de janeiro de 2014 com a participação dos gestores e da Auditoria interna para a discussão e preenchimento deste questionário.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Fonte: Gabinete da Reitoria

3.3. Remuneração Paga a Administradores

Não se aplica a Universidade.

3.4. Sistema de Correição

A Universidade Federal do Pampa mantém em sua estrutura a Comissão Permanente de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares, COPSPAD, constituída pela Portaria nº 1.831 – GR/UNIPAMPA, de 23 de dezembro de 2011, tendo por competência a apuração de responsabilidade administrativa através de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, sempre que houver indícios de ocorrência de ilícito administrativo envolvendo servidores de seu quadro de pessoal, utilizando a Lei nº 8.112/90 como base normativa.

Os dados correccionais gerais referentes ao ano de 2013 nesta Instituição foram:

- PADs instaurados: 03 (três);
- Sindicâncias Investigativas instauradas: 10 (dez);
- PADs julgados: 02 (dois);
- Sindicâncias julgadas: 03 (três);
- Quantidade de suspensões aplicadas: 0 (zero);
- Quantidade de advertências aplicadas: 0 (zero);
- Quantidade de demissões aplicadas: 02 (dois);
- Processos arquivados: 02 (dois);

- Processos sugerindo apuração de responsabilidades: 05 (cinco).

3.5. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

A COPSPAD/UNIPAMPA está em conformidade com os preceitos contidos nos arts. 4º e 5º da portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU, cadastrando e registrando as informações relativas aos processos disciplinares no Sistema CGU-PAD dentro dos prazos estabelecidos.

3.6. Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

A Comissão Própria de Avaliação conduz os processos de avaliação internos da instituição. Para tanto, propõe em seu projeto de avaliação institucional, aprovado pelo CONSUNI, indicadores e dimensões de avaliação para seus 4 anos de vigência.

No ano de 2013, os indicadores avaliados foram afetos às dimensões de gestão e extensão. A coleta dos dados referentes a essas dimensões estendeu-se de novembro de 2013 a fevereiro de 2014, mês em que os dados serão analisados.

Ainda neste ano, ocorreu a publicização do relatório referente à avaliação do ano de 2012, que contemplou a dimensão ensino de graduação. Para essa avaliação, os dados que compuseram o corpus de análise foram oriundos de duas fontes: relatórios de autoavaliação dos cursos de graduação e relatórios de avaliação externa das comissões de especialistas que realizaram os procedimentos de avaliação para fins de reconhecimento dos cursos de graduação.

Os resultados desse processo avaliativo foram objeto de análise da CPA, que indicou na análise dos dados aspectos positivos e fragilidades dos cursos de graduação nas dimensões: organização didático- pedagógica, corpo docente e infraestrutura.

Os resultados dessa análise demonstram a qualidade dos cursos avaliados no que tange à organização do currículo dos cursos e da formação do seu corpo docente e apontaram para a fragilidade da instituição no que tange ao quesito acessibilidade.

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. Execução das despesas

4.1.1. Programação

Quadro 24 - Programação de Despesas

Unidade Orçamentária :			Código UO: 26266		UGO: 154359	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			90.648.360,00		42.586.046,00	
CRÉDITOS	Suplementares		31.824.246,00		3.799.357,00	
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
	Créditos Cancelados		1.000.000,00		149.152,00	
Outras Operações						
Dotação final 2013 (A)			121.472.606,00		46.236.251,00	
Dotação final 2012(B)			97.097.570,00		27.600.013,00	
Variação (A/B-1)*100			25,10%		67,52%	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			30.119.502,00			
CRÉDITOS	Suplementares		930.939,00			
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos	10.039.834,00			
		Reabertos				
	Créditos Cancelados		10.039.834,00			
Outras Operações						
Dotação final 2013 (A)			31.050.441,00			
Dotação final 2012(B)			48.220.950,00			
Variação (A/B-1)*100			-35,61%			

Fonte: PROPLAN

4.1.1.1. Análise Crítica

4.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 25 - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	154359	170009	4572			8.113,00
			20RK			49.437,54
			4572			8.486,28
			20RK			51.272,89

		170016	4572			13.623,78
			20RK			49.437,54
		153056	20RK			192,98
		153071	20RK			134,54
		153114	4572			2.780,88
			20RK			982,36
		153164	4572			10.329,96
			20RK			17.329,60
		153019	20RK			2.596,06
		154040	20RK			192,98
		154043	20RK			227,90
		154046	20RK			227,90
		154047	20RK			2.508,74
		154503	20RK			1.385,78
		158151	20RK			613,86
		158141	20RK			1.669,81
		158009	20RK			5.850,08
158517	20RK			2.583,28		
		120016	20RK			177,07
Recebidos	152734	154359	8282			2.000.000,00
	153163		20RK			1.375,80
	153164		4572			81,11
	154042		20RK			2.684,32
	154045		20RK			797,36
	240901		0487			113.925,39
	158517		4572			2.500,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recededora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	240901	154359	2014	587.264,17		
			2095	132.084,18		
			20GK	277.269,57		

Fonte: PROPLAN

- **Análise crítica**

O Quadro de programação de despesas demonstra a dotação inicial da LOA e os suplementos orçamentários que foram necessários para garantir o funcionamento da Universidade.

Com referência às despesas de pessoal, houve um acréscimo com relação ao ano anterior de 25,10% devido ao ingresso de servidores aprovados em concursos e que tomaram posse no decorrer do ano. Por esse motivo, foi obtido um crédito em despesas correntes para cobrir os benefícios gerados por esse ingresso. O aumento substancial no número de servidores acarretou o aumento no custeio, que justificou a necessidade da Universidade em ter um aporte orçamentário em despesas correntes para cobrir parcialmente alguns dos contratos de terceirizados. Esses suplementos mais o aumento dos recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 2013 e o reforço orçamentário através do PTRES 62178 – Reestruturação e Expansão das Instituições Federais, geraram um acréscimo em despesas correntes de 67,52%.

Os recursos de capital tiveram uma retração de 35,61% com relação ao ano anterior o que prejudicou em muito a execução de novas obras em 2013.

O quadro de movimentação orçamentária interna por grupo de despesa não é necessário sua apresentação, visto que todas as movimentações internas apresentadas são entre as UGs associadas à UJ.

O quadro de movimentação orçamentária externa por grupo de despesa apresenta as movimentações externas executadas. Os recursos enviados concentram-se no repasse para pagamento de Encargo Curso/Concurso. Destacam-se também os recursos repassados para as instituições através dos cursos *in-company* oferecidos aos servidores.

Os recursos recebidos através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico (FNDCT) e Tecnológico foram geridos pela Pró-Reitoria de Pesquisa para os projetos.

4.1.3. Realização da Despesa

4.1.3.1. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Quadro 26 - Despesas por modalidade de contratação - Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária: Fundação Universidade Federal do Pampa		Código UO: 26266		UGO: 154359		
Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	45.894.621,12	41.292.301,84	24.396.650,63	8.306.485,96	22.871.825,87	7.376.307,96
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	4.939.065,23	5.869.485,77	1.757.886,70	551.890,15	1.734.986,92	485.090,71
c) Concorrência	19.575.260,12	10.476.582,48	8.986.345,99	1.712.504,85	8.733.306,16	1.712.504,85
d) Pregão	21.380.295,77	24.946.233,59	13.652.417,94	6.042.090,96	12.403.532,79	5.178.712,40
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	9.728.135,14	6.683.305,64	7.486.580,72	4.288.196,95	6.941.706,40	4.256.407,09
h) Dispensa	8.691.811,63	5.620.611,49	6.964.252,38	3.984.134,32	6.543.653,15	3.956.344,46
i) Inexigibilidade	1.036.323,51	1.062.694,15	522.328,34	304.062,63	398.053,25	300.062,63
3. Regime de Execução Especial (j)	35.174,90	23.136,67	35.174,90	23.136,67	35.174,90	23.136,67
j) Suprimento de fundos	35.174,90	23.136,67	35.174,90	23.136,67	35.174,90	23.136,67
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	129.194.734,14	104.566.643,67	129.194.734,14	104.566.643,67	129.194.734,14	104.566.643,67
k) Pagamento em folha	127.413.358,65	102.740.694,77	127.413.358,65	102.740.694,77	127.413.358,65	102.740.694,77
l) Diárias	1.781.375,49	1.825.948,90	1.781.375,49	1.825.948,90	1.781.375,49	1.825.948,90
5. Outros (m+n)	9.328.862,55	7.755.868,26	8.678.540,37	7.726.852,04	8.678.540,37	7.725.902,04
m) Auxílio financeiro a estudantes	8.587.667,02	7.218.263,49	7.963.582,02	7.218.263,49	7.963.582,02	7.218.263,49
n) Outros (Não aplicável)	741.195,53	537.604,77	714.958,35	508.588,55	714.958,35	507.638,55
6. Total (1+2+3+4+5)	194.181.527,85	160.321.256,08	169.791.680,76	124.911.315,29	167.721.981,68	123.948.397,43

Fonte: SIAFI

4.1.3.2. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ
 Não se aplica a Universidade.

4.1.3.3. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Quadro 27 - Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Fundação Universidade Federal do Pampa					Código UO: 26266		UGO: 154359	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1 - Pessoal e encargos sociais	118.935.090,96	96.337.473,38	118.935.090,96	96.337.473,38	0,00	0,00	118.935.090,96	96.337.473,38
01 Aposentadorias, reserva remunerada e reformas	41.131,05	34.047,52	41.131,05	34.047,52	0,00	0,00	41.131,05	34.047,52
03 Pensões	112.296,07	78.903,36	112.296,07	78.903,36	0,00	0,00	112.296,07	78.903,36
04 Contratação por tempo determinado	3.112.768,32	1.464.218,11	3.112.768,32	1.464.218,11	0,00	0,00	3.112.768,32	1.464.218,11
07 Contribuição a entidades fechadas de previdência	4.815,78		4.815,78		0,00	0,00	4.815,78	
08 Outros benefícios assistenciais	0,00	25.413,85	0,00	25.413,85	0,00	0,00	0,00	25.413,85
11 Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	95.739.713,29	78.099.598,60	95.739.713,29	78.099.598,60	0,00	0,00	95.739.713,29	78.099.598,60
13 Obrigações patronais	19.657.846,36	16.351.576,89	19.657.846,36	16.351.576,89	0,00	0,00	19.657.846,36	16.351.576,89
16 Outras despesas variáveis - pessoal civil	203.029,61	132.201,08	203.029,61	132.201,08	0,00	0,00	203.029,61	132.201,08
91 Sentenças judiciais	46,20	945,88	46,20	945,88	0,00	0,00	46,20	945,88
92 Despesas de exercícios anteriores	63.444,28	150.568,09	63.444,28	150.568,09	0,00	0,00	63.444,28	150.568,09

Fonte: SIAFI

Quadro 28 - Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos Originários – Total (Continuação)

Unidade Orçamentária: Fundação Universidade Federal do Pampa					Código UO: 26266		UGO: 154359	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
3 - Outras despesas correntes	44.202.210,86	25.905.983,50	34.511.940,37	21.372.830,38	9.690.270,49	4.533.153,12	33.777.267,78	21.216.852,58
04 Contratação por tempo determinado	201.978,44	0,00	201.978,44	0,00	0,00	0,00	201.978,44	0,00
08 Outros benefícios assistenciais	219.560,33	171.541,80	219.560,33	171.541,80	0,00	0,00	219.560,33	171.541,80
14 Diárias - pessoal civil	1.643.038,53	1.720.698,50	1.643.038,53	1.720.698,50	0,00	0,00	1.643.038,53	1.720.698,50
18 Auxílio financeiro a estudantes	8.587.667,02	7.218.263,49	7.963.582,02	7.218.263,49	624.085,00	0,00	7.963.582,02	7.218.263,49
30 Material de consumo	3.444.869,96	1.595.871,04	2.080.919,30	814.979,35	1.363.950,66	780.891,69	1.933.684,71	747.922,63
33 Passagens e despesas com locomoção	928.067,73	747.784,76	625.724,16	574.435,71	302.343,57	173.349,05	607.003,77	569.860,71
36 Outros serviços de terceiros pessoa física	824.857,57	511.925,98	694.140,90	369.246,80	130.716,67	142.679,18	694.140,90	369.246,80
37 Locação de mão de obra	11.331.601,50	4.241.794,29	9.038.628,43	2.404.939,75	2.292.973,07	1.836.854,54	8.614.794,08	2.327.607,67
39 Outros serviços de terceiros pessoa jurídica	8.533.803,83	3.336.434,35	3.577.158,62	1.739.099,82	4.956.645,21	1.597.334,53	3.432.275,36	1.732.085,82
41 Contribuições	22.852,78	0,00	22.852,78	0,00	0,00	0,00	22.852,78	0,00
46 Auxílio-alimentação	5.554.776,77	4.285.960,51	5.554.776,77	4.285.960,51	0,00	0,00	5.554.776,77	4.285.960,51
47 Obrigações tributárias e contributivas	1.023.092,24	810.746,94	1.020.914,12	809.702,81	2.178,12	1.044,13	1.020.914,12	809.702,81
49 Auxílio-transporte	58.360,78	54.099,39	58.360,78	54.099,39	0,00	0,00	58.360,78	54.099,39
92 Despesas de exercícios anteriores	286.465,60	16.437,02	284.987,61	16.437,02	1.477,99	0,00	284.987,61	16.437,02
93 Indenizações e restituições	1.541.217,78	1.194.425,43	1.525.317,58	1.193.425,43	15.900,20	1.000,00	1.525.317,58	1.193.425,43

Fonte: SIAFI

Quadro 29 - Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos Originários – Total (Continuação)

Unidade Orçamentária: Fundação Universidade Federal do Pampa				Código UO: 26266		UGO: 154359		
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4 – Investimentos	31.044.226,03	38.077.799,20	16.344.649,43	7.201.011,53	14.699.576,60	30.876.787,67	15.009.622,94	6.394.071,47
39 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	82.664,80	320.970,00	82.664,80	0,00	0,00	320.970,00	0,00	0,00
51 Obras e instalações - op.int.orc.	22.301.865,28	16.516.558,25	10.781.605,09	2.276.885,00	11.520.260,19	14.239.673,25	10.468.293,08	2.210.085,56
52 Equip. e material permanente - op.intra-orc	8.309.695,95	19.706.610,95	5.130.379,54	3.390.466,53	3.179.316,41	16.316.144,42	4.191.329,86	2.650.325,91
61 Aquisição de imóveis	350.000,00	1.532.028,00	350.000,00	1.532.028,00	0,00	0,00	350.000,00	1.532.028,00
92 Despesas de exercícios anteriores	0,00	1.632,00	0,00	1.632,00	0,00	0,00	0,00	1.632,00

Fonte: SIAFI

4.1.3.4. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

Não se aplica à Universidade.

4.1.3.5. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro 30 - Despesas totais por modalidade de contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b)	1.221.908,82	3.234.143,68	13.487,04	1.695.896,86	13.487,04	1.633.423,19
a) Concorrência	0,00	825.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Pregão	1.221.908,82	2.409.143,68	13.487,04	1.695.896,86	13.487,04	1.633.423,19
2. Contratações Diretas (c+d)	1.807.119,86	2.003.116,07	910.130,18	714.998,09	904.907,54	669.839,35
c) Dispensa	1.807.119,86	1.999.471,07	910.130,18	714.998,09	904.907,54	669.839,35
d) Inexigibilidade	0,00	3.645,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Pagamento de Pessoal (e+f)	62.496,80	58.396,90	62.496,80	58.396,90	62.496,80	58.396,90
e) Pagamento em folha	7.438,59	1.915,58	7.438,59	1.915,58	7.438,59	1.915,58
f) Diárias	55.058,21	56.481,32	55.058,21	56.481,32	55.058,21	56.481,32
4. Outros (g+h)	26.456,42	16.207,80	26.456,42	16.207,80	26.456,42	16.207,80
g) Auxílio financeiro a estudantes	20.728,00	11.280,00	20.728,00	11.280,00	20.728,00	11.280,00
h) Outros (Não aplicável)	5.728,42	4.927,80	5.728,42	4.927,80	5.728,42	4.927,80

Fonte: SIAFI

4.1.3.6. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro 31 - Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
3 - Outras despesas correntes	2.121.363,98	4.100.499,58	108.604,60	2.450.399,65	2.012.759,38	1.650.099,93	103.381,96	2.342.767,24
14 Diárias - pessoal civil.	52.691,11	56.481,32	52.691,11	56.481,32	0,00	0,00	52.691,11	56.481,32
18 Auxílio financeiro a estudantes.	20.728,00	11.280,00	20.728,00	11.280,00	0,00	0,00	20.728,00	11.280,00
30 Material de consumo.	15.473,72	1.430,79	2.714,34	1.212,88	12.759,38	217,91	941,70	712,88
33 Passagens e despesas com locomoção.	18.004,64	27.038,15	18.004,64	27.038,15	0,00	0,00	18.004,64	21.935,55
36 Outros serviços de terceiros - pessoa física.	9.805,69	1.915,58	9.805,69	1.915,58	0,00	0,00	9.805,69	1.915,58
37 Locação de mão de obra.	2.000.000,00	2.963.998,49	0,00	2.250.751,67	2.000.000,00	713.246,82	0,00	2.148.721,86
39 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica.	4.660,82	1.038.355,25	4.660,82	101.720,05	0,00	936.635,20	1.210,82	101.720,05
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4 – Investimentos	996.617,92	1.211.364,87	903.965,84	35.100,00	92.652,08	1.176.264,87	903.965,84	35.100,00
51 Obras e instalações - op.int.orc.	0,00	825.000,00	0,00	0,00	0,00	825.000,00	0,00	0,00
52 Equip. e material permanente - op.intra-orc.	996.617,92	386.364,87	903.965,84	35.100,00	92.652,08	351.264,87	903.965,84	35.100,00

Fonte: SIAFI

4.1.3.7. Análise crítica da realização da despesa

4.1.3.7.1. Créditos originários da UJ

A despesa empenhada no exercício de 2013, proveniente dos créditos originários da UJ, teve um acréscimo de 21,12% em relação ao exercício anterior.

A despesa empenhada por modalidade de contratação no exercício de 2013 está distribuída em percentuais da seguinte forma:

Tabela 26- Despesa por modalidade de contratação

Modalidade de contratação	%
Tomada de Preços	2,54
Concorrência	10,08
Pregão	11,01
Dispensa	4,48
Inexigibilidade	0,53
Suprimento de fundos	0,02
Pagamento em folha	65,62
Diárias	0,92
Auxílio financeiro a estudantes	4,42
Outros (Não aplicável)	0,38

Fonte: PROAD

As despesas de pessoal, incluindo as despesas de custeio da folha, representam 65,62% do total empenhado no exercício de 2013.

Do orçamento empenhado, 21,09% foram realizados através das modalidades de pregão eletrônico (11,01%) e de concorrência (10,08%).

As despesas correntes tiveram um aumento de 70,63% no valor empenhado em relação ao exercício anterior.

As despesas de capital sofreram uma redução de 18,47% no valor empenhado em relação ao exercício anterior.

As despesas empenhadas em auxílios financeiros a estudantes representam 19,43% do total empenhado das despesas correntes (custeio), apontando para um crescimento de 18,97% em relação à despesa empenhada no exercício anterior.

Já as despesas empenhadas em locação de mão de obra e outros serviços de terceiros – PJ, representam respectivamente 25,64% e 19,31% do total empenhado em custeio.

Das despesas de capital, 71,84% foram empenhadas em obras e instalações enquanto que 26,77% em equipamentos e material permanente. As despesas com obras e instalações tiveram um aumento no valor empenhado em 35,03% em relação ao exercício anterior. Já as despesas com equipamentos e material permanente reduziram em 57,83% em relação ao empenhado no outro exercício.

Apresentamos a seguir, os gráficos das despesas por modalidade de contratação do exercício 2013 e as despesas por grupo dos créditos originários na UJ:

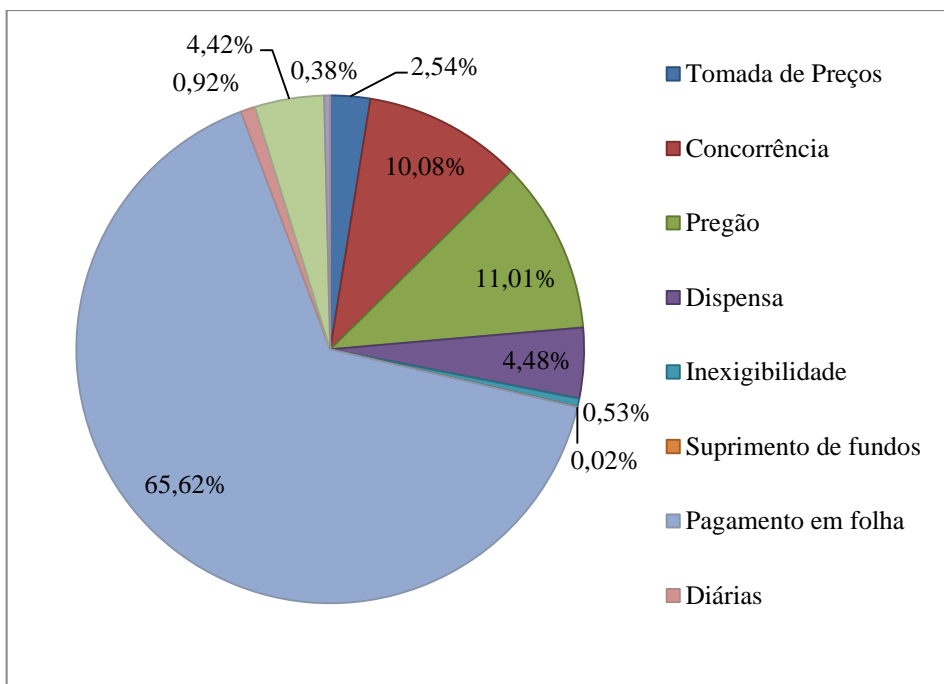


Figura 14- Despesa empenhada por modalidade de contratação – 2013 (Créditos Originários da UJ - Total)
 Fonte: PROAD

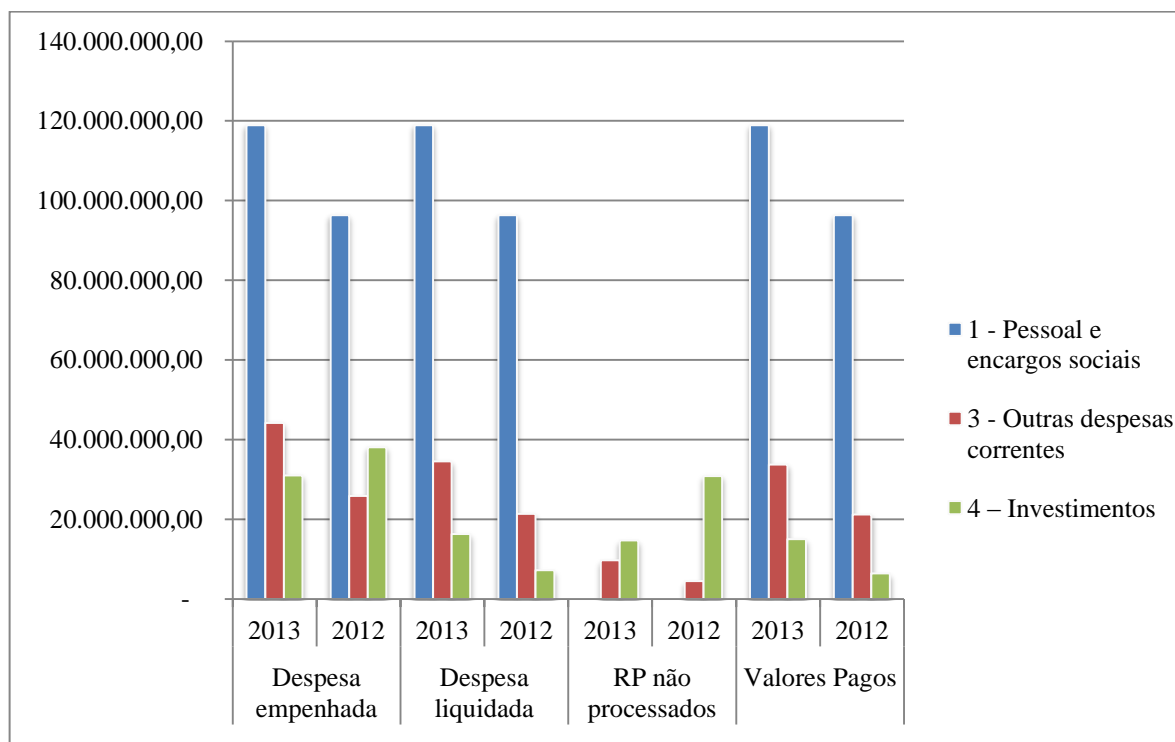


Figura 15 - Despesas por grupo dos créditos originários da UJ - Total
 Fonte: PROAD

4.1.3.7.2. Créditos recebidos por movimentação

A despesa empenhada no exercício de 2013, proveniente dos créditos recebidos por movimentação em relação ao exercício anterior teve uma redução de 41,30%.

A despesa empenhada por modalidade de contratação no exercício de 2013 está distribuída em percentuais da seguinte forma:

Tabela 27- Despesa por modalidade de contratação

Modalidade de contratação	%
Pregão	39,19
Dispensa	57,96
Pagamento em folha	0,24
Diárias	1,77
Auxílio financeiro a estudantes	0,66
Outros (Não aplicável)	0,18

Fonte: PROAD

A despesa empenhada na modalidade pregão representa 39,19% do total empenhado no exercício de 2013.

Do orçamento empenhado, 57,96% foram realizados através da modalidade dispensa de licitação.

As despesas correntes tiveram uma redução de 48,27% no valor empenhado em relação ao exercício anterior.

As despesas de capital também sofreram uma redução de 17,73% no valor empenhado em relação ao exercício anterior.

As despesas empenhadas em locação de mão de obra representam 94,28% do total empenhado das despesas correntes (custeio), apontando para uma redução de 32,52% em relação à despesa empenhada no exercício anterior.

Já as despesas empenhadas em diárias – pessoal civil, representam apenas 2,48% do total empenhado em custeio.

Das despesas de capital, 100% foram empenhadas em equipamentos e material permanente representando um acréscimo de 157,95% em relação ao empenhado no exercício anterior.

Apresentamos a seguir os gráficos das despesas por modalidade de contratação do exercício 2013 e as despesas por grupo dos créditos recebidos por movimentação:

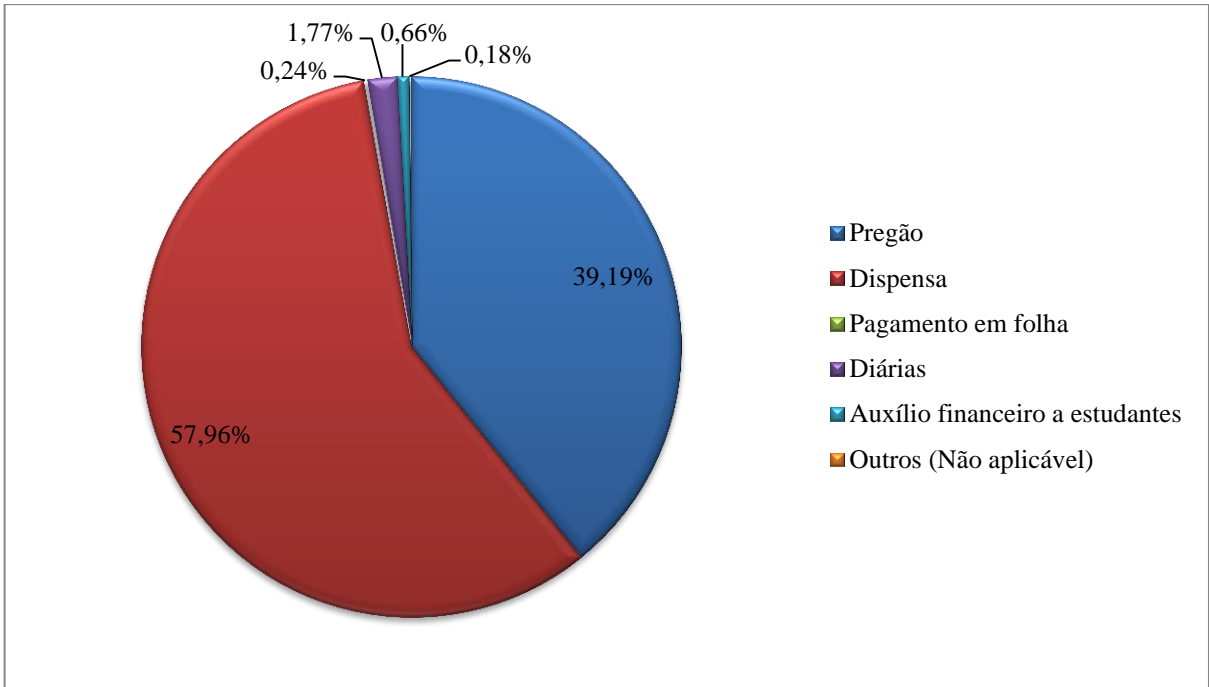


Figura 16- Despesa empenhada por modalidade de contratação - 2013 (Créditos recebidos por movimentação)
 Fonte: PROAD

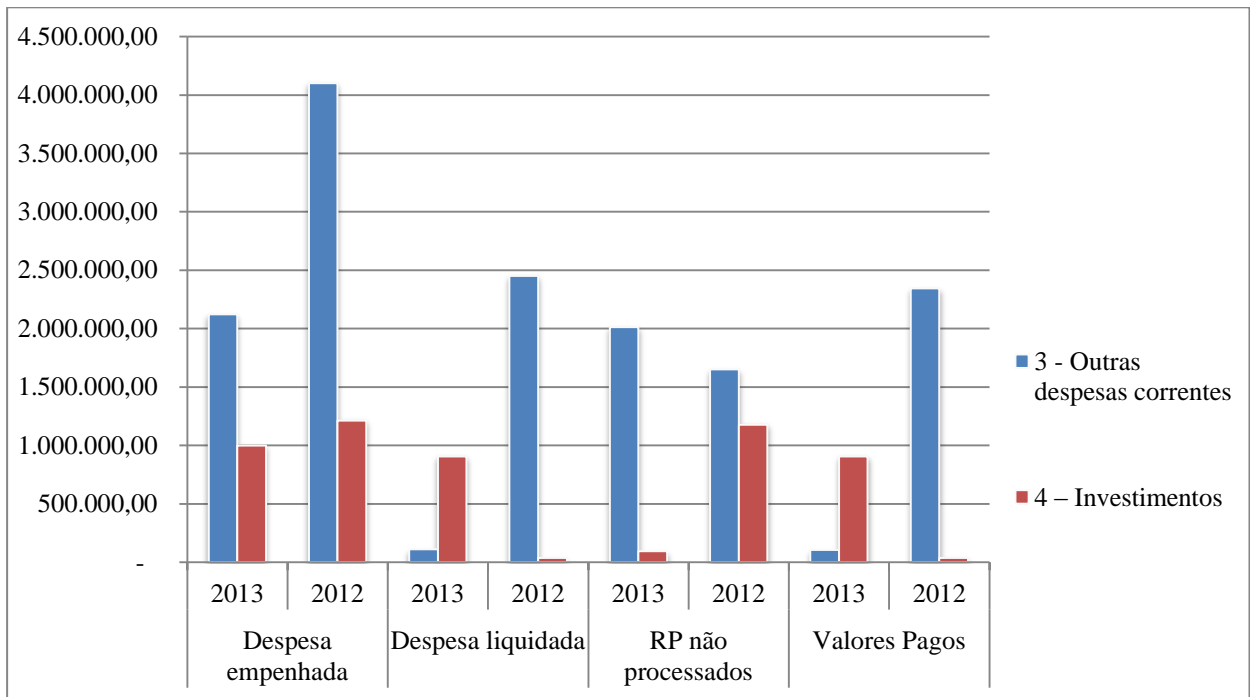


Figura 17 - Despesas por grupo dos créditos recebidos por movimentação
 Fonte: PROAD

Os itens 4.1.3.2 e 4.1.3.4 não se aplicam à instituição tendo em vista que se tem apenas uma unidade jurisdicionada a ter despesas concernentes suportadas por tais recursos.

4.2. Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não houve ocorrência no período.

4.3. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 32 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar em 31/12/2013
2012	38.236.305,59	31.468.408,88	182.612,36	6.585.284,35
2011	17.484.899,52	7.075.308,12	2.149.671,69	8.259.919,71
2010	4.649.898,25	305.323,49	4.337.393,21	7.181,55
SUBTOTAL	60.371.103,36	38.849.040,49	6.669.677,26	14.852.385,61
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar em 31/12/2013
2012	1.070.550,27	1.069.580,27	0,00	970,00
2011	399.599,30	349.459,94	0,00	50.139,36
2010	35,00	35,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	1.470.184,57	1.419.075,21	0,00	51.109,36
TOTAL GERAL	61.841.287,93	40.268.115,70	6.669.677,26	14.903.494,97

Fonte: SIAFI

4.3.1. Análise Crítica

Os saldos dos restos a pagar processados dos exercícios de 2011 e 2012 estão distribuídos da seguinte maneira:

- Os restos a pagar processados de 2011 representam 98,10% do total;
- Os restos a pagar processados de 2012 representam 1,90% do total.

Os saldos dos restos não processados a pagar dos exercícios de 2011 e 2012 estão distribuídos da seguinte maneira:

- Os restos a pagar não processados de 2011 representam 55,64 % do total;
- Os restos a pagar não processados de 2012 representam 44,36 % do total.

O total de restos a pagar processados representam 0,34 %, e o total de restos a pagar não processados 99,66 % do saldo a pagar de restos referentes aos exercícios de 2010, 2011 e 2012, o que totaliza um saldo de R\$ 14.903.494,97, conforme demonstrado no quadro A.4.3.

Do valor total de R\$ 4.337.393,21 referente a restos a pagar cancelados do exercício de 2010, 89,51 % referem-se a rescisões de contratos de obras.

Do valor total de R\$ 2.149.671,69 referente a restos a pagar cancelados do exercício de 2011, 84,77 % referem-se a rescisões de contratos de obras.

Do saldo de R\$ 14.852.385,61 de RP não-processados a pagar, R\$ 8.712.021,42 referem-se a despesas com obras e instalações em andamento referente a empenhos dos exercícios de 2011 e 2012.

As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro devem-se em grande parte a despesas com obras em andamento que permaneceram por mais de um exercício financeiro em execução.

A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ está relacionada diretamente com a execução de contratos, principalmente de obras e instalações.

Do total de R\$ 61.841.287,93 inscritos e reinscritos em 31/12/12, foram pagos R\$ 40.268.115,70, representando 65,12% do total; 10,79% foram cancelados, permanecendo ainda 24,10% do total que havia sido inscrito e reinscrito em 31/12/12.

Segue, abaixo, a tabela de saldos de restos a pagar processados e não processados por natureza de despesa:

Tabela 28 - Saldo de restos a pagar por natureza da despesa

Ano	Natureza da Despesa	RP Processados a Pagar NE	RP não-Processados a Pagar
2010	339030 Material de consumo	0,00	0,00
	339039 Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	0,00	4.032,55
	449051 Obras e instalações	0,00	0,00
	449052 Equipamentos e material permanente	0,00	3.149,00
2011	339030 Material de consumo	42,70	180.270,39
	339033 Passagens e despesas com locomoção	0,00	96.400,08
	339037 Locação de mão de obra	42.056,15	0,00
	339039 Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	8.040,51	161.845,03
	339139 Outros serv.terceiros-pes.juríd-op.intra-orc.	0,00	1.664,17
	449051 Obras e instalações	0,00	6.608.956,07
2012	449052 Equipamentos e material permanente	0,00	1.210.783,97
	339030 Material de consumo	0,00	131.445,79
	339033 Passagens e despesas com locomoção	0,00	44.142,25
	339036 Outros serviços de terceiros - pessoa física	0,00	0,00
	339037 Locação de mão de obra	0,00	48.532,68
	339039 Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	970,00	630.170,81
	339093 Indenizações e restituições	0,00	0,00
	339139 Outros serv.terceiros-pes.juríd-op.intra-orc.	0,00	0,00
	339147 Obrig.tribut.e contrib-op.intra-orcamentárias	0,00	0,00
	449039 Outros serviços de terceiros- pessoa jurídica	0,00	0,00
449051 Obras e instalações	0,00	2.111.134,13	
449052 Equipamentos e material permanente	0,00	3.619.858,69	
TOTAL		51.109,36	14.852.385,61

Fonte: SIAFI

4.4. Transferências de Recursos

A Assessoria de Relações Institucionais – ARI, é um órgão de assessoria do Gabinete da Reitoria responsável por intermediar e organizar os processos de convênios, termos de parceria, cooperação ou compromisso ou outros instrumentos congêneres. Ela atua na tramitação interna dos processos nas instâncias responsáveis pela análise e aprovação do documento: Consultoria Jurídica, Conselho Universitário, Pró-Reitorias e Reitoria para assinatura. Além de arquivar a documentação de todos os acordos (referentes ao já mencionados no título) celebrados entre essa Universidade e outras instituições públicas ou privadas, até a prestação de contas final.

Cumpra salientar que a propositura, execução dos projetos e utilização dos recursos não são atribuições da ARI e sim dos coordenadores das propostas. Os repasses feitos à UNIPAMPA neste exercício, através de convênios, são principalmente referentes à pesquisa.

4.4.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro 33 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência - posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP									
CNPJ: 08.804.832/0001-72				UG/GESTÃO: 240901 – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
03	FINEP 04.12.0379.00	154359	R\$ 1.256.352,00	Não há contrapartida	R\$ 431.352,00	R\$ 825.000,00	28/09/ 2012	28/09/ 2015	1
03	04.13.0011.00	154359	R\$ 3.297.178,00	Não há contrapartida	R\$ 1.568.589,00	R\$ 670.748,49	28/04/ 2011	28/04/ 2014	1
03	04.10.0063.00	154359	R\$ 1.118.679,00	R\$ 526.848,00	R\$ 268.174,26	R\$ 63.853,07	17/03/ 2010	16/03/ 2013	1
03	04.11.0072.00	154359	R\$917.321,00	Não há contrapartida	R\$ 121.162,63	R\$ 47.746,65	21/03/ 2011	21/03/ 2014	1

Obs.:
R\$ 431.352,00, que é parte do repasse de R\$ 1.256.352,00, não foi executado, portanto devolvido à Concedente.
Do recurso no valor de R\$ 1.568.589,00, foram devolvidos R\$ 897.840,51.
O recurso de R\$ 268.174,26 foi executado em parte e devolvido R\$ 267.321,03.
O valor de R\$ 121.162,63 repassado não foi totalmente executado, portanto foi devolvido R\$ 73.416,00.

Fonte: PROPLAN/PROPESQ

4.4.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro 34 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:		Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP				
CNPJ:		08.804.832/0001-72				
UG/GESTÃO:		240901 – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico				
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso	1	1	2	2.389.277,89	R\$ 2.009.076,10*	R\$ 1.974.290,10
Devolução				1.749.129,54	R\$ 1.121.076,26	-----
Totais	1	1	2	640.138,35	R\$ 887.999,84	R\$ 1.974.290,10

Fonte: Gabinete da Reitora/PROPLAN

Quadro 35 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Universidade Federal de Santa Maria - UFSM					
CNPJ:	95.591.764/0001-05					
UG/GESTÃO:	153164/15238					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso			1	-----	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Totais			1	-----	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00

Obs: O repasse feito em 2012 é referente ao Acordo de Cooperação assinado em 2011 e vigente até 2016.

Fonte: Gabinete da Reitora/PROAD

Quadro 36 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Pirkanmaan ammattikorkeakoulu ou Tampereen ammattikorkeakoulu (Instituição da Finlândia)					
CNPJ:						
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	20101
Acordo de Parceria			1			R\$ 41.371,97
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais			1			R\$ 41.371,97

Fonte: Gabinete da Reitora

4.4.3. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro 37 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP					
CNPJ: 08.804.832/0001-72			UG/GESTÃO: 240901		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Utilizado)			
		Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse	
2013	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		01	
		Montante Repassado		R\$ 63.853.000,00	
2012	Contas Prestadas parcialmente	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		-----	
		Montante Repassado		-----	

Fonte: Gabinete da Reitora/PROPLAN

Quadro 38 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS					
CNPJ: 92.969.856/0001-98			UG/GESTÃO: 153114/15235		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
		Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse	
2013	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	01		
		Montante Repassado	R\$ 10.300,00		
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Gabinete da Reitora

Quadro 39 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Pirkanmaan ammattikorkeakoulu ou Tampereen ammattikorkeakoulu (Instituição da Finlândia)					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		01	
		Montante Repassado		R\$ 41.371,97	
2012	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Gabinete da Reitora

4.4.4. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro 40 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse. Posição 31/12 em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP					
CNPJ: 08.804.832/0001-72			UG/GESTÃO: 240901		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Acordo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas				
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas		
			Contas Não Analisadas	01	
		Montante Repassado (R\$)	R\$ 63.853.000,00		
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
	Contas NÃO	Quantidade			

		Analizadas	Montante Repassado (R\$)		
2012	Quantidade de contas prestadas				
	Contas Analizadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO Analizadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2011	Quantidade de Contas Prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO Analizadas	Quantidade			
Montante Repassado					
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analizadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Gabinete da Reitora

Quadro 41 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse. Posição 31/12 em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS					
CNPJ: 92.969.856/0001-98			UG/GESTÃO: 153114/15235		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Acordo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas				
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analizadas		
			Contas Não Analizadas		
		Montante Repassado (R\$)			
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analizadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
Contas NÃO Analizadas		Quantidade			
	Montante Repassado (R\$)				
2012	Quantidade de contas prestadas				
	Contas Analizadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO Analizadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2011	Quantidade de Contas Prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO Analizadas	Quantidade		01	
Montante Repassado		R\$ 10.300,00			
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analizadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Gabinete da Reitora

Quadro 42 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse. Posição 31/12 em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Pirkanmaan ammattikorkeakoulu ou Tampereen ammattikorkeakoulu (Instituição da Finlândia)					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Acordo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas				
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas		
			Contas Não Analisadas	01	
		Montante Repassado (R\$)		R\$ 41.371,97	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
Contas NÃO Analisadas		Quantidade			
	Montante Repassado (R\$)				
2012	Quantidade de contas prestadas				
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2011	Quantidade de Contas Prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
Montante Repassado					
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: Gabinete da Reitora

4.4.5. Análise Crítica

Em 2013, foram firmados diversos acordos de cooperação com o objetivo de contribuir com infraestrutura própria e pessoal. Muitos acordos internacionais, sem transferência de recursos, foram firmados, oportunizando o intercâmbio de alunos e servidores que trouxeram novas experiências para contribuir com o desenvolvimento da região.

Os Termos de Cooperação que encerravam a vigência em 2013 e os que no Relatório de Gestão do ano anterior foram apontados como pendência foram prorrogados por interesse de ambas as partes. As prestações de contas parciais foram realizadas ou estão em vias de serem finalizadas.

As devoluções de recursos, principalmente os repasses para projetos de pesquisa da FINEP, deram-se porque os valores previam a execução de obras, que depende de um processo licitatório mais detalhado. Também alguns projetos necessitaram de ajustes e adequações, situação que impediu a aplicação de todo recurso durante o exercício, por isso foi feita a devolução.

O projeto desenvolvido juntamente com a Instituição da Finlândia esteve em vigor até dezembro de 2013 e sendo executado embora o último repasse tenha sido feito em 2011. Todavia, está em vias de prestação de contas.

4.5. Suprimento de Fundos

4.5.1. Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

Quadro 43 - Despesas realizadas por meio da conta tipo “B” e por meio do cartão de crédito corporativo (Série histórica)

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013			-	-	224	35.907,75	35.907,75
2012			-	-	175	23.136,67	23.136,67
2011			-	-	74	11.915,71	11.915,71

Fonte: SCP - Sistema de Cartão de Pagamento

4.5.2. Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

Não houve ocorrência no período.

4.5.3. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro 44 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Código da UG 1	154359	Limite de Utilização da UG	200.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Márcio Pereira Cordeiro	910.487.100-68	8.000,00	-	4.113,35	4.113,35
Roger Cristiano Baigorra Machado	001.300.220-12	8.000,00	-	1.911,64	1.911,64
Paloma Cardoso da Rosa	001.039.200-99	11.000,00	-	10.054,29	10.054,29
Luís Eduardo Vieira	449.720.160-00	8.000,00	-	3.955,70	3.955,70
Alessandro Silveira Melo	712.414.930-49	8.000,00	-	2.071,92	2.071,92
Fernando Munhoz da Silveira	568.760.680-72	8.000,00	-	2.253,51	2.253,51
Luís Hamilton Tarragô Pereira Júnior	712.311.960-68	8.000,00	-	5.298,35	5.298,35
Luís André Antunes Padilha	029.581.524-80	8.000,00	-	2.084,75	2.084,75
Evelton Machado Ferreira	552.673.000-04	8.000,00	-	752,40	752,40
Lorena Gonzales Telis	961.000.010-04	8.000,00	-	464,13	464,13
Caren Hartwig Milech de Oliveira	816.825.300-00	8.000,00	-	1.230,61	1.230,61
Antônio César Lopes Garcez Filho	011.005.740-69	8.000,00	-	1.717,10	1.717,10
Total Utilizado pela UG			-	35.907,75	35.907,75
Código da UG 2:	-	Limite de Utilização da UG:		-	
Total Utilizado pela UG			-	-	-
Total Utilizado pela UJ			-	-	-

Fonte: SIAFI

4.5.4. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro 45 - Prestações de contas de suprimento de fundos (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas							-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise							-	-	-	-	-	-
PC em Análise							1	2.519,87	-	-	-	-
PC não Aprovadas							-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas							32	33.387,88	30	23.136,67	21	11.915,71

Fonte: PROAD

4.5.5. Análise Crítica

A utilização de suprimento de fundos na Universidade está restrita para efetuar despesas que, pela sua excepcionalidade, não possam se subordinar ao processo normal de aplicação, isto é, não seja possível o empenho direto ao fornecedor ou prestador, na forma da Lei nº 4.320/64, precedido de licitação ou sua dispensa, em conformidade com a Lei nº 8.666/93.

A restrição da utilização do suprimento de fundos fica bem evidenciada na despesa empenhada por modalidade de contratação apresentada no item 4.1.3.1., representando apenas 0,02% do total dos créditos originários da UJ.

As despesas realizadas com suprimento de fundos, apesar do aumento de 52,03% em relação ao ano anterior, mesmo assim, continuam sendo pouco representativas, tendo um total de execução de R\$ 35.174,90³⁵ no ano, distribuídos em material de consumo e serviços de terceiros - pessoa jurídica, entre os 12 supridos que utilizaram no exercício de 2013.

Cabe ressaltar que o valor utilizado comprova o seu uso somente em caráter excepcional conforme determina a legislação, sendo que a única modalidade autorizada nas concessões de suprimento de fundos é a de fatura, não sendo utilizada a modalidade de saque.

Os supridos realizaram até o final do exercício de 2013 a utilização de suprimento de fundos observando as orientações contidas no Volume V do MACONFI que dispõe sobre a norma interna para a utilização de Suprimento de Fundos por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal no âmbito dessa Universidade.

Foi autorizado, no exercício de 2013, um total de 33 propostas de concessão de suprimento de fundos nas quais apenas uma ainda encontra-se em fase de análise da prestação, devido ao encaminhamento com atraso por parte do agente suprido. As demais prestações de contas foram todas concluídas e aprovadas pelo ordenador de despesas.

A despesa empenhada, liquidada e paga em 2013 e executada através da modalidade de suprimento de fundos está representada por natureza da despesa da seguinte forma:

- 75,37% em material de consumo (339030);
- 24,63% em prestação de serviços de terceiros - pessoa jurídica (339039).

A seguir, o gráfico com a representação da despesa executada por suprimentos por natureza da despesa:

³⁵ O total de faturas pagas durante o exercício de 2013 foi de R\$ 35.907,75. O valor difere em R\$ 732,85 do apresentado no quadro A.4.1.3.1. que é R\$ 35.174,90 pelos motivos expostos abaixo:

- PCSF 06/2013: o agente suprido recolheu através de GRU o valor total de R\$ 198,00 em virtude de utilização para compra de material permanente não autorizado na PCSF;
- PCSF 14/2013: o agente suprido recolheu através de GRU o valor total de R\$ 139,57 em virtude de utilização para compra de material permanente não autorizado na PCSF;
- PCSF 17/2013: o agente suprido recolheu através de GRU o valor total de R\$ 68,28 em virtude de utilização de valor maior que o concedido na PCSF;
- PCSF 31/2013: o agente suprido recolheu através de GRU o valor total de R\$ 60,00 em virtude de utilização de valor maior que o concedido na PCSF;
- PCSF 33/2013: o agente suprido recolheu através de GRU o valor total de R\$ 147,00 em virtude de utilização de valor maior que o concedido e R\$ 120,00 em virtude de utilização para compra de material permanente não autorizado na PCSF.

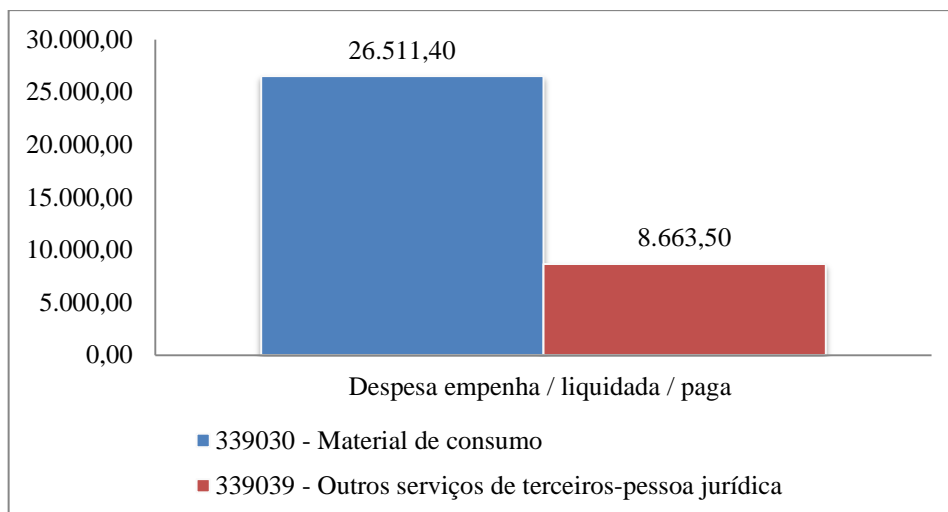


Figura 18 - Despesa realizada com suprimento de fundos 2013 por natureza da despesa
 Fonte: SIAFI

4.6. Renúncias de Receitas

Não se aplica a Universidade.

4.7. Gestão de Precatórios

Não houve ocorrência no período.

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

5.1. Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1. Lotação

Quadro 46 - Força de trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	não há	1.341	288	88
1.1. Membros de poder e agentes políticos	não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	não há	1.341	288	88
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.736	1.334	286	88
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	não há	5	2	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	não há	2	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	não há	76	57	63
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	não há	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	não há	1.417	345	151

Fonte: PROGESP

5.1.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

Quadro 47 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	1
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	43
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	8
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	35
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	-

5. Licença Não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	-
5.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	30
6.1. Licença Gestante Art. 207, Lei 8112	14
6.2. Licença Tratamento Própria Saúde Art. 202, Lei 8112	6
6.2. Licença Para Acompanhar Cônjuge com Exercício Provisório Art. 84, Lei 8112	10
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	74

Fonte: PROGESP

5.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1. Estrutura de Cargos e de Funções

Quadro 48 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	61	60	48	40
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	60	48	40
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	58	48	40
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	2	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	223	192	200	154
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	191	199	154
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	1	1	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	284	252	248	194

Fonte: PROGESP

5.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

**Quadro 49 - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária
Situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	342	546	208	63	6
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	305	520	203	55	6
1.3. Servidores com Contratos Temporários	37	26	5	8	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	31	144	54	21	2
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	35	17	5	1
2.3. Funções Gratificadas	29	109	37	16	1
3. Totais (1+2)	373	690	262	84	8

Fonte: PROGESP

5.1.2.3. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

**Quadro 50 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade
Situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	-	-	117	198	204	301	345
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	117	175	190	266	341
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	23	14	35	4
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	10	26	87	37	92
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	2	1	15	6	36
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	8	25	72	31	56
3. Totais (1+2)	-	-	-	-	127	224	291	338	437

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: PROGESP

5.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 51 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	40.298.944,83	110.370,55	29.735.381,78	2.163.513,88	-	922.715,07	4.329,31	49.529,07	2.793,06	73.287.577,55
	2012	35.025.072,61	187.303,51	24.996.190,44	2.279.394,74	3.657,96	768.373,68	8.144,43	118.345,67	-	63.386.483,04
	2011	27.928.534,52	98.277,25	26.158.452,22	1.557.908,44	-	641.329,02	17.918,56	-	-	56.402.420,01
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	3.049.124,04	-	237.861,68	10.529,85	203.426,17	5.233,19	2.963,75	-	-	3.509.138,68
	2012	1.193.401,93	-	134.572,15	710,11	-	-	912,80	-	-	1.329.596,99
	2011	453.465,48	-	31.581,66	1.465,37	12.211,21	-	422,67	-	-	499.146,39
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	3.271.923,78	1.887,22	2.246.837,45	116.930,83	-	72.449,30	746,93	3.204,84	-	5.713.980,35
	2012	1.731.287,11	45.881,92	1.564.977,74	44.016,56	-	40.497,46	211,75	861,17	-	3.427.733,71
	2011	886.650,21	513,97	987.079,79	20.261,65	-	33.704,85	786,21	-	-	1.928.996,68
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	2.860.360,59	2.376.138,28	2.927.978,86	328.344,20	-	61.437,39	40,93	1.815,42	58,18	8.556.173,85
	2012	2.186.013,09	1.818.920,40	2.218.440,89	290.081,31	34.059,34	41.472,40	681,59	13.086,11		6.602.755,13
	2011	1.656.784,92	1.818.959,08	2.204.411,64	212.161,20	52.039,86	41.075,22	1.571,15	-	-	5.987.003,07
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	7.907.709,92	1.389.600,09	5.794.676,73	561.123,51	-	186.518,45	436,51	8.009,03	-	15.848.074,24
	2012	5.858.074,94	753.621,86	4.910.235,54	448.916,83	-	113.445,81	22,01	18.275,14		12.102.592,13
	2011	4.103.264,71	897.021,41	4.360.923,07	336.977,08	-	100.807,72	3.131,34	-	-	9.802.125,33

Fonte: PROGESP

5.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro 52 - Composição do quadro de servidores inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	1	-
1.1 Voluntária	-	-
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	1	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	1	1
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	1	1
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	2	1

Fonte: PROGESP

5.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 53 - Instituidores de pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	-	-
1.1. Integral	-	-
1.2. Proporcional	-	-
2. Em Atividade	2	1
3. Total (1+2)	2	1

Fonte: PROGESP

5.1.5. Cadastramento no SISAC

5.1.5.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro 54 - Atos sujeitos ao registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	361	205	280	201
Concessão de aposentadoria	1	-	1	-
Concessão de pensão civil	1	1	1	1
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Totais	363	206	282	202

Fonte: PROGESP

5.1.5.2. Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

Quadro 55 - Atos sujeitos à comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	111	71	111	69
Cancelamento de concessão	1	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Totais	112	71	111	69

Fonte: PROGESP

5.1.5.3. Regularidade do cadastro dos atos no SISAC

Quadro 56 - Regularidade do cadastro dos atos no SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	138	125	17	-
Concessão de aposentadoria	1	-	-	-
Concessão de pensão civil	-	1	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Total	139	126	17	-
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	84	20	6	1
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Total	84	20	6	1

Fonte: PROGESP

5.1.5.4. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Quadro 57 - Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	-	-	-	-
Outros atos fora do SISAC (especificar)	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-

Fonte: PROGESP

5.1.6. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Por ser uma instituição criada no período de vigência da Constituição de 1988, os controles de acúmulo indevido de cargos, funções e empregos públicos foram estabelecidos desde o início da formação de seu quadro de pessoal.

O controle interno é realizado no momento da posse, sendo exigida dos servidores ingressantes a apresentação dos formulários “Termo de Responsabilidade” no caso dos servidores que não acumulam cargo, função ou emprego público, ou os formulários “Declaração de Acúmulo de Cargo” e “Termo de Responsabilidade de Acúmulo de Cargo” para os servidores que declaram ter acúmulo de cargo, função ou emprego público, previstos na legislação. Os formulários estão disponíveis no *site* da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal na opção Procedimento para Posse, no *link* <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/progesp/procedimento-para-posse/>.

Ao apresentar o formulário “Termo de Responsabilidade”, o servidor declara que não exerce qualquer cargo ou emprego público efetivo na Administração Pública Direta, nas Autarquias, nas Fundações mantidas pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, nas Empresas Públicas e nas Sociedades de Economia Mista, nem percebe proventos decorrentes de aposentadoria, inacumulável com o cargo que tomará posse. E também que se compromete a comunicar, por escrito, à Gestão de Pessoal da UNIPAMPA, qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional, que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.

Os formulários “Declaração de Acúmulo de Cargo” e “Termo de Responsabilidade de Acúmulo de Cargo” são utilizados pelos servidores que declaram ter acúmulo de cargo previsto na legislação, sendo informado qual o cargo ou provento que há o acúmulo, qual a origem e jornada de trabalho do mesmo. Anexando declaração emitida pela unidade de Recursos Humanos comprovando o vínculo e a jornada de trabalho e/ou cópia da publicação do ato de aposentadoria. O servidor se compromete a comunicar, por escrito, à Gestão de Pessoal da UNIPAMPA, qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional, que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos, empregos ou funções.

A utilização do procedimento acima tem se mostrado satisfatória para o controle interno desse processo, sendo que até o momento, não temos registro de servidores com acúmulo indevido de cargo, funções ou empregos públicos.

5.1.7. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não foi detectado nenhum caso de acúmulo de cargo, portanto não foram necessárias providências para regularização.

5.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Visando avaliar a frequência e a gravidade dos acidentes de trabalho ocorridos na UNIPAMPA no período 2012/2013, foram utilizados os seguintes indicadores de frequência e de gravidade de acidentes, que são calculados a partir das seguintes variáveis:

- a) Horas-homens de exposição ao risco (HhT)
- b) Número de acidentes ou acidentados
- c) Tempo computado

Os dados utilizados nos cálculos foram obtidos através de pesquisa nos registros da Pró-reitoria de Gestão de Pessoal – PROGESP e no Sistema Integrado de Administração de Pessoal – SIAPE.

No decorrer do ano de 2013 foram registrados 3 acidentes no trabalho.

5.1.8.1. Horas-Homens Trabalhadas

O número de horas-homens trabalhadas é representado pelo produto de horas trabalhadas e o número de servidores, que resulta na quantidade de horas-homens de exposição ao risco no período anual. Aplicando-se ao ambiente da Universidade teremos:

$HhT_{2012} = \text{horas trabalhadas (1.936)} * \text{número de servidores (1224)} = \mathbf{2.369.664}$

$HhT_{2013} = \text{horas trabalhadas (1.936)} * \text{número de servidores (1341)} = \mathbf{2.596.176}$

5.1.8.2. Índice De Frequência

Este indicador é utilizado para medir a frequência de ocorrências de acidentes de trabalho, utilizando-se da seguinte fórmula:

$$I_f = \frac{N^{\circ} \text{"total de acidentes de trabalho"}}{HhT} \times 1.000.000$$

Aplicando-se a fórmula apresentada com as informações quantitativas obtidas, teremos o seguinte resultado para índice de frequência:

$$I_f = \frac{2}{2.369.664} \times 1.000.000 = 0,8 \qquad I_f = \frac{3}{2.596.176} \times 1.000.000 = 1,15$$

Conclui-se que, em 2012, foram registrados 0,8 acidentes para cada grupo de 500 servidores, já em 2013 foram registrados 1,15 acidentes para o mesmo quantitativo de servidores.

5.1.8.3. Índice De Gravidade

Este indicador é utilizado para medir a intensidade média dos acidentes ocorridos em determinado período, mensurando a perda laborativa ocasionada pelos mesmos (dias de afastamento do trabalho), utilizando-se da seguinte fórmula:

$$I_g = \frac{TC \text{"tempo computado"}}{HhT} \times 1.000.000$$

Aplicando-se a fórmula apresentada com as informações quantitativas obtidas, teremos o seguinte resultado para índice de gravidade:

$$I_g = \frac{119}{2.369.664} \times 1.000.000 = 50,2 \cong 50 \qquad I_g = \frac{2}{2.596.176} \times 1.000.000 = 0,77 \cong 1$$

Conclui-se que, em 2012, para cada 1 milhão de horas-homens trabalhadas obteve uma perda de 50 dias, já em 2013 foi perdida apenas 1 dia para o mesmo quantitativo de horas-homens.

5.1.8.4. Considerações Finais

Os valores apresentados para os índices de frequência e gravidade dos acidentes de trabalho ocorridos na UNIPAMPA, comparados anualmente, demonstram um aumento do número de acidentes e a diminuição da gravidade dos acidentes.

Este índice demonstra que se faz necessário o acompanhamento dos ambientes organizacionais e a implantação de programas de prevenção de acidentes, principalmente com a intenção de evitar que o índice cresça nos próximos anos e de garantir a manutenção da saúde ocupacional dos servidores.

5.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Não houve terceirização registrada junto a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal nos exercícios de 2011, 2012 e 2013.

5.2.2. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não se aplica a Universidade.

5.2.3. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 58 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA													
UG/Gestão: 151121				CNPJ: 09.341.233/0001-22									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	83/11	06.205.427/0001-02	26/12/2011	25/12/2014	124	114					P
2009	V	O	44/09	03.144.992/0001-19	15/11/2009	14/11/2014	78	90					P
Observações: não há.													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada													

Fonte: PROAD

5.2.4. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 59 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA													
UG/Gestão: 151121				CNPJ: 09.341.233/0001-22									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	1	O	29/13	04.970.088/0001-25	02/10/2013	01/10/2014	2	2					A
2010	2	O	31/10	02.294.475/0001-63	13/10/2010	12/10/2011	40	50					P
2011	3	O	13/11	08.744.513/0001-19	29/06/2011	28/06/2011	22	25					P
2011	4	O	32/11	08.202.514/0001-31	05/09/2011	04/09/2011	33	40					P
Observações: a contratada para área de Serviços Gerais, contrato 13/11, vem apresentando falhas na execução contratual.													
LEGENDA Área: 1. Copeiragem; 2. Portaria; 3. Serviços Gerais; e 4. Transporte (motorista). Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: PROAD

5.2.5. Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

Em uma análise geral, pode-se avaliar de forma positiva o andamento dos contratos de prestação de serviços continuados citados nos quadros 58 e 59. A instituição, através da Divisão de Serviços Terceirizados e dos Fiscais de Contratos, vem conseguindo manter uma boa relação profissional com as contratadas que, salvo exceção, cumprem a contento o que foi estipulado no contrato.

A exceção mencionada anteriormente é pontual e diz respeito à empresa contratada para área de serviços gerais que, reincidentemente, atrasou o pagamento de salários, vale-alimentação e vale-transporte, além de apresentar certa morosidade para atender às solicitações da contratante. Por conta dessas falhas, a empresa já foi notificada, advertida e está sendo avaliada a possibilidade de aplicação de multa.

Como dificuldade encontrada na condução dos contratos terceirizados é possível citar a gama de legislação que envolve o tema e que é constantemente alterada. Tais alterações demandam um grande esforço dos servidores no sentido de se manterem atualizados e providenciarem as alterações contratuais pertinentes.

5.2.6. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 60 - Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	7	14	21	20	118.057,98
1.1 Área Fim	7	14	21	20	118.057,98
1.2 Área Meio	-	-	-	-	-
2. Nível Médio	-	-	-	-	-
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	-	-	-	-	-
3. Total (1+2)	7	14	21	20	118.057,98

Fonte: PROGESP

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

6.1.1. Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

6.1.1.1. Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

Resolução 10/2010 aprovada pelo Conselho Universitário da UNIPAMPA.

6.1.1.2. Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

A UNIPAMPA possui estrutura *multicampi* contando com 10 *campi* distribuídos pelo estado do RS, com distâncias entre Reitoria e o *campus* chegando a 600 km e a maior distância entre os *campi* (São Borja → Jaguarão) chegando a 800 km.

6.1.1.3. Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ, bem como sua totalização por grupo e geral

Transporte de pessoal - Veículos de passeio e utilitário – 41 unidades
Transporte de pessoal – Veículos de transporte coletivo – 13 unidades
Transporte de carga – Caminhão baú – 1 unidade
Total de veículos: 55 unidades

6.1.1.4. Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ

Transporte de pessoal - Veículos de passeio e utilitário: 46.325 km/ano
Transporte de pessoal – Veículo de transporte coletivo: 29.020 km/ano
Transporte de carga – Caminhão baú: 27.690 Km/ano

6.1.1.5. Idade média da frota, por grupo de veículos

Transporte de pessoal - Veículos de passeio e utilitário: 3,4 anos
Transporte de pessoal – Veículos de transporte coletivo: 3,6 anos
Transporte de carga – Caminhão baú – 0,5 anos

6.1.1.6. Custos associados à manutenção da frota

Combustíveis: R\$ 744.248,98
Manutenção mecânica: 306.130,10
Seguros privados: R\$ 28.980,00
Seguro DPVAT: R\$ 7.629,48
Pedágios: R\$ 26.261,19
TOTAL: 1.113.249,75

6.1.1.7. Plano de substituição da frota

Em 2013, foram comprados 12 veículos de passeio através do Pregão 42/2012, processo 23100.001157/2012-71, para substituir os veículos que estavam com altas quilometragens. Para 2014, o processo de aquisição está em fase de elaboração.

6.1.1.8. Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

Atualmente, encontra-se em fase de estudo, através de levantamento de orçamentos, prestação de serviços, depreciação dos veículos e leilão.

6.1.1.9. Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

Em novembro de 2013, a empresa Ticket Serviços S/A venceu o certame (Pregão 31/2013) para fornecimento de combustíveis por cartões magnéticos. Após assinatura do contrato, passamos a descentralizar os controles de abastecimento e manutenção visando melhorar e agilizar esses procedimentos na UNIPAMPA.

A descentralização dos controles de manutenção e abastecimento tem o objetivo de diminuir o fluxo de trabalho desenvolvido, viabilizando a criação de novos controles e levantamento dos dados disponíveis no sistema, os quais facilitarão o aumento do controle de custos dos veículos.

6.1.2. Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

6.1.2.1. Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte

A UNIPAMPA dispõe de 11 micro-ônibus com capacidade de até 30 lugares, 1 van com 13 lugares e 1 ônibus rodoviário com 40 lugares. Para viabilizar o processo acadêmico e transportar os alunos para seminários, encontros e visitas técnicas dentro e fora do estado, visando o complemento do processo de formação do profissional, faz-se necessária a contratação de empresa especializada em transporte coletivo para transportar os discentes.

6.1.2.2. Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte

Tabela 29 - Empresas contratadas para a prestação do serviço de transporte

Campus	Empresa	CNPJ
Santana do Livramento	Irmãos Kopereck	92.221.589/0001-76
Jaguarão	Empresa de Transp. Kopereck	05.824.788/0001-74
Jaguarão	Empresa de Transp. Kopereck	05.824.788/0001-74
Jaguarão	Irmãos Kopereck	92.221.589/0001-76
São Gabriel	Argenta Turismo e Viagens	87.767.596/0001-38
Uruguaiiana	Viação Ouro e Prata Ltda	92.954.106/0001-42
Caçapava do Sul	Argenta Turismo e Viagens	87.767.596/0001-38
Itaqui	Transporte Piraporense Ltda	05.142.791/0001-08
Itaqui	Transporte Piraporense Ltda	05.142.791/0001-08
Dom Pedrito	Empresa de Transp. Kopereck	05.824.788/0001-74
São Gabriel	Transportes Argenta Ltda	90.323.494/0001-38
Caçapava do Sul	Transportes Argenta Ltda	90.323.494/0001-38
Santana do Livramento	Empresa de Transp. Kopereck	05.824.788/0001-74
São Borja	Olina Iracema Balbé	02.405.070/0001-55

Fonte: PROAD

6.1.2.3. Tipo de licitação efetuada, n.º do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão

Tabela 30 - Licitações efetuadas para prestação do serviço de transporte

Campus	Pregão	Contrato N°	Empresa	CNPJ	Tipo de transporte	Validade	Empenho	Valor Pago
Santana do Livramento	004/2011	04/2012	Irmãos Kopereck	92.221.589/001-76	Estadual	25/04/13	2012NE800515	15.105,00
Jaguarão	004/2011	06/2012	Empresa de Transp. Kopereck	05.824.788/001-74	Municipal	25/04/13	2012NE800519	6.728,30
Jaguarão	004/2011	06/12	Empresa de Transp. Kopereck	05.824.788/001-74	Municipal	25/04/13	2013NE802292	6.032,90
Jaguarão	004/2011	07/2012	Irmãos Kopereck	92.221.589/001-76	Estadual	25/04/13	2012NE800520	50.104,35
São Gabriel	004/2011	16/2011	Argenta Turismo e Viagens	87.767.596/001-38	Estadual	03/07/13	2011NE802625	44.725,20
Uruguaiana	004/2011	19/2011	Viação Ouro e Prata Ltda	92.954.106/001-42	Municipal	12/09/13	2011NE801092	34.426,00
Caçapava do Sul	004/2011	20/2011	Argenta Turismo e Viagens	87.767.596/001-38	Estadual	24/07/12	2011NE801089	21.013,72
Itaqui	004/2011	27/2011	Transporte Piraporense Ltda	05.142.791/001-08	Municipal	08/02/13	2011NE801422	28.798,72
Itaqui	004/2011	27/2011	Transporte Piraporense Ltda	05.142.791/001-08	Municipal	08/02/13	2013NE802229	17.367,44
Dom Pedrito	004/2011	29/2011	Empresa de Transp. Kopereck	05.824.788/001-74	Municipal	24/08/13	2011NE801179	34.191,24
São Gabriel	004/2011	30/2011	Transportes Argenta Ltda	90.323.494/001-38	Municipal	29/08/13	2011NE801186	33.078,51
Caçapava do Sul	004/2011	33/2011	Transportes Argenta Ltda	90.323.494/001-38	Municipal	04/10/13	2011NE801431	29.329,02
Santana do Livramento	16/2013	20/2013	Empresa de Transp. Kopereck	05.824.788/001-74	Mun/est/Inter	08/09/14	2013NE801698	15.909,88
São Borja	16/2013	23/2013	Olina Iracema Balbé	02.405.070/001-55	Municipal	10/09/14	2013NE801736	9.635,85
Total								346.446,13

Fonte: PROAD

6.1.2.4. Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

Resolução 10/2010 aprovada pelo Conselho Universitário da UNIPAMPA.

6.1.2.5. Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

A falta dos contratos de prestação de serviço com empresa especializada em transporte coletivo prejudicaria o processo de formação dos discentes, pois tal processo viabiliza a participação dos alunos em visitas técnicas, congressos e seminários que fazem parte do processo acadêmico das IFES.

6.1.2.6. Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ, bem como sua totalização por grupo e geral

O número de veículos utilizados é estipulado de acordo com cada contrato de prestação de serviços de transporte rodoviário.

6.1.2.7. Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ

Analisando o valor gasto com cada contrato, chegou-se a um total de 115.000 km rodados no ano.

6.1.2.8. Idade média anual, por grupo de veículos

Conforme contrato, os veículos deverão ter no máximo 10 anos de uso.

6.1.2.9. Custos associados à manutenção da frota, caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado

Conforme contrato, esses custos estão incluídos no valor pago por quilômetro rodado.

6.1.2.10. Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente

Conforme contrato, na cláusula que trata das “Condições para a Prestação dos Serviços”, o servidor responsável pela viagem controlará a quilometragem percorrida, registrando em formulário padrão – disponibilizado no *site* do setor de frota e logística – sendo este assinado pelo servidor e pelo motorista. Esse formulário deverá acompanhar a nota fiscal, quando encaminhada para cobrança.

6.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 61 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	RIO GRANDE DO SUL	19	18
	Alegrete	4	4
	Bagé	1	1
	Caçapava do Sul	2	1
	Dom Pedrito	2	2
	Jaguarão	1	1
	Itaqui	2	2
	São Gabriel	4	4
	São Borja	1	1
	Santana do Livramento	1	1
Uruguaiana	1	1	
Subtotal Brasil		19	18
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”		
	cidade 1		
	cidade 2		
cidade “n”			
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		19	18

Fonte: SPIUnet

6.2.2. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Quadro 62 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
154359	8507.00051.50 0-3	21	3	2.628.456,30	19/10/2009		0,00	0,00
154359	8507.00053.50 0-4	21	4	176.682,22	20/04/2010		0,00	0,00
154359	8507.00055.50 0-5	21	4	9.900,00	16/04/2010		0,00	0,00
154359	8507.00057.50 0-6	21	4	30.317,78	22/04/2010		0,00	0,00
154359	8531.00122.50 0-1	21	4	30.000,00	14/07/2010		0,00	0,00
154359	8555.00010.50 0-0	21	3	4.621.124,08	15/12/2010		0,00	0,00
154359	8555.00012.50 0-0	21	4	675.000,00	16/12/2013		0,00	0,00
154359	8629.00024.50 0-3	21	3	3.751.389,02	15/12/2010		0,00	0,00
154359	8629.00026.50 0-4	21	4	696.961,00	03/01/2012		0,00	0,00
154359	8713.00038.50 0-0	21	4	61.000,00	30/10/2009		0,00	0,00
154359	8713.00040.50 0-0	21	5	1.946.407,41	15/12/2010		0,00	0,00
154359	8721.00044.50 0-3	21	3	3.811.071,56	15/12/2010		0,00	0,00
154359	8845.00069.50 0-3	21	5	2.400.000,00	03/05/2007		0,00	0,00
154359	8863.00053.50 0-4	21	5	1.889.674,76	15/12/2010		0,00	0,00
154359	8869.00034.50 0-0	21	4	461.901,50	15/10/2009		0,00	0,00
154359	8869.00036.50 0-0	21	5	2.295.096,30	15/12/2010		0,00	0,00
154359	8869.00042.50 0-3	21	4	50.000,00	04/11/2011		0,00	0,00
154359	8869.00044.50 0-4	21	4	150.000,00	22/10/2011		0,00	0,00
154359	8951.00097.50 0-7	21	5	18.017.440,00	19/01/2009		0,00	0,00
Total							0	0

Fonte: SPIUnet

6.2.2.1. Análise Crítica

O Imóvel RIP 8555.00012.500-0, localizado no município de Caçapava do Sul, foi cadastrado no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) erroneamente tendo como Regime de Utilização “Doação sem Encargo”, quando o correto seria

“Uso em Serviço Público”, conforme consta no Quadro 62. A correção do cadastro no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) está sendo providenciada junto à Superintendência do Patrimônio da União (SPU).

Durante o exercício de 2013, houve tramitação de processo de doação do Exército Brasileiro à UNIPAMPA do Imóvel da União RIP 8863.00031.500-4, localizado no município de São Borja. Porém, não houve conclusão dessa tramitação ainda em 2013, portanto, por essa razão, o referido imóvel não foi cadastrado na Unidade Gestora (UG) correspondente à UNIPAMPA no SPIUnet.

6.2.3. Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ
Não se aplica a Universidade.

6.3. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 63 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros da UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
BRASIL	UF RS	10	10
	Bagé	4	4
	Itaqui	1	-
	Santana do Livramento	1	-
	São Borja	1	1
	São Gabriel	2	3
	Uruguaiana	1	2
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1	-	-
	município “n”	-	-
Subtotal Brasil		10	10
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1	-	-
	cidade “n”	-	-
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1	-	-
	cidade “n”	-	-
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		10	10

Fonte: PROAD

6.3.1. Análise Crítica

Comparando a quantidade de imóveis locados no ano de 2012 em relação a 2013, esta continua a mesma, alterando apenas a localização geográfica, ou seja, o campus. As locações possuem como objetivo atender satisfatoriamente às necessidades de espaço físico de setores da Reitoria e das Unidades.

A necessidade de locação justifica-se por alguns fatores: crescente número de servidores nos diversos setores, constantes trabalhos em grupos com servidores de diversos *campi* da UNIPAMPA, com colaboradores externos, necessidade de auditórios para capacitação de servidores, implementação de novos cursos de graduação e adequação de novos laboratórios.

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro 64 - Gestão da tecnologia da informação da unidade jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	Monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	Aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	Aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	Aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	Aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	Aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativo de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
X	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s).Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.

X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
X	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: http://ntic.unipampa.edu.br/quem-somos-2/pdtic/
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(3)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2014, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição a publicará em 2014 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
X	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	

Fonte: NTIC

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 65- Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
<p>Considerando a importância cada vez maior que assume, no mundo moderno, o cuidado com o meio ambiente, a Universidade, como parte da Administração Pública Federal, também busca desempenhar uma função capital no papel de consumidor. Refletindo na prática de valores éticos e socioambientais, como a adoção de ações que visem à utilização racional dos recursos, diminuição do desperdício e redução da poluição.</p> <p>A Instituição tem buscado incluir progressivamente, desde de 2010, em seus Termos de Referências e Projetos Executivos, especificações e cláusulas quanto à aquisição de bens, contratação de serviços e obras, para que os mesmos atendam os principais critérios, não somente de sustentabilidade ambiental, mas sim critérios com um conceito mais amplo, o socioambiental, praticados e exigidos pela legislação em vigor e pela sociedade como um todo.</p> <p>Entre eles, que podem ser comprovados através dos Termos de Referência e Editais dos certames realizados, destacamos:</p> <p>a) Exigências e cuidados quanto aos processos de extração de madeira ou fabricação de mobiliário com madeira de reflorestamento;</p> <p>b) Exigências, quando da contratação de prestadores de serviços, quanto a observar e cumprir todas as normas vigentes no que concerne ao recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e retenções da Previdência Social, assim como obrigações decorrentes de Convenções ou Acordos Coletivos da categoria profissional que presta o serviço terceirizado contratado e normas de saúde e segurança do trabalho;</p> <p>c) Exigências quanto ao uso estritamente controlado de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, incluindo nos Termos de Referência previsão de uso, pela Contratada, de produtos biodegradáveis;</p> <p>d) Exigências quanto a adoção de boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes; 2) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; 3) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água tendo em vista a maior economia possível, uma vez que tal postura, além de estar em total acordo com as boas práticas de gestão ambiental, proporciona redução de custos ao erário; 4) Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição; 5) Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação; 6) Utilização de água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuvas, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros); 7) Desenvolvimento ou adoção manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores; e 8) Desenvolvimento ou adoção manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores também para lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Esses produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica. 					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).		X			

<p>4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p>		X			
<p>A Instituição tem buscado incluir progressivamente, a partir do ano de 2010, em seus Termos de Referências e Projetos Executivos, especificações e cláusulas quanto à aquisição de bens, contratação de serviços e obras, incluindo normas técnicas ABNT, INMETRO e as reconhecidas ISO, para que os mesmos atendam os principais critérios, não somente de sustentabilidade ambiental, mas sim critérios com um conceito mais amplo, o socioambiental, praticados e exigidos pela legislação em vigor e pela Sociedade como um todo.</p> <p>Entre as normativas incluídas, citamos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Lei Complementar Nº 140, de 08 de dezembro de 2011, que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. 2) Lei Federal Nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. 3) Lei Federal Nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências. 4) Lei Federal Nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências. 5) Lei Federal Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. 6) Lei Federal Nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. 7) Lei Federal Nº 4.150, de 21 de novembro de 1962, que institui o regime obrigatório de preparo e observância das normas técnicas nos contratos de obras e compras do serviço público de execução direta, concedida, autárquica ou de economia mista, através da Associação Brasileira de Normas Técnicas, e dá outras providências. 8) Decreto Federal nº 7.643, de 15 de dezembro de 2011, que altera o Art. 4º do Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010, que regulamenta os Arts. 6º, 11 e 12 da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC. 9) Decreto Federal nº 7.640, de 09 de dezembro de 2011, que altera o Art. 152 do Decreto no 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações. 10) Decreto Federal Nº 7.203, de 04 de junho de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal. 11) Decreto Federal Nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. 12) Decreto Federal Nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, que Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. 13) Decreto Federal Nº 4.059, de 19 de dezembro de 2001, que regulamenta a Lei nº 10.295 de 17 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, e dá outras providências. 14) Decreto Federal Nº 2.271, de 07 de julho de 1997, que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. 15) Decisão Monocrática no TC-017.914/2010-8, de 21 de julho de 2010, regramdo que em licitações para contratação de prestação de serviços, é obrigatório o uso do pregão para contratação de serviços comuns. 16) Decisão monocrática TC-003.405/2010-9, de 24 de fevereiro de 2010, que trata da exigência de que o 					

<p>produto a ser fornecido atenda a normas de proteção ambiental.</p> <p>17) Acórdão do Plenário do TCU Nº 1.752/2011, de 29 de junho de 2011, que recomenda ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que apresente plano de ação visando a orientar e a incentivar todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a adotarem medidas para o aumento da sustentabilidade e eficiência no uso de recursos naturais.</p> <p>18) Acórdão do Plenário do TCU Nº 870/2010, de 05 de maio de 2010, que esclarece que a existência de Órgãos fiscalizadores do meio ambiente não exige a Administração de atentar para aspectos que envolvam o atendimento de requisitos previstos em lei especial.</p> <p>19) Acórdão do Plenário do TCU Nº 275/2010, de 24 de fevereiro de 2010, que trata da revisão no termo de referência de estudos ambientais.</p> <p>20) Acórdão da 2ª Câmara do TCU Nº 1.260/2010, de 26 de março de 2010, que avalia as medidas e as ações adotadas pela Administração Pública nas áreas de redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e de água atingiram os objetivos propostos.</p> <p>21) Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) Nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.</p> <p>22) Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) Nº 02, de 30 de abril de 2008, que dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não.</p> <p>23) Instrução Normativa da Secretaria de Defesa Sanitária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA) Nº 42, de 31 de dezembro de 2008, que institui o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal – PNCRC/Vegetal.</p> <p>24) ABNT NBR Nº 15.448-2:2008, publicada em 14 de janeiro de 2008, que trata das embalagens plásticas degradáveis e/ou de fontes renováveis – Parte 2: Biodegradação e compostagem — Requisitos e métodos de ensaio, especifica os requisitos e os métodos de ensaio para determinar a compostabilidade de embalagens plásticas, visando a revalorização de resíduos pós-consumo, por meio de apontamento das características de biodegradação aeróbia seguida da desintegração e impacto no processo de compostagem.</p> <p>25) ABNT NBR Nº 15.448-1:2008, publicada em 14 de janeiro de 2008, que trata das embalagens plásticas degradáveis e/ou renováveis – Parte 1: Terminologia Define os termos técnicos referentes a embalagens plásticas degradáveis e/ou renováveis.</p>					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex.: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).		X			
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
A Universidade vem adquirindo itens ou exigindo que os itens que compõem as obras das novas edificações que possuem itens que reduzam o consumo. Porém, ainda não foi elaborado e executado acompanhamento visando identificar o impacto dessas aquisições no consumo. Em parte, a dificuldade se dá pelo fato da Instituição estar em expansão da sua estrutura física, estando hoje com obras em andamento nos seus dez <i>campi</i> .					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex.: papel reciclado).		X			
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
Cabe relatar que os itens adquiridos estão inclusos nos projetos executivos das obras iniciadas no último exercício, em que se pode citar: reaproveitamento de água das chuvas, equipamentos de iluminação com novos dimensionamentos que ampliam a reflexão da luz, utilização de lâmpadas com maior rendimento, entre outros.					
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).		X			
· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
Cabe relatar que os itens adquiridos estão inclusos nos projetos executivos das obras iniciadas no último exercício, onde se pode citar: reaproveitamento de água das chuvas, equipamentos de iluminação com novos dimensionamentos que ampliam a reflexão da luz, utilização de lâmpadas com maior rendimento, entre outros. Também, devem se destacar as regras de sustentabilidade que estão sendo inclusas nos novos contratos de prestação de serviços, conforme são assinados após realização dos certames. Como exemplo, a contratação de serviço de impressão, fotocópias e escaneamento de documentos.					
8. No modelo de execução do objeto, são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o					

plano de gestão de logística sustentável da unidade.					
10. Para a aquisição de bens e produtos, são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.	X				
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
12. Na unidade, ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
Considerações Gerais: A Universidade tem buscado incluir progressivamente, nos últimos anos, a cada novo Termo de Referências para contratação de serviços terceirizados e nos Projetos Executivos de obras, especificações e cláusulas que obrigam a utilização e obediência às normas técnicas ABNT, INMETRO e as normas ISO reconhecidas no País. Essa ação visa à adoção gradual e contínua de critérios socioambientais. Permitindo que os mesmos sejam absorvidos pelos setores da Instituição de forma definitiva, permitindo assim a incorporação dos mesmos na Gestão Organizacional e no comportamento dos membros que a integram. Todavia, esse é um procedimento de longo prazo, em que não basta somente a determinação da aplicação de normativas, mas sim a incorporação gradual delas.					

Fonte: PROAD

8.2. Política de separação de resíduos recicláveis descartados

A Comissão de Coleta Seletiva da UNIPAMPA, representando todos os campi e a reitoria da Universidade federal do Pampa, existe para atender as exigências do Decreto 5.940/2006, que institui as comissões em cada unidade de repartições federais, cuja atividade é separar resíduos que podem ser reciclados e destinar esses resíduos a cooperativas de catadores devidamente estruturadas em cada município onde atuam. A ação dessa comissão se baseia basicamente: 1) na conscientização dos públicos internos e externos; 2) no controle e acompanhamento dos volumes e destinação dos resíduos doados; 3) na negociação com prefeituras e cooperativas de catadores para que apresentem documentos constitutivos e assinem os termos de cooperação com a UNIPAMPA; 4) no diálogo com setores internos como Coordenação de Laboratórios, Divisão de Materiais e Almoxarifado, Setores de Licitações e Contratos, Área de Saúde, Área Acadêmica (para formar comissões em todos os campi e estimular projetos sustentáveis); 5) Cooperação com a CONJUR para aceitar que os campi assinem os termos de cooperação ou indiquem um caminho juridicamente viável para podermos cumprir o Decreto 5.940 na íntegra.

Tradicionalmente na UNIPAMPA, cada campus providencia a aquisição de materiais que julgar necessários ao bom andamento de suas atividades. Assim, vários campus têm comprado lixeiras comuns e seletivas de acordo com seus entendimentos.

8.3. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro 66 - Consumo de papel, energia elétrica e água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	660 cx	819 cx	801 cx	56.034,00	69.533,10	68.861,97
Água				97.225,25		
Energia Elétrica				425.814,54		
			Total	579.073,79	69.533,10	68.861,97

Fonte: PROAD

Observações:

As alterações referentes ao último relatório foram realizadas devido a discrepâncias do objeto a ser informado, sendo que foi informado no relatório anterior o total adquirido e não o consumo.

Em 2011, foram consumidas 801 caixas de papel. Em 2012, foram consumidas 819 caixas de papel e em 2013 foram consumidas 660 caixas de papel. Sendo cada caixa composta por 10 resmas com 500 folhas cada, totalizando 5.000 folhas por caixa.

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1. Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

9.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro 67 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa					94739
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	023.343/2013-3	3389/2013	9.2.1	RE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa					
Descrição da Deliberação					
Formalize o Regimento Interno da Auditoria Interna de forma harmônica à legislação que rege o funcionamento do Sistema Federal de Controle;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Auditoria Interna					
Síntese da Providência Adotada					
Confecção de proposta de regimento para análise do conselho universitário da UNIPAMPA, adequada à legislação e normativas do sistema federal de controle.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Proposta em desenvolvimento.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
O ingresso de novos servidores na AUDIN possibilitou ampliar as competências, com a formação de uma equipe de profissionais multidisciplinar, o que colabora para a construção de uma proposta de regimento adequada às necessidades da auditoria interna e alinhada à legislação que rege o sistema federal de controle.					

Fonte: Gabinete da Reitoria

Quadro 68 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa					94739
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	023.343/2013-3	3389/2013	9.2.2	RE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa					
Descrição da Deliberação					
Empreenda esforços para harmonizar a vinculação funcional da Auditoria Interna aos normativos relativos ao Sistema Federal de Controle.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Auditoria Interna.					
Síntese da Providência Adotada					
Providências em andamento para confecção de proposta de regimento para análise do Conselho Universitário da UNIPAMPA.					

Síntese dos Resultados Obtidos
Proposta em desenvolvimento.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Como a Universidade não possui um conselho de administração, a vinculação da auditoria interna é ao dirigente máximo da instituição, conforme determina o decreto 3591/2000 em seu §4º artigo 15.
Fonte: Gabinete da Reitoria

Quadro 69 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa					94739
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	023.343/2013-3	3389/2013	9.2.3	RE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa					
Descrição da Deliberação					
Defina na proposta de regimento interno da unidade de auditoria interna (Audin), ou em normativo específico para esta finalidade, política de capacitação dos integrantes da unidade de auditoria interna.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Auditoria Interna					
Síntese da Providência Adotada					
Providências em andamento para confecção de proposta de regimento para análise do Conselho Universitário da UNIPAMPA que prevê o plano de capacitação.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Proposta em desenvolvimento.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A política de capacitação depende de uma análise das competências e dos conhecimentos de cada integrante da equipe, comparado àquelas necessárias a realização dos trabalhos. A política de capacitação deverá prover os conhecimentos necessários às atividades de auditoria de forma a manter os profissionais atualizados.					

Fonte: Gabinete da Reitoria

Quadro 70 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa					94739
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	023.343/2013-3	3389/2013	9.2.4	RE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa					
Descrição da Deliberação					
Estude a viabilidade de segregar os recursos destinados à capacitação da equipe de Auditoria Interna, incluindo as despesas de viagens, dos recursos referentes à execução de trabalhos de auditoria.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					
Os recursos são alocados à AUDIN em valores totais, porém o plano de capacitação preverá os recursos necessários					

apenas à capacitação.
Síntese dos Resultados Obtidos
Estão previstos valores para capacitação
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fonte: Gabinete da Reitoria

Quadro 71 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa					94739
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	023.343/2013-3	3389/2013	9.2.5	RE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa					
Descrição da Deliberação					
Envide esforços para realocação da Auditoria Interna em espaço adequado à realização de suas atividades.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Gabinete do vice-reitor.					
Síntese da Providência Adotada					
Destinação de novo espaço físico, mais adequado às necessidades do setor.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Servidores realocados em novo espaço físico.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Desde outubro de 2013, a AUDIN está em nova sala, com capacidade suficiente para acomodar a atual equipe de servidores em atividade.					

Fonte: Gabinete da Reitoria

Quadro 72 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa					94739
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	023.343/2013-3	3389/2013	9.2.6	RE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa					
Descrição da Deliberação					
Exija da Auditoria Interna o aprimoramento do levantamento e da avaliação dos riscos, definindo os responsáveis e os critérios a serem adotados para a sua realização, a fim do adequado planejamento das atividades de auditoria e das ações de melhoria nos controles internos.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Auditoria Interna.					
Síntese da Providência Adotada					
Planejamento de atividades de auditoria considerando os macroprocessos das áreas da estrutura administrativa da UNIPAMPA com priorização baseada na análise de risco realizada pelo setor.					
Síntese dos Resultados Obtidos					

PAINT 2014
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
O trabalho de avaliação de riscos dos principais processos de cada área administrativa foi realizado pela Auditoria Interna da UNIPAMPA em conjunto com os gestores, resultando no planejamento das atividades para 2014 com a prioridade de áreas e processos a serem auditados, e conseqüentemente avaliados os controles internos.

Fonte: Gabinete da Reitoria

Quadro 73 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa					94739
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	023.343/2013-3	3389/2013	9.2.7	RE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa					
Descrição da Deliberação					
Exija da Auditoria Interna a elaboração dos planos anuais de atividades de Auditoria Interna – PAINT, em consonância com a sua capacidade de trabalho, a fim de que eles sejam cumpridos e traduzam o que será auditado com base em uma adequada avaliação de riscos.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Auditoria Interna.					
Síntese da Providência Adotada					
Planejamento de atividades de auditoria considerando a equipe atual e prevista para 2014, com base na avaliação de riscos dos macroprocessos das áreas da estrutura administrativa da UNIPAMPA.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
PAINT 2014 prevendo horas de auditores em exercício e de novo auditor no concurso de 2014.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
O trabalho do setor será reforçado em 2014 com a vaga recebida de auditor e destinada para concurso, sendo que o planejamento das atividades levou em consideração o atual quantitativo de pessoal e a previsão do novo ingresso.					

Fonte: Gabinete da Reitoria

Quadro 74 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa					94739
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08	023.343/2013-3	3389/2013	9.2.8	RE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa					
Descrição da Deliberação					
Estabeleça, na sua Auditoria Interna, uma metodologia de trabalho que preveja e sejam executados monitoramentos quanto ao atendimento dos seus apontamentos e recomendações pelas áreas auditadas.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Auditoria Interna.					
Síntese da Providência Adotada					
A Auditoria Interna da Universidade está buscando mecanismos para controlar e monitorar as recomendações, tanto					

dos órgãos externos quanto as suas próprias sugestões de melhoria nos controles e nos processos.
Síntese dos Resultados Obtidos
Registro e monitoramento das recomendações.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
O controle e o monitoramento das recomendações necessitam de mecanismos informatizados para ganhar eficiência, atualmente o trabalho é realizado através de consultas aos gestores sobre as providências adotadas, dentre outros.

Fonte: Gabinete da Reitoria

Quadro 75 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa					94739
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
09	023.343/2013-3	3389/2013	9.2.9	RE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa					
Descrição da Deliberação					
Utilize a AUDIN para a prestação de assessoramento à Administração Superior em áreas e processos críticos e relevantes para correções de desvios gerenciais e para melhoria da gestão quanto à economicidade, eficiência e eficácia.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Reitoria.					
Síntese da Providência Adotada					
Maior participação da AUDIN na avaliação de riscos e no assessoramento da gestão.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Melhoria no ambiente de controle.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
O assessoramento da Auditoria Interna está progressivamente sendo mais utilizado, de forma a auxiliar a gestão no controle dos processos críticos.					

Fonte: Gabinete da Reitoria

9.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não houve ocorrência no período.

9.2. Tratamento de Recomendações do OCI

9.2.1. Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro 76 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa			94739
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Planos de Providências nº 201209901, 243982 e 224854	Nº OS: 243982 – Nº Constatação: 032	Ofício 23904
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa			94739
Descrição da Recomendação			
“Recomenda-se à Unidade que, nos casos em que houver modificação no edital que possa afetar a formulação de propostas de licitantes, promova divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, em consonância com os comandos insculpidos no parágrafo 4º do art. 21 da Lei n.º 8.666/93.”			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa			94739
Síntese da Providência Adotada			
Informado pela gestão da UNIPAMPA, no ofício 217/2013 GR, que os processos apontados, de tomada de preços 01/2013 que teve alteração em seu edital, tiveram nova divulgação após a correção na planilha orçamentária devido a erro de soma, e a tomada de preços 02/2013 não sofreu alterações em seu edital e anexos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Republicação nos casos de alteração de planilhas que compõem os editais.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A recomendação reforçou a necessidade de republicação dos editais em casos de alteração.			

Fonte: Gabinete da Reitoria

Quadro 77 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa			94739
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	Planos de Providências nº 201209901, 243982 e 224854	Nº OS: 243982 – Nº Constatação: 014	Ofício 23904
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa			94739
Descrição da Recomendação			
“Exija da Fundação Simon Bolívar a prestação de contas dos valores executados até o momento, e a consequente restituição ao erário de despesas de natureza diferente das originalmente previstas nas descentralizações de crédito ocorridas em 2007.”			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa			94739
Síntese da Providência Adotada			
Informado no ofício 217/2013 GR que a Auditoria Interna da Universidade fixou parecer sobre as contas dos convênios 33 e 34, aprovando as prestações de contas. Sobre a recomendação a UNIPAMPA informa que não detinha gerência na			

execução de recursos de convênios a carga da Fundação Simon Bolívar e consequentemente da Universidade Federal de Pelotas, já que os recursos são de 2007 e a criação da UNIPAMPA data de 11/01/2008.

Síntese dos Resultados Obtidos

Parecer AUDIN sobre a prestação de contas dos convênios 33 e 34.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A UNIPAMPA não detinha gerência na execução de recursos de convênios a carga da Fundação Simon Bolívar e consequentemente da Universidade Federal de Pelotas, já que os recursos são de 2007 e a criação da UNIPAMPA data de 11/01/2008.

Fonte: Gabinete da Reitoria

Quadro 78 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa			94739
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	Planos de Providências nº 201209901, 243982 e 224854	Nº OS: 243982 – Nº Constatação: 029	Ofício 23904
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa			94739
Descrição da Recomendação			
“Recomenda-se à Entidade que doravante, ao inserir cláusulas em editais de licitação prevendo a possibilidade de exigência de substituição de empregados da contratada, faça constar expressamente os critérios e procedimentos que serão considerados para implementar a decisão.”			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa			94739
Síntese da Providência Adotada			
A recomendação foi atendida pela Universidade com adoção de texto em editais de licitação que especifica em quais situações os empregados da contratada devem ser substituídos, conforme informado no ofício 217/2013 GR.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Editais adequados às exigências que melhor especificam situações da prestação de serviço.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Fonte: Gabinete da Reitoria

Quadro 79 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa			94739
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	Planos de Providências nº 201209901, 243982 e 224854	Nº OS: 224854 - Nº Constatação: 026	Ofício 23904
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa			94739
Descrição da Recomendação			
“Proceder, em conjunto com a UFPEL e a Fundação Simon Bolívar, levantamento de todos os valores pagos em contratos mantidos com a empresa de CNPJ nº 00.482.840/0001-38, verificando a ocorrência de pagamentos indevidos, apurando a responsabilidade dos fatos, se for o caso.”			

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Auditoria Interna.	94739
Síntese da Providência Adotada	
Informado pelo ofício 217/2013 GR que os procedimentos foram continuados do contrato original de responsabilidade da UFPEL, sendo pagas notas fiscais de serviços prestados, atestados pelos responsáveis. Apresentado comprovante de abertura de trabalho investigativo pela comissão permanente de sindicância e processos administrativos disciplinares da universidade referente ao recomendado pela CGU.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Sindicância em andamento - 23100.001709/2013-22, de 16/08/2013.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Fonte: Gabinete da Reitoria

Quadro 80 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa			94739
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	Planos de Providências nº 201209901, 243982 e 224854	Nº OS: 243982 - Nº Constatação: 031	Ofício 23904
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa			94739
Descrição da Recomendação			
“Recomenda-se à UNIPAMPA que adote as medidas administrativas necessárias para o aprimoramento dos controles internos concernentes à área de orçamentação, de modo a assegurar que os orçamentos sejam elaborados de forma adequada.”			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna			94739
Síntese da Providência Adotada			
Informado pelo ofício 217/2013 GR que a composição dos preços das licitações de obras é realizada com base em pesquisa de preços no sistema SINAPI (CEF), ou na falta deste por referenciais como Orse (sistema de orçamento de obras do Estado de Sergipe) ou ainda pelo Sicro (DNIT). Não sendo obtido preço em nenhum dos sistemas é feita uma pesquisa de mercado para balizar os preços unitários das licitações de obras. Em qualquer das situações é anexada declaração de realização de pesquisa de preços nos sistemas por servidor ou, no caso de empresa terceirizada, a declaração e comprovação dos orçamentos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Aprimoramento dos processos de orçamentação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Fonte: Gabinete da Reitoria

Quadro 81 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa			94739
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	Planos de Providências nº 201209901, 243982 e 224854	Nº OS: 201209901 – Nº Constatação: 002	Ofício 23904
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa			94739
Descrição da Recomendação			
Alterar a estrutura organizacional da UNIPAMPA de modo a cumprir com o disposto no § 3º, artigo 15 do Decreto nº 3.591/2000, vinculando a AUDIN a conselho de administração ou órgão de atribuições semelhantes.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna			94739
Síntese da Providência Adotada			
Não existe na estrutura um conselho de administração, por esta razão a Auditoria Interna ainda está vinculada diretamente ao Gabinete da Reitoria, conforme preconiza o §4º do artigo 15 do decreto 3591/2000.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Padronização dos atos e legitimação da vinculação com base no decreto 3591/2000 artigo 15 §4º.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A vinculação ao dirigente máximo além de atender ao decreto 3591/2013, em função da inexistência de conselho de administração na Universidade definiu a questão de subordinação da AUDIN.			

Fonte: Gabinete da Reitoria

9.2.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 82 - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa			94739
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201308778 de 27/12/2013		Ofício nº 38996
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa			94739
Descrição da Recomendação			
Providenciar, por meio de processo administrativo apropriado, a investigação do débito indevido de R\$ 1.565.000,00, da conta nº 8.256-2 (convênio 033/2007 UFPEL e FSB - implantação UNIPAMPA), da agência 4.468-7 do Banco do Brasil.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Prazo CGU até 28.02.2014			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Processo em andamento			

Fonte: Gabinete da Reitoria

Quadro 83 - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa			94739
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201308778 de 27/12/2013		Ofício nº 38996
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa			94739
Descrição da Recomendação			
Apurar a responsabilidade pelo pagamento de juros e multas em consequência ao pagamento com atraso das faturas das empresas terceirizadas no período de implantação, ressarcimento do dano ao Erário, no valor de R\$ 25.297,18.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Prazo CGU até 28.02.2014.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Processo em andamento.			

Fonte: Gabinete da Reitoria

Quadro 84 - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa			94739
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201308778 de 27/12/2013		Ofício nº 38996
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa			94739
Descrição da Recomendação			
Adotar providências para que sejam efetivadas as doações realizadas pela UFPEL dos imóveis relativos aos campi Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Jaguarão e Santana do Livramento e, quando cabível, regularizar também a situação dos prédios.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Prazo CGU até 28.02.2014.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Processo em andamento.			

Fonte: Gabinete da Reitoria

Quadro 85 - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa			94739
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201308778 de 27/12/2013		Ofício nº 38996
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa			94739
Descrição da Recomendação			
Averbar o prédio do Campus Itaqui e regularizá-lo no SPIUnet.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Prazo CGU até 28.02.2014			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Processo em andamento			

Fonte: Gabinete da Reitoria

Quadro 86 - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa			94739
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	201308778 de 27/12/2013		Ofício nº 38996
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade Federal do Pampa			94739
Descrição da Recomendação			
Concluir o processo administrativo nº 23100.001709/2013-22, de 16/08/2013, com vista a investigar, relativo ao período de implantação:			
A) a contratação e a realização de pagamentos à empresa proibida de licitar;			
B) apurar o pagamento de R\$14.919,43 por serviços de motorista fora da vigência contratual;			
C) apurar o pagamento indevido de R\$29.558,69 em diárias a motoristas;			
D) apurar o pagamento de R\$98.742,57 em serviços de motorista sem previsão contratual;			
E) apurar a realização de aditivo em contrato com vigência expirada (45/2007).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Prazo CGU até 28.02.2014.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Processo em andamento.			

Fonte: Gabinete da Reitoria

9.3. Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

9.3.1. Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ

A Estrutura Organizacional da UNIPAMPA é regulamentada pela Portaria nº 367/2013, sendo a AUDIN vinculada ao Gabinete da Reitora.

9.3.2. Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações

Durante o ano de 2013, foram realizadas diversas ações pela Auditoria Interna, destacando as principais:

- Elaboração do Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna - RAINT, que contemplou as ações da Auditoria da Instituição do exercício de 2012, elaborado de acordo com a IN/CGU nº 07/2006 e IN/CGU/SFCI nº 01/2007;
- Elaboração do Plano Anual das Atividades de Auditoria Interna - PAINT, que contempla o planejamento das ações da Auditoria da Instituição para o exercício de 2014, elaborado de acordo com a IN/CGU nº 07/2006 e IN/CGU/SFCI nº 01/2007;
- Assessoria à gestão da Universidade nos assuntos relacionados aos controles internos, governança e gestão de riscos;
- Trabalhos de auditoria e análise de controles internos, com emissão de relatórios e pareceres com suas principais constatações estão relacionados na tabela resumo a seguir:

Tabela 31 - Relação de trabalhos de auditoria e análise de controles internos, com emissão de relatórios e pareceres com suas principais constatações

Nº Relatório	Principais Constatações
Relatório de Gestão	Informações incompletas sobre os dados da evolução histórica do consumo de energia elétrica e água no âmbito das unidades que compõem o relatório de gestão da Instituição.
Relatório de auditoria nº 019 – Relatório de Gestão	Discrepância na elaboração das metas físicas e financeiras para o ano 2012.
Relatório de auditoria nº 020 Contabilidade e Finanças	Diferença entre os dados sintéticos da contabilidade, confrontados com os dados do inventário.
Relatório de auditoria nº 020 - Contabilidade e Finanças	Pendência de valores para devolução de diárias.
Relatório de auditoria nº 021 – PROAD	Inexistência de realização de pesquisa de preços, a fim de verificar a vantajosidade na manutenção de determinados contratos (termos aditivos)
Relatório de auditoria nº 021 – PROAD	Inexistência de autorização prévia específica, pela autoridade competente, para a prorrogação do contrato e consequente celebração do termo aditivo.
Relatório de auditoria nº 021 – PROAD	Inexistência de documentos comprobatórios da manutenção das mesmas condições de habilitação, exigidas na licitação, e da regularidade fiscal e trabalhista da empresa, na elaboração do primeiro Termo Aditivo de determinado contrato.
Relatório de auditoria nº 021 – PROAD	Inexistência de ato decisório específico, por parte da autoridade competente, a respeito das solicitações de repactuação dos valores do contrato feitas pela empresa contratada.
Relatório de auditoria nº 021 – PROAD	Repactuações de valores contratuais previstas no contrato 44/2009, são feitas através de Termos Aditivos, quando há permissão legal para serem realizadas por apostilamento.
Relatório de auditoria nº 021 – PROAD	Inexistência de autorização motivada, por parte da autoridade competente, relativa aos Termos Aditivos em determinadas renovações de contratos.

Relatório de auditoria n ° 021 – PROAD	Dificuldade na verificação da conformidade dos tributos, contribuições e cálculos de valores referentes à folha de pagamento dos empregados de empresas contratadas por parte da fiscalização. Falta de apoio técnico de um contador na Coordenação Administrativa da Unidade auditada.
Relatório de auditoria n ° 022 – CMP	Ocorrência de compras públicas na modalidade de dispensa de licitação que não correspondem às situações previstas no Art. 24 da Lei Federal N° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores.
Relatório de auditoria n ° 022 – CMP	Aquisição de móvel em inconformidade - A compra não obedeceu aos procedimentos de compras da Instituição, conforme Manual de Compras da UNIPAMPA.
Relatório de auditoria n ° 022 – CMP	Contratação não prevista na legislação vigente para a modalidade de dispensa de licitação - processo de compra não obedeceu aos procedimentos de compras da Instituição conforme Manual de Compras da UNIPAMPA, Pedido de Compra N° 14/2013.
Relatório de auditoria n ° 022 – CMP	Existência de cópias reprográficas sem autenticação nos seguintes processos administrativos de dispensas de licitações: N° 23100.001952/2012-60, exceto da Consulta Nota de Dotação e Nota de Empenho; N° 23100.002123/2012-02 e a autorização de dispensa, do certificado de regularidade do FGTS, do e-mail, da consulta de nota de dotação e da nota de empenho.
Relatório de auditoria n ° 022 – CMP	Falta de assinatura do Autorizador pela Unidade solicitante no formulário de pedido de Compras N° 18/2012, conforme regra do Manual de Compras da Instituição.
Relatório de auditoria n ° 022 – CMP	Prazo de validade da declaração de regularidade fiscal “receita” vencido quando do encerramento do pregão eletrônico N° 005/2013.
Relatório de auditoria n ° 022 – CMP	Devolução de pedidos de compras pela existência de erros nos formulários, que dificultam o processo de compras públicas, retardando a satisfação das necessidades dos <i>Campi</i> , pedidos enviados à Divisão de Licitações até 03 (três) meses após a data de emissão, com perda da validade das cotações de preços.
Relatório de auditoria n ° 023 – Gestão de Pessoas	Diferença entre o valor a ser ressarcido dos bilhetes de passagens rodoviárias e o valor pago pela Universidade a servidor no valor a maior de R\$140,00.
Relatório de auditoria n ° 023 – Gestão de Pessoas	Não apresentação dos formulários de “Declaração de Frequência” e de “Declaração de Nada Consta”, assinados pela chefia, relativos aos servidores desligados por Rescisão Contratual, e do formulário de “Declaração de Nada Consta” dos servidores desligados por Redistribuição. Processos com despacho do Gabinete da Reitoria solicitando ao diretor do campus respectivo “que sejam apensados o parecer analítico examinado pelo Conselho do Campus e demais documentos que consubstanciem a justificativa da decisão em tela. Também, se faz necessária a informação sobre a participação do servidor em projetos de ensino, pesquisa e extensão”.
Relatório de auditoria n ° 023 –Gestão de Pessoas	Processos analisados na auditoria sem declaração da chefia sobre a ocorrência do disposto no Art. 95, §2º, da Lei 8.112/90, que trata da impossibilidade de concessão de exoneração ao servidor beneficiado com afastamento para estudo fora do país, ressalvada a hipótese de ressarcimento da despesa havida com o seu afastamento. Processos sem a declaração da chefia sobre o Art. 96-A, §§ 4º e 5º, que tratam da impossibilidade de concessão de exoneração ao servidor beneficiado com afastamento para participar em programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em instituição de ensino superior no País, ressalvada a hipótese de ressarcimento dos gastos com seu aperfeiçoamento.

Relatório de auditoria n ° 023 – Gestão de Pessoas	<p>Servidor, cuja progressão ocorreu em 08/10/2012, não apresentou ainda o Diploma de conclusão do curso de doutorado, nem assinou o Termo de Compromisso de Entrega de Documentos, conforme determina a PROGESP, nas instruções para a solicitação da progressão no link http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/cds/files/2010/07/Instrucoes-Promocao-Docente.pdf Na falta do diploma de Doutor, o docente pode apresentar uma “Declaração padrão de conclusão de curso” expedida pela Unidade responsável pela emissão do Título. Nesse caso, o docente deve também assinar o “Termo de Compromisso de Entrega de Documentos”, que o obriga a entregar a cópia do diploma assim que o obtiver.</p>
Relatório de auditoria n ° 024 – Frotas	<p>Os dados e informações sobre a manutenção e o consumo de combustível estão disponíveis nos sistemas de gerenciamento de frota e de abastecimentos, em forma de relatórios operacionais e gerenciais, porém não há compilação de dados gerenciais disponíveis na divisão de frota e logística.</p>
Relatório de auditoria n ° 024 – Frotas	<p>Processos selecionados como amostra de substituição de peças e realização de serviços sem efetiva comprovação da vantajosidade para a administração, ou seja, não houve comprovação suficiente do menor preço ou justificativa para aquisição pelo maior valor na rede credenciada.</p>
Relatório de auditoria n ° 024 – Frotas	<p>Processos que compõem a amostra selecionada, com serviços (vários) realizados fora da cidade de lotação do veículo, sem justificativa que comprove melhor custo-benefício na realização do serviço distante do campus.</p>
Relatório de auditoria n ° 024 – Frotas	<p>Processo verificado na amostra da auditoria com despesas com a substituição de lâmpadas fora do padrão para um período de três semestres.</p>
Relatório de auditoria n ° 024 – Frotas	<p>Falta de dados e informações próprios, disponíveis para consulta imediata, ou gerados pelo sistema de gerenciamento, de forma a permitir avaliações precisas sobre o valor gasto com manutenção dos veículos e suas totalizações por ano, por unidade de lotação, etc...</p>
Relatório de auditoria n ° 024 – Frotas	<p>Inobservância da legislação pertinente no que se refere à definição para fins de manutenção ou desfazimento.</p>
Relatório de auditoria n ° 024 – Frotas	<p>Processos de substituição de pneus, selecionados como amostra, cuja aquisição não ocorreu na empresa com o menor valor de orçamento, não constando no processo justificativa que subsidie a decisão.</p>
Relatório de auditoria n ° 024 – Frotas	<p>Processos que compõem a amostra selecionada, de vários serviços realizados fora da cidade de lotação do veículo, sem justificativa que comprove melhor custo-benefício na realização do serviço distante da unidade.</p>
Relatório de auditoria n ° 024 – Frotas	<p>Resumos obtidos pelo sistema de manutenção contratado que apontam a substituição de pneus em uma mesma empresa da cidade sede da UNIPAMPA, sendo no 1º semestre de 2012 - 81,48%, no 2º semestre de 2012 - 80,64% e no 1º semestre de 2013 - 80,00% do volume total.</p>
Relatório de auditoria n ° 024 – Frotas	<p>Depósito no prédio da Hortec de 45 carcaças, sendo que o volume de substituições efetuadas no ano de 2012 e 1º semestre de 2013 totalizam 198 pneus de diversos modelos e bitolas.</p>
Relatório de auditoria n ° 025 - Orçamento	<p>Auditoria em andamento, fechamento previsto para 1º trimestre de 2014, após o encerramento do ciclo orçamentário e análises dos gestores sobre a aplicação dos recursos.</p>
Relatório de constatação nº01/2013 – Licitações – coffe break projeto extensão	<p>Necessário planejamento de aquisição de material de consumo e/ou serviço para atender às necessidades de realização de coffe-breaks em atividades de projetos, com base em um padrão definido por responsável técnico para a institucionalização, buscando a isonomia nos eventos.</p>

Relatório de constatação nº 02/2013 – Motoristas do Campus Jaguarão	Motoristas: preenchimento incompleto na Planilha de Uso de Veículo Oficial, sem a anotação dos intervalos que ocorrem nas viagens, mesmo quando essas duram mais de um dia; preenchimento do ponto em horários maiores dos que efetivamente constam na planilha; caso de preenchimento completo do ponto em dois feriados no mês de novembro, apesar de não constar autorização nem movimentação de nenhum veículo; em várias ocasiões não é observado o intervalo mínimo de 11h entre cada jornada.
Relatório de constatação nº 02/2013 – Motoristas do Campus Jaguarão	Horas extras: observou-se que os gastos com horas extras do serviço de motoristas do campus foram de R\$ 4.093,35 em outubro, R\$ 7.913,23 em novembro e de R\$ 3.639,91 em dezembro, inferindo-se daí que não há o uso da possibilidade de compensação de horas extras nem do intervalo para descanso de até 5 horas em até dois períodos.
Relatório de constatação nº 02/2013 – Motoristas do Campus Jaguarão	Deficiências de preenchimento, tais como ausência de anotação dos percursos intermediários em cada viagem; viagem que começa num dia e termina em outro sem serem especificados quais os horários que o veículo foi utilizado; falta de anotação dos intervalos em que o veículo não está sendo utilizado durante as viagens. Não há na planilha espaço para assinatura do responsável pela viagem (aquele que usa efetivamente o veículo), mas apenas o espaço “autorizado por”, onde consta sempre, escrito pelo motorista, o nome da servidora que autorizou a viagem.
Relatório de constatação nº 02/2013 – Motoristas do Campus Jaguarão	Falhas aparentes na conferência do preenchimento do cartão ponto dos motoristas; provavelmente não houve compensação (limitada a 50% do total) das horas extras realizadas pelos motoristas do campus; em várias ocasiões não foi observado o intervalo mínimo entre jornadas do motorista, que é de 11h; não são utilizados os intervalos possíveis para descanso (máximo de 5 horas em até dois períodos), com a liberação do motorista e conseqüente diminuição de horas extras; autorização de viagem com dois motoristas no mesmo veículo, em que nenhum é liberado durante toda a viagem; inexistência de anotação de controle da entrada e saída dos veículos do campus, por parte dos vigilantes, em livro próprio.
Relatório de constatação nº 02/2013 – Motoristas do Campus Jaguarão	Nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2012, foram realizadas 107 viagens a outros municípios pelos veículos do campus. Foram selecionadas, para análise, 15 viagens a Porto Alegre para o transporte de apenas 1(um) passageiro. Essas viagens resultaram, em relação aos veículos, num total de 12.872 km rodados, 1.232,99 litros consumidos de combustível, totalizando R\$ 3.612,57, além de um valor de manutenção estimado em R\$ 948,73. Relativo aos gastos com motoristas foram R\$ 2.003,85 em horas extras (pagas em relação ao valor do posto de trabalho e não ao salário do motorista) e R\$ 1.600,00 com diárias.
Relatório de constatação nº 03/2013 – Equipamento para Campus Bagé	Falta de planejamento com relação à aquisição de equipamentos que necessitam de instalação para obter sua efetiva finalidade e inobservância de preceitos legais e procedimentos internos no recebimento provisório e definitivo dos equipamentos. Equipamentos pendentes de instalação.

Fonte: AUDIN

9.3.3. Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência

O monitoramento das recomendações, tanto dos órgãos internos e externos do governo federal quanto da Auditoria Interna, está sendo aperfeiçoado, com o intuito de criar mecanismos que possam efetivamente controlar o seu atendimento.

Atualmente, a Auditoria Interna realiza monitoramento junto aos gestores responsáveis pela implementação das recomendações, realizadas através de planos de providência, sendo observado que, na maioria das situações, a sugestão é acatada e implementada.

9.3.4. Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna

As recomendações realizadas pela Auditoria Interna são informadas aos gestores através dos planos de providência, havendo o monitoramento para verificação da efetiva implantação. A AUDIN está aprimorando esses mecanismos de acompanhamento das recomendações para que se produzam os resultados esperados.

9.3.5. Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna

O efetivo resultado do trabalho da auditoria está condicionado ao atendimento das recomendações realizadas, sendo que a AUDIN ainda não dispõe de um sistema informatizado para realizar o monitoramento. A partir de setembro de 2013, a AUDIN começou a utilizar recursos do Sistema de Gestão Unificada de Recursos Institucionais – GURI, para a tramitação de documentos, como notas de auditoria, planos de providência, relatórios de auditoria, relatórios de constatação, solicitação de auditoria e solicitação de documentos e informações. Esse recurso informatizado facilitou a tramitação dos documentos e o controle dos trabalhos da auditoria, restando pendente, para um melhor acompanhamento das recomendações, o desenvolvimento de um sistema informatizado de controle específico das sugestões de melhoria nos processos auditados.

9.3.6. Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações

A Auditoria Interna encaminha à Reitora e ao Vice-Reitor o relatório de auditorias realizadas, em que constam as constatações e as recomendações, bem como aos gestores das áreas auditadas. O encaminhamento está ocorrendo pelo sistema GURI, sendo que os relatórios e planos de providência são encaminhados aos gestores das áreas auditadas para que avaliem e implementem as recomendações.

9.3.7. Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna

Com o encaminhamento dos relatórios de auditoria à Reitora e ao Vice-Reitor, a AUDIN dá ciência à alta gestão dos trabalhos realizados, estando em constante contato, prestando assessoramento à gestão. Além disso, a AUDIN participa das reuniões com os pró-reitores e gestores das unidades universitárias, realizadas mensalmente, em que são abordados assuntos relacionados aos controles e a gestão de riscos.

9.4. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.4.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 87 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	248	194	252
	Entregaram a DBR	248	194	252
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: PROGESP

9.4.2. Situação do Cumprimento das Obrigações

O cumprimento das obrigações é efetuado na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal no momento da posse dos servidores através do preenchimento do formulário de “Autorização de Acesso às Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física”. A entrega do formulário é efetuada de forma física, não possuímos sistema informatizado para esse gerenciamento, sendo as mesmas arquivadas nas pastas funcionais dos servidores.

9.5. Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

O Ato Normativo nº 003 – PROAD, vigente desde o dia 20 de dezembro de 2013, tem como objetivo de ser um procedimento para apuração de responsabilidade nos casos de danos ao erário referente a atrasos nos pagamentos de documentos fiscais e recolhimento de tributos que implicar em prejuízo de pequeno valor, utilizando para isso o Termo circunstanciado Administrativo. Com intuito de estabelecer os procedimentos para apuração de responsabilidade referente a prejuízos ao erário não enquadrados em extravios ou danos dos bens públicos, mas agindo de forma análoga a IN 04 da CGU.

9.6. Alimentação SIASG E SICONV

Quadro 88 - Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG

DECLARAÇÃO

Eu, Domingos de Mello Aymone Filho, CPF nº 610.067.340-15, Coordenador de Material e Patrimônio – CMP da Pró-Reitoria de Administração – PROAD, exercido na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Bagé, 24 de janeiro de 2014.

Domingos de Mello Aymone Filho
CPF nº 610.067.340-15
Coordenador de Material e Patrimônio
Pró-Reitoria de Administração
Universidade Federal do Pampa

Quadro 89 - Declaração de inserção e atualização de dados no SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, JOSIANE DOS SANTOS SOUZA BORGES, CPF nº 939.167.520-49, Coordenadora da Assessoria de Relações Institucionais, exercido na Universidade Federal Do Pampa declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Bagé, 17 de janeiro de 2014.

Josiane dos Santos Souza Borges
CPF nº 939.167.520-49
Coordenadora da Assessoria de Relações Institucionais

10.RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

10.1. Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.

A UNIPAMPA, comprometida com o relacionamento com a sociedade, formalizou a instalação da Ouvidoria a partir da Resolução nº 40/2011 do Conselho Universitário (CONSUNI). As atividades da Ouvidoria iniciaram oficialmente em 1º de outubro de 2012. Em junho de 2013, o CONSUNI aprovou a Resolução nº 59/2013 que estabelece o Regimento da Ouvidoria.

A Ouvidoria configura-se como um canal de acesso e diálogo entre os cidadãos e a Universidade. A comunidade pode contatar o setor através dos seguintes canais: formulário eletrônico disponível no portal da Universidade, e-mail, telefone ou pessoalmente, para fins de registrar dúvidas, denúncias, reclamações, elogios, sugestões, críticas, opiniões, comentários.

Ao receber as manifestações, a Ouvidoria busca as respostas, informações, orientações, explicações e esclarecimentos necessários para o devido atendimento ao cidadão, interagindo com as demais áreas da Universidade para o efetivo atendimento das demandas.

A Ouvidoria apresenta relatórios semestrais sobre o atendimento às demandas, conforme prevê o art. 6º da Resolução nº40/2011. Os relatórios completos estão disponíveis para acesso no *site* da Ouvidoria. A seguir, estão apresentadas as principais informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas da Ouvidoria no ano de 2013.

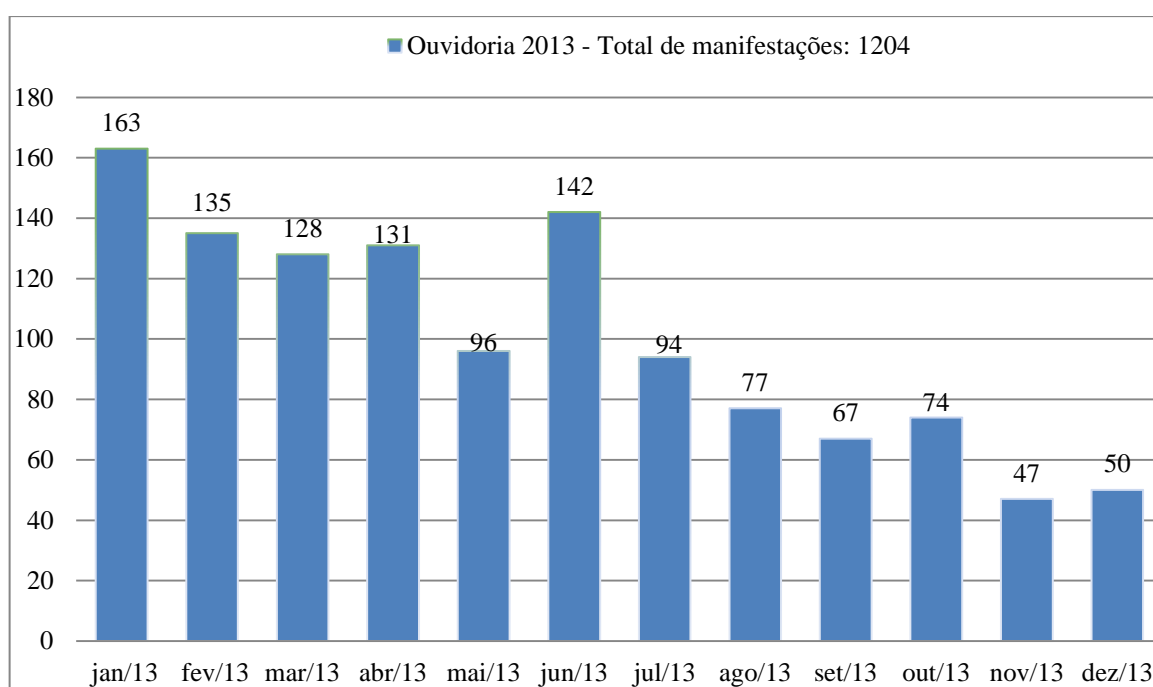


Figura 19 - Ouvidoria 2013 - Manifestações recebidas por mês

Fonte: Ouvidoria

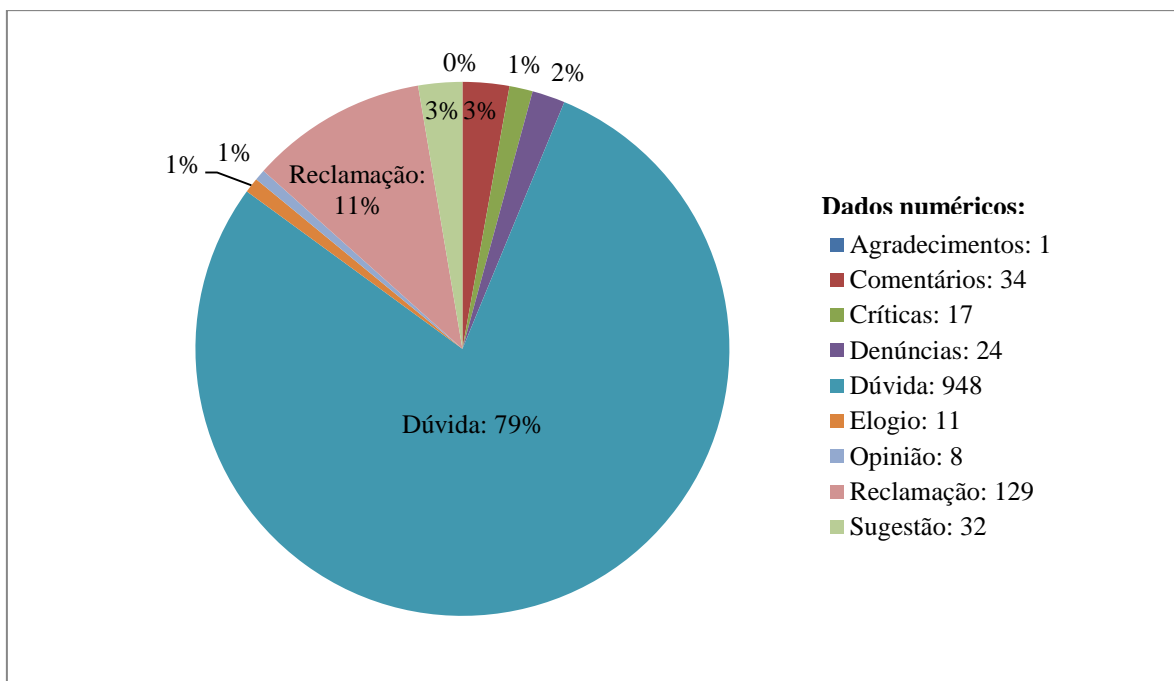


Figura 20 - Manifestações por categorias recebidas pela Ouvidoria em 2013
 Fonte: Ouvidoria

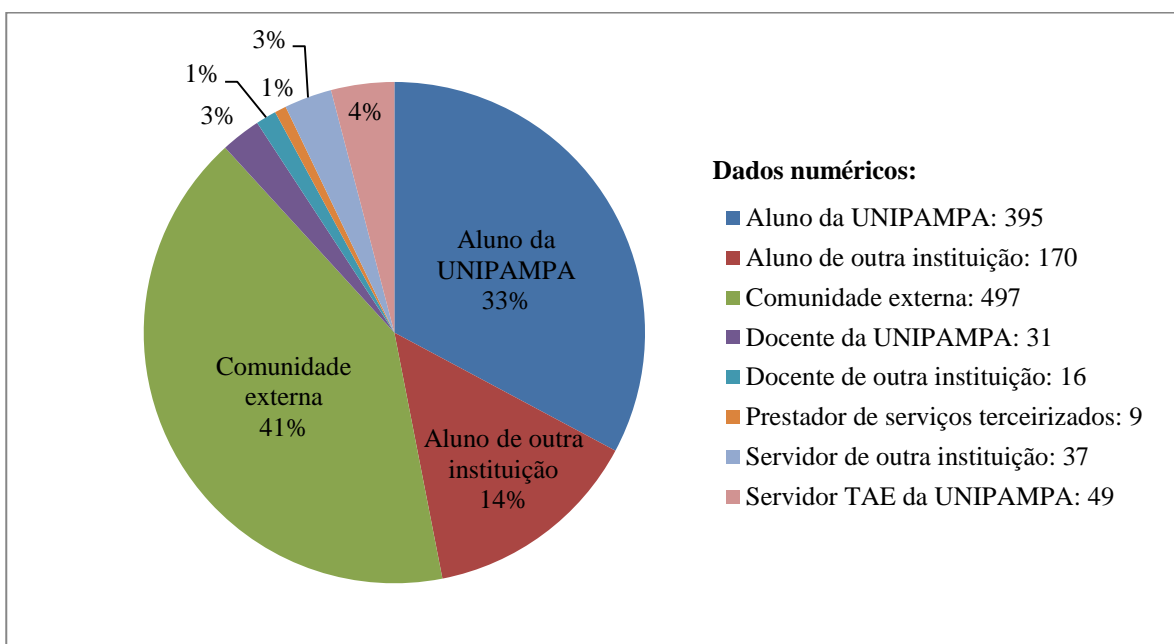


Figura 21 - Grupos de usuários da Ouvidoria em 2013
 Fonte: Ouvidoria

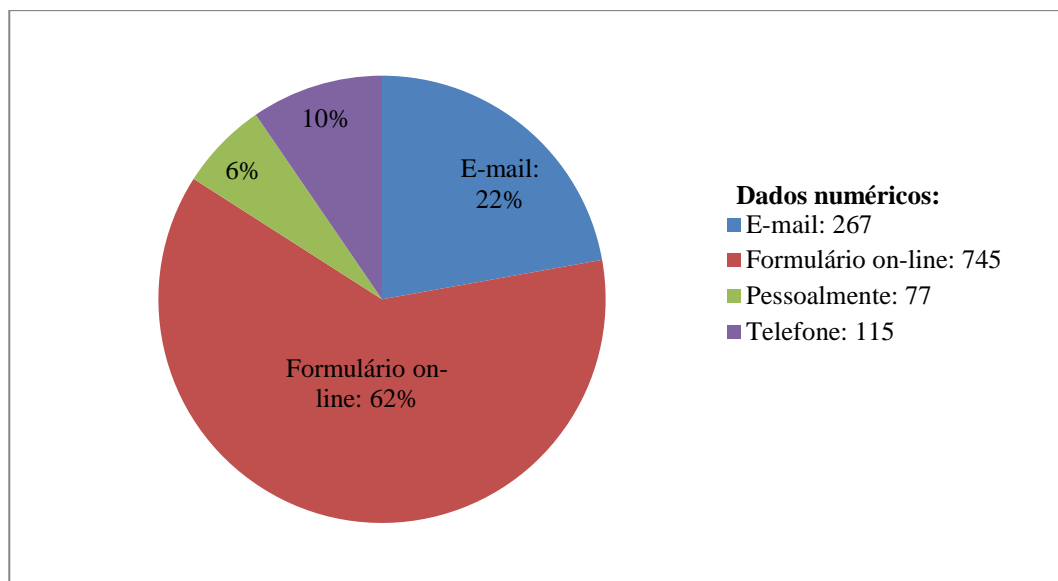


Figura 22 - Meios de acesso utilizados pelos cidadãos para contatar a Ouvidoria em 2013

Fonte: Ouvidoria

A população também pode solicitar informações através do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) da Universidade. Desde o dia 16 de maio de 2012, a UNIPAMPA passou a disponibilizar mais esse canal de acesso, em atendimento à Lei nº 12.527/2011. Os cidadãos podem solicitar informações por meio do sistema do e-SIC, e-mail, telefone ou pessoalmente.

10.2. Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade

Em agosto de 2013, a Ouvidoria começou a aplicar pesquisa de satisfação quanto ao atendimento prestado ao cidadão. Inicialmente, foi elaborada uma pesquisa-piloto com o intuito de verificar a aplicabilidade do instrumento, realizar as adaptações necessárias ao questionário e validá-lo.

10.3. Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade

A Ouvidoria foi implantada recentemente e a pesquisa de satisfação ao usuário está sendo implantada, porém ainda não há dados suficientes para responder a este questionamento.

11.INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Não se aplica à Universidade.

11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1. Declaração com Ressalva

Quadro 90 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA			154359
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, regidos pela Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e pela norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2013, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Bens móveis registrados no ativo imobilizado, pelo fato do sistema GURI – Gestão Unificada de Recursos Institucionais – Módulo Patrimônio, apresentado pela Divisão de Patrimônio da UNIPAMPA estar em fase de implantação, cujo relatório extraído do módulo patrimônio citado acima, de nome, “Valor Atualizado por Sub Elemento”, constar de valores ainda incompletos. A Divisão de Patrimônio da UNIPAMPA entregou também o inventário de bens móveis no sistema antigo (Excel), haja vista que os valores estão sendo extraídos deste relatório e inseridos no sistema novo (Guri), neste sentido, foi feito a soma dos dois relatórios, cuja soma ainda apresenta divergências com o que está registrado no imobilizado do SIAFI.</p> <p>Com base com o que foi relatado acima apresentamos esta declaração com ressalva no que se refere à parte patrimonial de bens móveis desta unidade.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Bagé/RS	Data	21/01/14
Contador Responsável	Gilmar Brondani	CRC n.º	CRC/RS 42.262

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

A Coordenadoria de Obras realizou fiscalização dos contratos vigentes e novos contratos no ano de 2013. Existem contratos firmados em 2011 e 2012 ainda vigentes além dos novos contratos firmados no ano. A Tabela 32 apresenta os contratos já assinados.

Tabela 32 - Relação de contratos fiscalizados no ano de 2013

Contrato	Descrição - Campus	Situação
44/2011	CIP – Centro Interpretação do Pampa – Jaguarão	Em andamento
68/2011	Acadêmico III - São Gabriel	Em andamento
74/2011	Acadêmico - Itaqui	Em andamento
76/2011	Acadêmico – São Borja	Em andamento
26/2012	Urbanização – Itaqui	Paralisado
27/2012	Cantina – Dom Pedrito	Em andamento
31/2012	Fitotecnia II – Itaqui	Em andamento
35/2012	Urbanização – Jaguarão	Rescindido
37/2012	Cercamento – Alegrete	Em recebimento
39/2012	Complexo Enológico – Dom Pedrito	Em andamento
41/2012	Cantina – Bagé	Em recebimento
42/2012	RU – Restaurante Universitário – Bagé	Em recebimento
43/2012	Reforma Maristinha – Santana Livramento	Em andamento
44/2012	Laboratório de Química – Caçapava do Sul	Em andamento
45/2012	LATRAM – Caçapava do Sul	Em andamento
48/2012	Expansão do Prédio – Santana do Livramento	Em andamento
49/2012	Urbanização – Alegrete	Em andamento
52/2012	Biotério – Itaqui	Em andamento
53/2012	Cercamento – Dom Pedrito	Em recebimento
54/2012	ARQ Conjunta	Em andamento
55/2012	AS Built	Em andamento
56/2012	As Built	Em andamento
08/2013	Reforma Edifício 100/200/400 – Gás- Uruguiana	Em andamento
10/2013	SPDA – Caçapava do Sul	Em recebimento
18/2013	Reforma de Bagé	Em andamento
34/2013	Reforma Tanques Aquicultura – Uruguiana	Em andamento
35/2013	Fiscalização Terceirizada – todos <i>campi</i>	Em andamento
38/2013	Rede Aérea e Subestação para Viveiros – São Gabriel	Em andamento
39/2013	Medição Média Tensão – Estância do Pampa – Dom Pedrito	Em andamento

Fonte: PROPLAN

Além dos contratos listados, foram licitadas novas obras que devem ser iniciadas em janeiro de 2014. Essas obras são resultado do trabalho intenso da equipe em termos de atender às demandas de infraestrutura dos *campi*. Essas demandas resultaram nos projetos licitados e em outros que ficaram para o próximo exercício financeiro. A Tabela 33 mostra as licitações realizadas em 2013.

Tabela 33 - Licitações realizadas no ano de 2013

Tipo	Nº	Objeto	Resultado/Empresa	Nº Contrato
TP	02/2013	SPDA - Caçapava do Sul	Corfap Engenharia Elétrica Ltda	10/2013
TP	01/2013	Reforma prédio 100/200/400 Uruguiana	Construtora Henzek Ltda	08/2013
TP	03/2013	Reforma telhado Reitoria - Osório	Deserta	-
TP	04/2013	Reforma tanques aquicultura - Uruguiana	JN Ribeiro Construções e Cia Ltda	34/2013

TP	05/2013	Adequações/Reformas no Campus Bagé	Sistema Engenharia Ltda	18/2013
TP	06/2013	Reforma no telhado do prédio da Reitoria	Deserta	-
TP	07	Rede aérea de distribuição e da subestação de energia elétrica para alimentação do viveiro do Campus São Gabriel	Sete Construções Ltda	38/2013
TP	08	Medição em média tensão, rede aérea de distribuição e subestação de energia elétrica para a Estância do Pampa	Sete Construções Ltda	39/2013
TP REVOGADA	10	Drenagem e pavimentação do Campus São Borja	Revogada	-
TP	09	Rede de média tensão e subestação de energia elétrica para o Campus Dom Pedrito	Fucks Construções Ltda	76/2013
CC	06	Conclusão do prédio do Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação – NTIC	Construtora Sotrin Ltda	57/2013
CC	04	Conjunto de incubadoras Pampatec	Pórtico Engenharia Ltda	61/2013
TP	12	Pavilhão da Paleontologia	Construtora Sotrin Ltda	56/2013
TP	13	Cantina Itaqui	Deserta	-
TP	14	Cantina Caçapava	Deserta	-
TP	15	Drenagem e Pavimentação do Campus São Borja	Moro Construções Ltda	65/2013
CC	08	Prédio Adm. - 2ª fase Itaqui	Hartmann Engenharia Ltda	70/2013
CC	09	Prédio Adm. - 2ª fase São Borja	Horizonte Comercial de Material de Construções Ltda	72/2013
CC	11	Casa do estudante Bagé	Deserta	-
CC	12	Casa do estudante Itaqui	Hartmann Engenharia Ltda	66/2013
CC	10	Nupevi Uruguaiana	Hartmann Engenharia Ltda	71/2013
CC	13	Casa do estudante São Borja	Horizonte Comercial de Material de Construções Ltda	74/2013
CC	14	Casa do estudante São Gabriel	Construtora Sotrin Ltda	59/2013
CC	15	Casa do estudante Alegrete	Construtora Sotrin Ltda	60/2013
CC	07	Lab. Engs. Alegrete	Construtora Sotrin Ltda	58/2013
CC	16	Casa do estudante Dom Pedrito	Deserta	-
CC	17	Casa do estudante Jaguarão	Marsou Engenharia Ltda	62/2013
CC	18	Casa do estudante Uruguaiana	Hartmann Engenharia Ltda	67/2013
CC	22	Prédio acadêmico I Jaguarão	Marsou Engenharia Ltda	63/2013
CC	19	Prédio acadêmico I Dp	Deserta	-
CC	20	Prédio acadêmico Caçapava	Hartmann Engenharia Ltda	68/2013
CC	21	Prédio acadêmico IV Itaqui	Hartmann Engenharia Ltda	69/2013

Fonte: PROPLAN

A fim de garantir a fiscalização dos contratos de obra apresentados nas Tabelas 32 e 33, buscou-se a contratação de empresa terceirizada de fiscalização de obras. Esse contrato nº 35/2013 permitirá maior eficiência à equipe de fiscalização.

A equipe tem trabalhado para regularizar junto às prefeituras e corpo de bombeiros a situação de todos os prédios da Universidade. As novas obras licitadas já foram ou estão sendo

encaminhadas a estes órgãos. Da mesma forma, prédios executados anteriormente estão tendo sua situação regularizada.

Buscando ainda a capacitação da equipe técnica das Coordenadorias de Obras e Manutenção, foi promovido um curso de Acessibilidade Arquitetônica, Fiscalização e Controle de Contratos.

13. Indicadores de Desempenho das IFES nos Termos da Decisão TCU nº 408/2002 – Plenário e Modificações Posteriores

13.1. Indicadores de Desempenho das IFES nos Termos da Decisão TCU nº 408/2002 – Plenário e Modificações Posteriores

Quadro 91 - Resultados dos indicadores primários – Decisão TCU n.º 408/2002

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2013	2012	2011	2010	2009
Custo corrente com HU (Hospitais Universitários)	R\$ 161.745.241,42	R\$ 122.802.325,99	R\$ 118.229.424,81	R\$ 124.459.980,17	-
Custo corrente sem HU (Hospitais Universitários)	R\$ 161.745.241,42	R\$ 122.802.325,99	R\$ 118.229.424,81	R\$ 124.459.980,17	-
Número de professores equivalentes	662,50	602,00	538,50	401,00	-
Número de funcionários equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	955,00	858,25	849,00	726,00	-
Número de funcionários equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	955,00	858,25	849,00	726,00	-
Total de alunos regularmente matriculados na graduação (AG)	9857,00	9130,00	7049,00	6009,00	-
Total de alunos na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	160,00	130,00	65,00	10,00	-
Alunos de Residência Médica (AR)	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Número de alunos da graduação em tempo Integral (AGTI)	2213,14	1938,23	1629,02	1642,00	-
Número de alunos equivalentes da graduação (AGE)	3551,28	3217,06	2547,72	2621,00	-
Número de alunos da pós-graduação em tempo integral (APGTI)	320,00	260,00	130,00	20,00	-
Número de alunos tempo integral da residência médica (ARTI)	0,00	0,00	0,00	0,00	-

Fonte: PROPLAN

13.2. Resultado dos Indicadores de Desempenho das IFES

Quadro 92 - Resultados dos indicadores da decisão TCU n.º 408/2002

INDICADORES DECISÃO TCU 408/2002 - P	EXERCÍCIOS				
	2013	2012	2011	2010	2009
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	R\$ 42.438,51	R\$ 35.317,84	R\$ 44.153,02	R\$ 47.485,68	-
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	R\$ 42.438,51	R\$ 35.317,84	R\$ 44.153,02	R\$ 47.485,68	-
Aluno Tempo Integral / Professores Equivalente	3,82	3,65	3,27	4,09	-
Aluno Tempo Integral / Funcionários Equivalente com HU	2,65	2,56	2,07	2,26	-
Aluno Tempo Integral /	2,65	2,56	2,07	2,26	-

Funcionários Equivalente sem HU					
Funcionários Equivalente com HU / Professores Equivalente	1,44	1,43	1,58	1,81	-
Funcionários Equivalente sem HU / Professores Equivalente	1,44	1,43	1,58	1,81	-
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,22	0,21	0,23	0,29	-
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,02	0,01	0,01	0,00	-
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,00	3,00	3,00	3,00	-
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,11	4,16	4,11	4,24	-
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	35,02%	40,51%	42,34%	4,86%	-

Fonte: PROPLAN

13.3. Análise dos Resultados dos Indicadores de Desempenho das IFES

A Universidade é uma instituição em consolidação na qual 32 cursos de graduação foram criados nos últimos quatro anos, o que equivale a mais de 50% dos seus cursos em funcionamento e dadas as particularidades do cálculo estes não foram considerados, pois ainda não formaram suas primeiras turmas.

Eventos ocorridos no exercício de 2012 tiveram reflexos ainda neste exercício: a greve dos servidores (técnico-administrativos e docentes) prejudicou consideravelmente a ampliação do número de discentes na Instituição. Houve um alto índice de evasão no período que refletiu, conseqüentemente, na taxa de sucesso da graduação (TSG) que decresceu 5 pontos percentuais em relação ao ano anterior, apesar dos índices de número de alunos equivalentes na graduação (AGE) e o Total de alunos regularmente matriculados na graduação (AG) terem aumentado em 10,39% e 7,96%, respectivamente.

A implantação de cursos de pós-graduação na Universidade também é recente e está em expansão apresentando programas de pós-graduação acadêmicos e profissionais que ainda não passaram por avaliação da CAPES. Os dados referentes à pós-graduação vêm crescendo a permitirem que o índice de alunos da pós-graduação em tempo integral (APGTI) fosse elevado em 23,07% em relação a 2012.

O Custo Corrente e o Custo Corrente/Aluno Equivalente vêm crescendo na medida em que novas instalações, equipamentos, materiais e serviços são necessários pela comunidade acadêmica. Nesse sentido, sendo uma instituição *multicampi* e ainda em implantação se ressalta que em apenas novas obras e na aquisição de imóveis foi utilizado 13,71% do orçamento total da Instituição.

Merece destaque positivamente o alto índice de qualificação do corpo docente (QCD), pois está muito próximo dos apresentados por instituições de referência no Brasil. Também com relação ao corpo docente se observou que quantitativamente o número de docentes equivalentes e servidores técnico-administrativos cresceu respectivamente 10,05% e 11,27% para atender às atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão.

Nos próximos anos, novos cursos de graduação e pós-graduação começarão a fazer parte desses indicadores ao formarem suas primeiras turmas e estes poderão ser mais adequados, sem as distorções provenientes dos cursos não incluídos no cálculo.

CONCLUSÃO

O Relatório de Gestão apresentado e as análises por ele suscitadas revelam que a UNIPAMPA tem alcançado importantes resultados no âmbito dos indicadores de avaliação externa, refletidos nos conceitos preliminares dos cursos que atingiram notas iguais ou superiores a 4, sendo a nota máxima 5. Outro avanço significativo pode ser observado na ampliação dos cursos de Pós-graduação, o que tem sido uma constante no desenvolvimento Institucional.

O ano de 2013 foi marcado pela participação da comunidade acadêmica nos processos de planejamento da instituição e pelo avanço da consolidação das atividades voltadas para o ensino, a pesquisa, a extensão e a assistência estudantil, como forma de combater os índices de retenção e evasão.

Merece destaque o esforço da gestão em garantir melhores condições de trabalho e estudo à comunidade acadêmica, objetivando a equalização entre as unidades, sem perder de vista a particularidade de cada campus.

Nos próximos anos, seguiremos com foco e olhar atento na missão da UNIPAMPA. Na óptica acadêmica, o próximo exercício vislumbra a continuidade de ações que propiciem a redução da taxa de evasão e o aumento da taxa de sucesso nos Cursos de Graduação, bem como a intensificação da utilização da EaD nos cursos de Graduação.

Assim como novos desafios, dificuldades também virão, mas permanece a certeza na realização de trabalho de caráter coletivo.

ANEXO

PORTARIA Nº 367, DE 18 DE ABRIL DE 2013

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

REVOGAR a Portaria 1564, emitida em 30 de setembro de 2011, a Portaria 1684, emitida em 09 de novembro de 2011, e a Portaria 326, emitida em 25 de abril de 2012,

INSTITUIR a estrutura organizacional da Universidade Federal do Pampa:

- 1. Conselho Universitário**
 - 1.1. Secretaria do Conselho Universitário

- 2. Conselho Curador**
 - 2.1. Secretaria do Conselho Curador

- 3. Comissões Superiores**
 - 3.1. Gabinete das Comissões Superiores
 - 3.1.1. Secretaria das Comissões Superiores
 - 3.2. Comissão Superior de Ensino
 - 3.3. Comissão Superior de Pesquisa
 - 3.4. Comissão Superior de Extensão

- 4. Reitoria**
 - 4.1. Gabinete da Reitoria
 - 4.1.1. Chefia do Gabinete da Reitoria
 - 4.1.1.1. Secretaria Executiva
 - 4.1.1.1.1. Secretaria do Gabinete da Reitora
 - 4.1.1.1.2. Secretaria do Gabinete do Vice-Reitor
 - 4.1.1.2. Secretaria Administrativa

- 4.1.2 Assessoria de Relações Institucionais
- 4.1.3 Assessoria de Relações Internacionais
- 4.1.4 Assessoria de Comunicação Social
- 4.1.5 Auditoria Interna
- 4.1.6 Consultoria Jurídica
- 4.1.7 Ouvidoria
- 4.1.8 Núcleo Inclusão e Acessibilidade
- 4.1.9 Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal
- 4.1.10 Núcleo de Inovação Tecnológica
- 4.1.11 Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação
 - 4.1.11.1 Coordenadoria de Administração e Planejamento
 - 4.1.11.2 Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas
 - 4.1.11.3 Coordenadoria de Redes, Infraestrutura e Suporte
 - 4.1.11.4 Coordenadoria de Segurança da Informação e Comunicação
 - 4.1.11.5 Coordenadoria de Apoio ao Usuário
- 4.1.12 Coordenadoria de Processos Acadêmicos
 - 4.1.12.1 Divisão de Documentação Acadêmica
 - 4.1.12.2 Divisão de Afastamentos
- 4.1.13 Coordenadoria de Projetos Especiais
- 4.1.14 Coordenadoria do Sistema de Bibliotecas
- 4.1.15 Coordenadoria dos Laboratórios
- 4.1.16 Coordenadoria de Educação a Distância
- 4.1.17 Parque Científico e Tecnológico do Pampa
- 4.1.18 Hospital Universitário Veterinário

5 Pró-Reitoria de Graduação

- 5.1 Gabinete da Pró-Reitoria de Graduação
 - 5.1.1 Secretaria da Pró-Reitoria de Graduação
- 5.2 Coordenadoria de Desenvolvimento do Ensino de Graduação
 - 5.2.1 Divisão de Ensino de Graduação
 - 5.2.2 Divisão de Programas e Projetos de Ensino
- 5.3 Coordenadoria de Desenvolvimento Pedagógico
 - 5.3.1 Divisão de Apoio Pedagógico
 - 5.3.2 Divisão de Apoio à Formação Docente
- 5.4 Coordenadoria de Registros Acadêmicos
- 5.5 Coordenadoria de Processos Seletivos

6 Pró-Reitoria de Pesquisa

- 6.1 Gabinete da Pró-Reitoria de Pesquisa
 - 6.1.1 Secretaria da Pró-Reitoria de Pesquisa
 - 6.1.2 Núcleo de Execução e Acompanhamento de Projetos
 - 6.1.3 Comissão de Ética em Pesquisa
 - 6.1.4 Comissão de Ética no Uso de Animais
- 6.2 Coordenadoria de Pesquisa e Inovação
- 6.3 Coordenadoria de Iniciação Científica e Programas Institucionais

7 Pró-Reitoria de Pós-Graduação

- 7.1 Gabinete da Pró-Reitoria de Pós-Graduação
 - 7.1.1 Secretaria da Pró-Reitoria de Pós-Graduação

- 7.2 Coordenadoria de Ensino de Pós-graduação *lato sensu*
- 7.3 Coordenadoria de Ensino de Pós-graduação *stricto sensu*
 - 7.3.1 Divisão de Auxílios e Bolsas

8 Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

- 8.1 Gabinete da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
 - 8.1.1 Secretaria da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
- 8.2 Coordenadoria de Fomento a Projetos e Programas
 - 8.2.1 Divisão de Fomento a Projetos e Programas
 - 8.2.2 Divisão de Formação de Extensionistas
- 8.3 Coordenadoria de Cultura
 - 8.3.1 Divisão de Projetos de Cultura e Arte
 - 8.3.2 Divisão de Eventos Culturais e Artísticos
- 8.4 Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação
 - 8.4.1 Divisão de Acompanhamento à Formação Continuada de Profissionais da Educação Básica
 - 8.4.2 Divisão de Programas Institucionais

9 Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários

- 9.1 Gabinete da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários
 - 9.1.1 Secretaria da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários
- 9.2 Coordenadoria de Assuntos Estudantis
 - 9.2.1 Divisão de Apoio, Moradia e Alimentação
 - 9.2.2 Divisão de Programas, Benefícios e Auxílios
 - 9.2.3 Divisão de Acompanhamento ao Estudante
- 9.3 Coordenadoria de Assuntos Comunitários
 - 9.3.1 Divisão de Esporte, Lazer e Cultura

10 Pró-Reitoria de Administração

- 10.1 Gabinete da Pró-Reitoria de Administração
 - 10.1.1 Secretaria da Pró-Reitoria de Administração
 - 10.1.2 Comissão Permanente de Licitações
- 10.2 Coordenadoria de Contabilidade e Finanças
 - 10.2.1 Divisão de Contabilidade
 - 10.2.2 Divisão de Finanças
- 10.3 Coordenadoria de Logística e Serviços Terceirizados
 - 10.3.1 Divisão de Frota e Logística
 - 10.3.2 Divisão de Serviços Terceirizados
 - 10.3.3 Divisão de Protocolo Geral
- 10.4 Coordenadoria de Material e Patrimônio
 - 10.4.1 Divisão de Licitações
 - 10.4.2 Divisão de Contratos
 - 10.4.3 Divisão de Patrimônio
 - 10.4.4 Divisão de Almoxarifado

11 Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação

- 11.1 Gabinete da Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação
 - 11.1.1 Secretaria da Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação

- 11.2 Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento
 - 11.2.1 Divisão de Orçamento
 - 11.2.2 Divisão de Planejamento e Desenvolvimento
- 11.3 Coordenadoria de Avaliação
 - 11.3.1 Divisão de Dados Institucionais
 - 11.3.2 Divisão de Avaliação Institucional
 - 11.3.3 Divisão de Avaliação do Trabalho
- 11.4 Coordenadoria de Obras
 - 11.4.1 Divisão de Projetos Arquitetônicos
 - 11.4.2 Divisão de Projetos Complementares
 - 11.4.3 Divisão de Planejamento Urbanístico e Ambiental
 - 11.4.4 Divisão de Fiscalização de Obras
 - 11.4.5 Divisão de Fiscalização de Contratos de Obras
- 11.5 Coordenadoria de Manutenção
 - 11.5.1 Divisão de Manutenção Predial
 - 11.5.2 Divisão de Manutenção Elétrica
 - 11.5.3 Divisão de Manutenção de Equipamentos

12 Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal

- 12.1 Gabinete da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal
 - 12.1.1 Secretaria da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal
- 12.2 Coordenadoria de Administração de Pessoal
 - 12.2.1 Divisão de Cadastro e Registros Funcionais
 - 12.2.2 Divisão de Concessão de Pagamentos
 - 12.2.3 Divisão de Informações Gerenciais de Pessoal
 - 12.2.4 Divisão de Aposentaria e Pensão
- 12.3 Coordenadoria de Acompanhamento Funcional e Saúde
 - 12.3.1 Divisão de Acompanhamento Funcional
 - 12.3.2 Divisão de Saúde
 - 12.3.3 Divisão de Concursos

13 Campus Alegrete

- 13.1 Direção
 - 13.1.1 Secretaria da Direção
- 13.2 Coordenação Acadêmica
 - 13.2.1 Secretaria Acadêmica
 - 13.2.2 Comissão de Ensino
 - 13.2.3 Comissão de Pesquisa
 - 13.2.4 Comissão de Extensão
 - 13.2.5 Biblioteca
 - 13.2.6 Laboratórios
 - 13.2.7 Núcleo de Desenvolvimento Educacional
 - 13.2.8 Coordenação do Curso de Ciência da Computação
 - 13.2.9 Coordenação do Curso de Engenharia Civil
 - 13.2.10 Coordenação do Curso de Engenharia Elétrica
 - 13.2.11 Coordenação do Curso de Engenharia Mecânica
 - 13.2.12 Coordenação do Curso de Engenharia de Software
 - 13.2.13 Coordenação do Curso de Engenharia Agrícola
 - 13.2.14 Coordenação do Curso de Engenharia de Telecomunicações

- 13.2.15 Coordenação do Programa de Pós-graduação em Engenharia Elétrica
- 13.2.16 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia
- 13.3 Coordenação Administrativa
 - 13.3.1 Secretaria Administrativa
 - 13.3.2 Setor de Orçamento e Finanças
 - 13.3.3 Setor de Compras e Patrimônio
 - 13.3.4 Setor de Pessoal
 - 13.3.5 Setor de Infraestrutura

14 Campus Bagé

- 14.1 Direção
 - 14.1.1 Secretaria da Direção
- 14.2 Coordenação Acadêmica
 - 14.2.1 Secretaria Acadêmica
 - 14.2.2 Comissão de Ensino
 - 14.2.3 Comissão de Pesquisa
 - 14.2.4 Comissão de Extensão
 - 14.2.5 Biblioteca
 - 14.2.6 Laboratórios
 - 14.2.7 Núcleo de Desenvolvimento Educacional
 - 14.2.8 Coordenação do Curso de Engenharia de Alimentos
 - 14.2.9 Coordenação do Curso de Engenharia de Computação
 - 14.2.10 Coordenação do Curso de Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente
 - 14.2.11 Coordenação do Curso de Engenharia de Produção
 - 14.2.12 Coordenação do Curso de Engenharia Química
 - 14.2.13 Coordenação do Curso de Física
 - 14.2.14 Coordenação do Curso de Matemática
 - 14.2.15 Coordenação do Curso de Letras
 - 14.2.16 Coordenação do Curso de Química
 - 14.2.17 Coordenação do Curso de Música
 - 14.2.18 Coordenação do Programa de Pós-graduação no Ensino de Ciências
- 14.3 Coordenação Administrativa
 - 14.3.1 Secretaria Administrativa
 - 14.3.2 Setor de Orçamento e Finanças
 - 14.3.3 Setor de Compras e Patrimônio
 - 14.3.4 Setor de Pessoal
 - 14.3.5 Setor de Infraestrutura

15 Campus Caçapava do Sul

- 15.1 Direção
 - 15.1.1 Secretaria da Direção
- 15.2 Coordenação Acadêmica
 - 15.2.1 Secretaria Acadêmica
 - 15.2.2 Comissão de Ensino
 - 15.2.3 Comissão de Pesquisa
 - 15.2.4 Comissão de Extensão
 - 15.2.5 Biblioteca
 - 15.2.6 Laboratórios

- 15.2.7 Núcleo de Desenvolvimento Educacional
- 15.2.8 Coordenação do Curso de Geofísica
- 15.2.9 Coordenação do Curso de Ciências Exatas
- 15.2.10 Coordenação do Curso de Tecnologia em Mineração
- 15.2.11 Coordenação do Curso de Geologia
- 15.2.12 Coordenação do Curso de Engenharia Sanitária e Ambiental
- 15.3 Coordenação Administrativa
 - 15.3.1 Secretaria Administrativa
 - 15.3.2 Setor de Orçamento e Finanças
 - 15.3.3 Setor de Compras e Patrimônio
 - 15.3.4 Setor de Pessoal
 - 15.3.5 Setor de Infraestrutura

16 Campus Dom Pedrito

- 16.1 Direção
 - 16.1.1 Secretaria da Direção
- 16.2 Coordenação Acadêmica
 - 16.2.1 Secretaria Acadêmica
 - 16.2.2 Comissão de Ensino
 - 16.2.3 Comissão de Pesquisa
 - 16.2.4 Comissão de Extensão
 - 16.2.5 Biblioteca
 - 16.2.6 Laboratórios
 - 16.2.7 Núcleo de Desenvolvimento Educacional
 - 16.2.8 Coordenação do Curso de Zootecnia
 - 16.2.9 Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócios
 - 16.2.10 Coordenação do Curso de Enologia
 - 16.2.11 Coordenação do Curso de Ciências da Natureza
- 16.3 Coordenação Administrativa
 - 16.3.1 Secretaria Administrativa
 - 16.3.2 Setor de Orçamento e Finanças
 - 16.3.3 Setor de Compras e Patrimônio
 - 16.3.4 Setor de Pessoal
 - 16.3.5 Setor de Infraestrutura

17 Campus Itaqui

- 17.1 Direção
 - 17.1.1 Secretaria da Direção
- 17.2 Coordenação Acadêmica
 - 17.2.1 Secretaria Acadêmica
 - 17.2.2 Comissão de Ensino
 - 17.2.3 Comissão de Pesquisa
 - 17.2.4 Comissão de Extensão
 - 17.2.5 Biblioteca
 - 17.2.6 Laboratórios
 - 17.2.7 Núcleo de Desenvolvimento Educacional
 - 17.2.8 Coordenação do Curso de Agronomia
 - 17.2.9 Coordenação do Curso em Ciências e Tecnologia de Alimentos
 - 17.2.10 Coordenação do Curso de Nutrição

- 17.2.11 Coordenação do Curso Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia
- 17.2.12 Coordenação do Curso de Matemática
- 17.2.13 Coordenação do Curso de Engenharia de Agrimensura
- 17.3 Coordenação Administrativa
 - 17.3.1 Secretaria Administrativa
 - 17.3.2 Setor de Orçamento e Finanças
 - 17.3.3 Setor de Compras e Patrimônio
 - 17.3.4 Setor de Pessoal
 - 17.3.5 Setor de Infraestrutura

18 Campus Jaguarão

- 18.1 Direção
 - 18.1.1 Secretaria da Direção
- 18.2 Coordenação Acadêmica
 - 18.2.1 Secretaria Acadêmica
 - 18.2.2 Comissão de Ensino
 - 18.2.3 Comissão de Pesquisa
 - 18.2.4 Comissão de Extensão
 - 18.2.5 Biblioteca
 - 18.2.6 Laboratórios
 - 18.2.7 Núcleo de Desenvolvimento Educacional
 - 18.2.8 Coordenação do Curso de Letras
 - 18.2.9 Coordenação do Curso de Pedagogia
 - 18.2.10 Coordenação do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo
 - 18.2.11 Coordenação do Curso de História
 - 18.2.12 Coordenação do Curso de Política e Produção Cultural
 - 18.2.13 Coordenação do Programa de Pós-graduação em Educação
- 18.3 Coordenação Administrativa
 - 18.3.1 Secretaria Administrativa
 - 18.3.2 Setor de Orçamento e Finanças
 - 18.3.3 Setor de Compras e Patrimônio
 - 18.3.4 Setor de Pessoal
 - 18.3.5 Setor de Infraestrutura

19 Campus Santana do Livramento

- 19.1 Direção
 - 19.1.1 Secretaria da Direção
- 19.2 Coordenação Acadêmica
 - 19.2.1 Secretaria Acadêmica
 - 19.2.2 Comissão de Ensino
 - 19.2.3 Comissão de Pesquisa
 - 19.2.4 Comissão de Extensão
 - 19.2.5 Biblioteca
 - 19.2.6 Laboratórios
 - 19.2.7 Núcleo de Desenvolvimento Educacional
 - 19.2.8 Coordenação do Curso de Administração
 - 19.2.9 Coordenação do Curso de Relações Internacionais
 - 19.2.10 Coordenação do Curso de Tecnologia em Gestão Pública
 - 19.2.11 Coordenação do Curso de Ciências Econômicas

- 19.3 Coordenação Administrativa
 - 19.3.1 Secretaria Administrativa
 - 19.3.2 Setor de Orçamento e Finanças
 - 19.3.3 Setor de Compras e Patrimônio
 - 19.3.4 Setor de Pessoal
 - 19.3.5 Setor de Infraestrutura

20 Campus São Borja

- 20.1 Direção
 - 20.1.1 Secretaria da Direção
- 20.2 Coordenação Acadêmica
 - 20.2.1 Secretaria Acadêmica
 - 20.2.2 Comissão de Ensino
 - 20.2.3 Comissão de Pesquisa
 - 20.2.4 Comissão de Extensão
 - 20.2.5 Biblioteca
 - 20.2.6 Laboratórios
 - 20.2.7 Núcleo de Desenvolvimento Educacional
 - 20.2.8 Coordenação do Curso de Comunicação Social – Jornalismo
 - 20.2.9 Coordenação do Curso de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda
 - 20.2.10 Coordenação do Curso de Comunicação Social – Relações Públicas
 - 20.2.11 Coordenação do Curso de Serviço Social
 - 20.2.12 Coordenação do Curso de Ciência Política
 - 20.2.13 Coordenação do Curso de Ciências Humanas
- 20.3 Coordenação Administrativa
 - 20.3.1 Secretaria Administrativa
 - 20.3.2 Setor de Orçamento e Finanças
 - 20.3.3 Setor de Compras e Patrimônio
 - 20.3.4 Setor de Pessoal
 - 20.3.5 Setor de Infraestrutura

21 Campus São Gabriel

- 21.1 Direção
 - 21.1.1 Secretaria da Direção
- 21.2 Coordenação Acadêmica
 - 21.2.1 Secretaria Acadêmica
 - 21.2.2 Comissão de Ensino
 - 21.2.3 Comissão de Pesquisa
 - 21.2.4 Comissão de Extensão
 - 21.2.5 Biblioteca
 - 21.2.6 Laboratórios
 - 21.2.7 Núcleo de Desenvolvimento Educacional
 - 21.2.8 Coordenação do Curso de Ciências Biológicas – bacharelado
 - 21.2.9 Coordenação do Curso de Ciências Biológicas - licenciatura
 - 21.2.10 Coordenação do Curso de Engenharia Florestal
 - 21.2.11 Coordenação do Curso de Gestão Ambiental
 - 21.2.12 Coordenação do Curso de Biotecnologia

- 21.2.13 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas
- 21.3 Coordenação Administrativa
 - 21.3.1 Secretaria Administrativa
 - 21.3.2 Setor de Orçamento e Finanças
 - 21.3.3 Setor de Compras e Patrimônio
 - 21.3.4 Setor de Pessoal
 - 21.3.5 Setor de Infraestrutura

22 Campus Uruguaiana

- 22.1 Direção
 - 22.1.1 Secretaria da Direção
- 22.2 Coordenação Acadêmica
 - 22.2.1 Secretaria Acadêmica
 - 22.2.2 Comissão de Ensino
 - 22.2.3 Comissão de Pesquisa
 - 22.2.4 Comissão de Extensão
 - 22.2.5 Biblioteca
 - 22.2.6 Laboratórios
 - 22.2.7 Núcleo de Desenvolvimento Educacional
 - 22.2.8 Coordenação do Curso de Farmácia
 - 22.2.9 Coordenação do Curso de Enfermagem
 - 22.2.10 Coordenação do Curso de Fisioterapia
 - 22.2.11 Coordenação do Curso de Educação Física
 - 22.2.12 Coordenação do Curso de Medicina Veterinária
 - 22.2.13 Coordenação do Curso de Tecnologia em Aquicultura
 - 22.2.14 Coordenação do Curso de Ciências da Natureza
 - 22.2.15 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Bioquímica
 - 22.2.16 Coordenação do Programa de Pós-graduação em Ciência Animal
 - 22.2.17 Coordenação do Programa de Pós-graduação em Ciências Farmacêuticas
- 22.3 Coordenação Administrativa
 - 22.3.1 Secretaria Administrativa
 - 22.3.2 Setor de Orçamento e Finanças
 - 22.3.3 Setor de Compras e Patrimônio
 - 22.3.4 Setor de Pessoal
 - 22.3.5 Setor de Infraestrutura

Ulrika Arns

Reitora